

COLEÇÃO

GPs

11

Comunicação em tempos de midiatização

Barbara Heller
Carla Reis Longhi
(orgs.)

COLEÇÃO
GPs


INTERCOM


INTERCOM
SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO

Comunicação em tempos de midiatisação

DIRETORIA GERAL DA INTERCOM 2011 – 2014

Presidente - Antonio Carlos Hohlfeldt
Vice - Presidente - Marialva Carlos Barbosa
Diretor Editorial - Osvando J. de Morais
Diretor Financeiro - Fernando Ferreira de Almeida
Diretor Administrativo - José Carlos Marques
Diretora de Relações Internacionais - Sonia Virginia Moreira
Diretora Cultural - Rosa Maria Cardoso Dalla Costa
Diretora de Documentação - Nélia Rodrigues Del Bianco
Diretor de Projetos - Adolpho Carlos Françaoso Queiroz
Diretora Científica - Raquel Paiva de Araújo Soares

Secretaria

Maria do Carmo Silva Barbosa
Genio Nascimento
Jovina Fonseca

Direção Editorial

Osvando J. de Morais

Presidência

Muniz Sodré (UFRJ)

Conselho Editorial - Intercom

Alex Primo (UFRGS)	Marcio Guerra (UFJF)
Alexandre Barbalho (UFCE)	Margarida M. Krohling Kunsch (USP)
Ana Sílvia Davi Lopes Médola (UNESP)	Maria Teresa Quiroz (Universidade de Lima/Felafacs)
Christa Berger (UNISINOS)	Marialva Barbosa (UFF)
Cicília M. Krohling Peruzzo (UMESP)	Mohammed Elhajji (UFRJ)
Erick Felinto (UERJ)	Muniz Sodré (UFRJ)
Etienne Samain (UNICAMP)	Nélia R. Del Bianco (UnB)
Giovandro Ferreira (UFBA)	Norval Baitelo (PUC-SP)
José Manuel Rebelo (ISCTE, Portugal)	Olgária Chain Féres Matos (UNIFESP)
Jeronimo C. S. Braga (PUC-RS)	Osvando J. de Morais (Intercom)
José Marques de Melo (UMESP)	Paulo B. C. Schettino (UFRN/ASL)
Juremir Machado da Silva (PUCRS)	Pedro Russi Duarte (UnB)
Luciano Arcella (Universidade d'Aquila, Itália)	Sandra Reimão (USP)
Luiz C. Martino (UnB)	Sérgio Augusto Soares Mattos (UFRB)

Comunicação em tempos de midiatização

BARBARA HELLER
CARLA REIS LONGHI
(orgs.)

São Paulo
INTERCOM
2013

Comunicação em tempos de midiatisação

Copyright © 2013 dos autores dos textos, cedidos para esta edição à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM

Direção

Osvando J. de Moraes

Projeto Gráfico e Diagramação

Marina Real e Mariana Real

Capa

Marina Real

Revisão

Carlos Eduardo Parreira

Ficha Catalográfica

Comunicação em tempos de midiatisação [recurso eletrônico] /
Organizadores, Barbara Heller, Carla Reis Longhi. –
São Paulo : INTERCOM, 2013.
181 p.: il. – (Coleção GP'S : grupos de pesquisa; vol.11)

Inclui bibliografias.
E-book.
ISBN 978-85-8208-044-3

1. Comunicação. 2. Ciências da Comunicação.
3. Midiatisação. 4. Meios de Comunicação. 5. Comunicação -
Mídias. 6. Mídias - Brasil. 7. Telecomunicação. 8. Pesquisas
em Comunicação. 9. Comunicação-Congresso. I. Heller,
Barbara. II. Longhi, Carla Reis. III. Título.

CDD-300

Todos os direitos desta edição reservados à:
Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM
Rua Joaquim Antunes, 705 – Pinheiros
CEP: 05415 - 012 - São Paulo - SP - Brasil - Tel: (11) 2574 - 8477 /
3596 - 4747 / 3384 - 0303 / 3596 - 9494
<http://www.intercom.org.br> – E-mail: intercom@usp.br

Sumário

Apresentação	7
<i>Barbara Heller</i>	

PARTE I

Comunicação, linguagem e representação

1. Comunicação como movimento na cultura mediatizada: hibridações tecnológicas e interculturalidades	17
<i>Laan Mendes de Barros</i>	

2. Reconfiguração da linguagem e globalização na perspectiva transdisciplinar da Análise de Discurso Crítica.....	36
<i>Joana Ormundo</i>	

3. Representações midiáticas das práticas sociais.....	52
<i>Carla Reis Longhi</i>	

4. Expressões do imaginário nos processos comunicacionais cotidianos: do “terror psicológico” e do “assédio moral” ao “bullying”	70
<i>Magali do Nascimento Cunha</i>	

PARTE II

Mídia impressa e grupos sociais

5. A midialização e a judicialização do Bullying	107
<i>Sonja Marques Rodrigues Antiquiera</i>	

6. Comunicação, cultura e política: um estudo da edição especial da revista Realidade – janeiro de 1967	123
<i>Talita Franco de GODOY</i>	

7. O apagamento da figura política feminina nas páginas da imprensa sindical	144
<i>Cristine Gleria Vecchi</i>	

8. Mídia e Etnia: diante da cor do outro – A produção fotojornalística da Folha de S. Paulo e o sentido da imagem do negro	161
<i>Su Georgios Stathopoulos</i>	

Sobre os autores	179
-------------------------------	-----

Apresentação

BARBARA HELLER¹

Escrever a apresentação de um livro que é resultado de aproximadamente três anos de discussão (2010–2012) de um grupo de pesquisa é um desafio que assumo com prazer. De certa forma, posso dizer que ele é a continuação de discussões que iniciamos em 2008 e que já resultaram em uma publicação, em 2009, intitulada **Representações em Trânsito: Personagens e Lugares na Cultura Midiática**.

Neste volume, além da participação de cinco alunos do Mestrado em Comunicação da Universidade Paulista, contamos com a colaboração de três docentes que também

1. Barbara Heller é graduada em Teoria Literária pela Unicamp (1982), mestre em Ciências da Comunicação pela Usp (1990), doutora em Teoria Literária pela Unicamp (1997), pós-doutora em Comunicação pela Umesp (2011) e pós-doutoranda em Comunicação na Usp. É docente do PPGCOM em Comunicação da Unip e pesquisadora associada no Obcom (ECA/Usp).

nos ajudaram a refletir sobre nossos objetos de investigação, isto é, as diversas representações dos sujeitos tanto na esfera privada quanto na pública e as articulações entre esses e as mídias, cada vez mais presentes nas relações interpessoais e interinstitucionais.

O denominador comum nos oito artigos é como a sociedade se organiza para tratar a própria mídia. Isso quer dizer que, como sugere José Luis Braga, na sua obra **A Sociedade Enfrenta Sua Mídia**, não existe uma relação unilateral e simples entre os “aportes midiáticos” (2006, p. 39) e os usuários, como se postulava até meados dos anos 80. Ao contrário: na contemporaneidade, os sujeitos não são nem tão homogêneos, nem tão passíveis de manipulação. Eles resistem, e para que o façam da melhor forma, é necessário que alcancem “autonomia interpretativa”.

Em outras palavras: é necessário que os usuários façam sua própria seleção e sua própria crítica, conforme seus interesses e perspectivas; que sejam capazes de relacionar um produto a outro, de relacionar o produto em observação com outras questões do mundo e de sua própria vivência pessoal. (BRAGA, 2006, p. 65). Somente a partir disso é que desenvolverão uma série de ações que podem ser laudatórias, polemizadoras, de alerta, de divulgação, de estímulo, tanto sobre a mídia eletrônica (blogs, sites) quanto sobre a impressa (revistas, jornais, periódicos acadêmicos) etc.

Entre os usuários, também estamos nós, os acadêmicos, que produzimos (mas muitas vezes reproduzimos...) teorias críticas que devem colaborar para a formação da tal "autonomia interpretativa". Para isso, é necessário que a disponibilidade da crítica "[seja] ampliada, [...] acessível e não distante – [que circule] entre os diversos ambientes e patamares, de modo que ultrapasse as trocas entre coparticipantes de uma mesma tendência ou de um mesmo 'círculo de iniciados'". (BRAGA, 2006, p. 65).

Foi pensando nessa superação de patamares e na circulação de teorias que nasceu esse livro. A diversidade da expressão de cada um dos oito pesquisadores que colaboraram com seus artigos, bem como dos referenciais teóricos utilizados – Michel Foucault, Michel de Certeau, Roger Chartier, José Luiz Braga, Octavio Ianni, Jesús Martín-Barbero, Maria Aparecida Baccega, Zigmund Bauman, Pierre Bourdieu e Norman Fairclough – sugere que, apesar da premissa adotada, a de que os usuários não são mais sujeitos passivos, há várias vozes que explicam, cada um a seu modo, o que está ocorrendo em nossa sociedade e nas mídias.

O livro organiza-se em duas partes que se complementam. A primeira, intitulada "Comunicação, linguagem e representações", estruturada em torno de quatro textos de pesquisadores docentes, discute o lugar da mídia impressa no cenário midiático contemporâneo, as novas formas de uso da linguagem decorrentes tanto do desenvolvimento tecnológico quanto das novas relações sociais e as representações de determinados segmentos da sociedade. Os dois primeiros artigos são predominantemente conceituais, enquanto os dois últimos, embora também apresentem teoria, aplicam-na em suportes midiáticos específicos.

A segunda parte, "Mídia impressa e grupos sociais", apresenta quatro textos que analisam as noções de grupos sociais, etnia e gênero no campo da pesquisa empírica nos seguintes produtos midiáticos: jornal *Folha de S. Paulo*, *Revista Nova Escola*, *Revista Realidade* e *Tribuna Metalúrgica*. Trata-se da pesquisa de nossos mestrados.

O diálogo entre tantos autores, embora em um pequeno número de artigos, resulta em um rico debate sobre as questões da comunicação e suas interações sociais.

Parte 1 - "Comunicação, representações e linguagem"

"Os tempos são de interdisciplinaridades e interculturalidades, estruturados pela midiaticização da sociedade". Essa é uma das muitas afirmações que balizam o pensamento do docente Laan Mendes de Barros, em seu artigo "Comunicação como movimento na cultura midiaticizada: hibridações tecnológicas e interculturalidades". Além de problematizar as estruturas ainda vigentes dos cursos de comunicação, que continuam focando seus domínios específicos em compartimentos isolados, como jornalismo, publicidade, relações públicas, radialismo, cinema, produção editorial etc., o autor nos apresenta conceitos de diversos autores, como Dominique Walton, García Canclini, Sergio Amadeu da Silva, José Luiz Braga, Guilherme Orozco, para contextualizar o que é a comunicação no século XXI. Não se trata mais de apenas tornar algo comum a muitos, mas de atribuir, à comunicação, uma dimensão política e uma relação direta com o poder, o "poder comunicacional". Ou seja: dependendo do grau de autonomia de um sujeito (ou de um coletivo) para obter informações ele é capaz de disseminar conteúdos, independentemente da vontade de outros. Nessa perspectiva, a mídia impressa, caracterizada pela lógica da sequencialidade e sua natureza centralizadora, enfrenta os novos suportes digitais, nos quais os conteúdos são disponibilizados e consumidos de maneira simultânea.

Dando sequência à ideia de que os avanços tecnológicos e a globalização afetam as mídias e as linguagens, a docente Joana Ormundo, no artigo "Reconfiguração da linguagem e globalização na perspectiva transdisciplinar da Análise de Discurso Crítica", apresenta as ideias de Norman Fairclough. Segundo ele, um dos principais autores dessa vertente teórica, como a linguagem participa ativamente dos jogos

de interesses econômicos, políticos e culturais, ela deve ser analisada numa perspectiva transdisciplinar, multissemiótica e social. Não se trata apenas dos processos verbais escritos, mas de várias linguagens (da visual, da gestual e da não verbal) e das múltiplas vozes presentes nos discursos (da análise acadêmica, das agências governamentais, das ONGs, da mídia e das pessoas comuns). O conceito de "recontextualização", apresentado pela autora a partir de Fairclough, deixa evidente a importância de se entender a linguagem não apenas como uma entrada em novos domínios, mas em analisar as maneiras pelas quais os discursos são recebidos, apropriados e recontextualizados nas diferentes práticas sociais, levando-se em conta, também, os interesses de determinados agentes e suas relações de força. Finalmente, a pesquisadora propõe, ainda, que os pesquisadores interessados nessa abordagem transdisciplinar devem se apropriar também da teoria social, de Pierre Bourdieu.

Em "Representações Midiáticas das Práticas Sociais", a docente Carla Reis Longhi discute, a partir de Roger Chartier, Michel de Certeau, Norval Baitello, entre outros, a representação das comunidades carentes e da cidade de São Paulo no caderno "Cotidiano", da *Folha de S. Paulo*, no período de junho a dezembro de 2009. A autora parte do conceito de "representação" na contemporaneidade para depois analisar o papel do jornal e sua incapacidade para proporcionar, aos leitores, uma imagem da cidade em sua totalidade. Por meio de uma tabulação rigorosa dos assuntos tratados no caderno ao longo desses seis meses, a pesquisadora chega à conclusão de que nenhuma das comunidades carentes citadas – Paraisópolis, Heliópolis, Brasilândia, Filhos da Terra, Capão Redondo, Favela do Sapo, Favela N. Jaguaré e ainda a Cracolândia – foi citada mais do que quatro vezes, diferentemente de outros assuntos, como a greve que ocorria na USP naquela época, mencionada

em 10 oportunidades. Além da desproporção de visibilidade, a autora ainda observa a composição do texto quando essas comunidades são o tema da matéria: sua extensão, sua relação com as imagens e manchetes, a diagramação da página. As conclusões a que chega são: a) as comunidades carentes citadas não percebem a cidade como um local de fruição, embora entendam seus territórios como lugares de pertencimento; b) as lutas simbólicas que as comunidades carentes engendram são tão densas e tensas quanto as lutas materiais e c) que as mídias massivas, como a *Folha de S. Paulo*, reforçam os lugares sociais já constituídos e acabam não lhes conferindo qualquer condição de poder ou de enunciadores de seu próprio discurso.

Magali Cunha, em "Expressões do imaginário nos processos comunicacionais cotidianos – do 'terror psicológico' e do 'assédio moral' ao 'bullying'" analisa o tema da violência entre crianças nas mídias noticiosas brasileiras. Partindo de conceitos de Mikhail Bakhtin e de Maria Aparecida Baccega como "palavra", "linguagem verbal" e "ideologia do cotidiano", a autora percorre as origens da palavra "bullying" e suas primeiras aparições na mídia impressa brasileira: na revista *Véja*, em 2001; no jornal *Folha de S. Paulo*, em 2003 e no jornal *O Globo* em 2004. Na sequência, demonstra que o uso cada vez mais recorrente da palavra em língua inglesa (em substituição ao equivalente "assédio", em português) acarreta no esvaziamento de seu sentido. A autora também retoma o pensamento de Eni Orlandi, autora que atribui valor político às palavras e ao silêncio que as acompanha. Finalmente, a docente critica as mídias que simplificam a realidade da violência e propõe aos "intelectuais comunicólogos" que mais do que abastecer bibliotecas de livros, teses e dissertações, que participem da reconfiguração das relações humanas, não apenas como uma teoria, mas também como uma prática.

Parte 2 - Mídia impressa e grupos sociais

O bullying e suas manifestações em dois suportes midiáticos de grande circulação são retomados pela pesquisadora Sonja Marques Rodrigues Antiqueira, em "A midialização e a judicialização do bullying". Além de se referir à já mencionada *Folha de São Paulo*, também é objeto de suas investigações a *Revista Nova Escola*, produzida pela Editora Abril. Por meio de um levantamento quanti e qualitativo, a autora produziu uma tabela em que essa palavra foi utilizada nos dois veículos, no período de 2003 a 2011, e concluiu que seu sentido original foi sendo esgarçado; mais do que isso, judicializado. Ou seja: no lugar da simples denúncia dos constrangimentos a que diversos grupos sociais estão sujeitos, seja porque são menos produtivos (tanto no universo escolar quanto no ambiente de trabalho), seja porque não correspondem a um modelo hegemônico, são os representantes da lei e suas sanções que vêm ganhando visibilidade. O discurso sobre bullying, como diria Michel Foucault, foi controlado, organizado e estabilizado. Mas, conclui a autora, se por um lado existe um benefício com essa migração de sentido, pois agressores agora são responsabilizados e punidos com a força da lei, por outro, há prejuízo, pois cortaram-se as oportunidades de diálogo a fim de se compreender a diversidade. Teme-se o castigo, enquanto a intolerância ao outro mantém-se latente.

Por meio da aplicação do mapa das mediações elaborado por Jesús Martín-Barbero em sua obra *Dos Meios às Mediações* (2011), a pesquisadora Talita Franco de Godoy, no artigo "Comunicação, cultura e política: um estudo da edição especial da *Revista Realidade* -- janeiro de 1967" analisa os discursos (capa, fotos, entrevistas) e as cartas dos leitores da edição número 11 da *Revista Realidade*. Trata-se da imediatamente seguinte à de janeiro de 1967, dedicada exclusivamente à mulher brasileira, que foi censurada e recolhida das

bancas quase um ano antes da instalação do AI-5. Além de contextualizar os anos 1960, quando a revista foi lançada, e as características que conferiram à *Realidade* uma espécie de divisor de águas no mercado editorial da época, a autora prioriza, entre outros aspectos, o que Martín-Barbero denomina por "ritualidade", ou seja, o processo de recepção do leitor. A conclusão a que chega, a de que havia forte identificação entre leitores e a revista, uma vez que a maioria se manifestou contrariamente à censura, reforça não só a importância de estudos que levem em conta os processos comunicacionais, mas também os que retomam os percalços de uma imprensa livre no Brasil.

No artigo "O apagamento da figura política feminina nas páginas da imprensa sindical", a pesquisadora Cristine Vecchi analisa as candidaturas de Dilma Roussef e de Marina Silva à presidência do Brasil, em 2010, no jornal sindical *Tribuna Metalúrgica*. Utilizando-se de categorias da Análise do Discurso de linha francesa, especialmente os de "textos implícitos" e "explícitos" e focando-se exclusivamente na seção "Notas e Recados" quando abordou conteúdo eleitoral, a autora conclui que ambas presidenciáveis foram "apagadas". A primeira, em detrimento da projeção de Luís Inácio Lula da Silva; a segunda, por ter rompido com o Partido dos Trabalhadores (PT). Portanto, tanto o jornal, quanto o sindicato que o imprime, ainda segundo a autora, conservaram, até os anos 2010, características machistas e explicitamente partidárias.

A representação do negro nas capas do jornal *Folha de S. Paulo*, ao longo de seis meses, de outubro de 2009 a março de 2010 é o tema desenvolvido por Su Stathopoulos, no artigo "Mídia e etnia: diante da cor do outro – a produção fotojornalística da *Folha de S. Paulo* e o sentido da imagem do negro". A conclusão a que a autora chega é que nos corpus analisado há um jogo entre silenciamento e exposição, pois se por um

lado as reportagens não mostram o dia a dia das comunidades periféricas, por outro há muita exposição e espetacularização da violência. Michel Foucault, Maria do Rosário Gregolin e Nicolau Sevcenko são alguns dos teóricos nos quais a autora se apoia. Finalmente, a pesquisadora apresenta dados concretos: o negro aparece em maior número como esportista, normalmente com enquadramento próximo ao rosto, para conferir maior emoção; em seguida, vêm os artistas e as vítimas da violência, com enunciados genéricos, conforme ensina o Manual da *Folha de S. Paulo*. A autora, com esse artigo, contribui com a discussão sobre racismo no Brasil, numa época em que as cotas raciais estão em plena discussão e sobre as quais ainda não há nenhum consenso.

Espero que, além de avançar em novos patamares, o livro também colabore para a reflexão do que esperamos das mídias na contemporaneidade, marcada pelo fluxo de informações cada vez mais veloz e atendendo a interesses específicos, que nem sempre são os nossos.

Boa leitura!

Referências

BRAGA, José Luiz. **A Sociedade Enfrenta Sua Mídia**. São Paulo: Paulus, 2006.

PARTE I.

COMUNICAÇÃO, LINGUAGEM E REPRESENTAÇÃO

1. Comunicação como movimento na cultura midiaticizada: hibridações tecnológicas e interculturalidades

LAAN MENDES DE BARROS¹

Universidade Metodista de São Paulo

Na sociedade contemporânea vivemos em um contexto de hibridações tecnológicas, midiáticas e comunicacionais que transformam constantemente o universo da cultura e sua própria conceituação. Muito se tem falado de convergência tecnológica e, mesmo, de convergência midiática. Preferimos o termo hibridação, como denomina Néstor García Canclini (2008) ao tratar de dos novos cenários culturais. Convenhamos, não se trata exatamente de um processo de “convergência”, no sentido original do termo, presente no campo da geometria e da física, que indica

1. Jornalista e editor; doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, com pós-doutorado na Université Stendhal – Grenoble 3, França; professor titular da Universidade Metodista de São Paulo, docente permanente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da mesma instituição.

a disposição de linhas que se direcionam para um único ponto físico, que nos leva a pensar em conjunção, em centralização, em concentração e nos sugere algo equilibrado e harmonioso, na perspectiva mais positivista dos sistemas. Ora, as transformações tecnológicas e midiáticas contemporâneas, estruturadas em rede, implicam em descentralização da comunicação em difusão dispersa e contínua de sinais e informações, com desdobramentos no campo da cultura. Assim, trazemos para este texto os termos hibridação cultural, interculturalidade e transculturalidade² a fim de pensar a cultura midiaticizada, com especial atenção às transformações da mídia impressa em mídia digital.

Em sua ampla maioria, neste início de século os seres humanos vivem tempos de interconexão, em uma dinâmica que rompe a lógica das localidades e, mesmo, das nacionalidades. Um tempo de intensa midiaticização da sociedade, de redes que interligam máquinas e pessoas, de nuvens de informação. O aparato midiático deixa de ser instrumento, mero meio a serviço de determinados fins, para ser estrutura da vida em sociedade. Os termos globalização e transnacionalização, já bem difundidos, ganham hoje sentidos bem concretos, que não apontam, necessariamente, para um mundo de harmonias e convergências; mas, de polifonias e divergências. E nesse cenário, a comunicação se apresenta como elemento estruturante das relações sociais, tanto nos movimentos de busca de diálogo e cooperação, como nos movimentos de contradição e conflito. Ela é, ao mesmo tempo, motor e resultado de um mundo babelizado, apesar da sofisticação dos sistemas de informação e das interconexões nas práticas comunicacionais. Vivemos em uma socie-

2. Temática já trabalhada em artigo publicado na revista *Hermès*, com o título “L’interculturalité à l’heure de l’hybridation communicationnelle”, na edição 56, de 2010.

dade midiaticizada, como nos sugere José Luiz Braga (2006), em uma cultura midiaticizada.

Tal quadro nos leva a pensar a comunicação de maneira dialética, para além das abordagens instrumentais predominantes nos modelos teóricos de origem funcionalista e, principalmente, na formação e nas práticas dos profissionais da área. Tomar a comunicação apenas como transmissão de ideias e valores, em uma perspectiva linear, unidirecional e mecanicista, é um equívoco. Ela deve ser pensada de maneira mais complexa, no contexto da cultura, em uma recuperação de seu sentido original presente no termo latino “communicare”, como “tornar comum”. No entanto, essa concepção da comunicação como “compartilhar” não deve ser assumida de uma maneira idealista ou positivista, que aposte na harmonia dos sistemas sociais, sem considerar que eles são, essencialmente, contraditórios. Cabe, então, reconhecer e valorizar as diferenças e as dissonâncias das dinâmicas sociais, em um exercício dialético, que busque a produção dos sentidos nas polifonias e polissemias compartilhadas entre os interlocutores do processo comunicativo, nascidas em campos semânticos e pragmáticos distintos.

Já no que se refere à dimensão midiática propriamente dita o contexto é de permanente e acelerada pluralização e inter-relação. Já não podemos mais falar deste ou daquele meio de forma isolada, como fazíamos anteriormente: a televisão, o rádio, o cinema, os meios impressos, etc. Hoje eles compartilham os mesmos aparatos tecnológicos e o mesmo espaço-tempo das pessoas. Os sistemas de interconexão em rede implicam em uma diluição das fronteiras entre informação e entretenimento, entre consumo e produção de conteúdos, entre recepção e emissão de mensagens. O suporte tecnológico no qual se recebe e frui textos jornalísticos, acadêmicos e literários é o mesmo no qual se assiste filmes, ouve-se músicas e se joga games. O cinema, a música, a fotografia e os textos frequentam

os mesmos equipamentos portáteis, cada vez mais sofisticados. É o tempo da multimídia, onde tecnologias e linguagens são mescladas e a interatividade é a lógica das relações entre os seres humanos e entre eles e as máquinas. As linguagens são outras, mais híbridas, sem as divisões tradicionais entre verbal e não verbal, entre impresso e audiovisual. No lugar da sequencialidade que caracterizava as narrativas tradicionais a fruição midiática se opera em um cenário de simultaneidade (tema que retomamos mais adiante). Hoje se observa uma difusão intensa de conteúdos e uma superposição de mensagens. A comunicação de massas se mescla à comunicação grupal e interpessoal; o que nos obriga a encontrar novas categorias e definições.

O acesso à informação se torna cada vez mais difundido e a cultura é mais que nunca balizada pela mídia pluralizada, a multimídia, surgida dos avanços da tecnologia digital e das telecomunicações. Vivemos a cibercultura, como já denominava Pierre Lévy (1999). Para o sociólogo francês o ciberespaço contemporâneo é lugar de “prática comunicacional interativa, recíproca, comunitária e intercomunitária” e qualquer tentativa de reduzi-lo “às formas midiáticas tradicionais (esquema de difusão ‘um-todos’ de um centro emissor em direção a uma periferia receptora) só pode empobrecer o seu alcance” (LÉVY, 1999, p. 126). Já o espanhol Manuel Castells (2006, p. 458) problematiza esse contexto de pluralidade e fluidez da multimídia, que envolve novas escalas de tempo e espaço, quando manifestações do passado se sobrepõem às do presente e se projetam no futuro:

Seu advento é equivalente ao fim da separação e até da distinção entre mídia audiovisual e mídia impressa, cultura popular e cultura erudita, entretenimento e informação, educação e persuasão. Todas as expressões culturais, da pior à melhor, da mais

elitista à mais popular, vêm juntas nesse universo digital que liga, em um supertexto histórico gigantesco, as manifestações passadas, presentes e futuras da mente comunicativa. Com isso elas constroem um novo ambiente simbólico. Fazem da virtualidade de nossa realidade. (CASTELLS, 2006, p. 458)

Vivemos, portanto, o redimensionamento do tempo prático e das escalas espaciais, que nos desafiam a repensar as relações entre a localidade e a globalidade. Um tempo de desterritorialização e inter ou transculturalidade, de fragmentação de informações, de imbricação de narrativas e de hibridação tecnológica e midiática. Nestes tempos a comunicação desempenha um papel muito importante; tanto em sua dimensão midiática tecnológica, como no contexto de um complexo sistema de mediações culturais que se reproduzem a partir de relações midiaticizadas. É o que Jesús Martín-Barbero (2004) chama de “mediações comunicacionais da cultura”, como contraponto do que havia chamado de “mediações culturais da comunicação”.

Se as especificidades do objeto de estudo e as delimitações do campo da comunicação experimentam transformações importantes com a proliferação das tecnologias digitais, fazem-se necessárias novas articulações teóricas e epistemológicas para o bom desenvolvimento desta disciplina. Mais do que o enfoque tecnológico dos estudos da mídia, desde uma perspectiva tecnicista, precisamos redirecionar nosso olhar para as mediações interculturais que alimentam os fenômenos comunicacionais e, ao mesmo tempo, são por eles alimentadas. Trata-se de um deslocamento do foco de atenção do pensamento comunicacional, do “midiacentrismo” predominante ao longo do século XX às relações de seres humanos produzindo cultura ao se comunicarem, em integração com a mídia.

As rearticulações do campo da comunicação devem passar, inclusive, pela formação de comunicadores comunicólogos, que saibam pensar o seu fazer e que o façam a partir de interconexões entre as tradicionais áreas de atuação, fragmentadas em setores profissionais. E o curioso é que justamente nestes tempos de hibridações e articulações os cursos de graduação em comunicação vivem uma ênfase em sua segmentação, retornando às origens dos cursos de jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas, radialismo, cinema, produção editorial, etc. No momento em que tais profissões se tornam mais polivalentes, com demandas multidimensionais, por conta da atuação dos comunicadores em plataformas interdisciplinares, ocorre uma retomada das origens na formação do comunicador focado em domínios específicos. Isso é preocupante e deve ser analisado de maneira atenta.

Os tempos são de interdisciplinaridades e interculturalidades, estruturados pela mediação da sociedade. Tempos de interconexões comunicacionais, nos quais as profissões se tornam complementares e já não se pode pensar as instâncias emissoras e receptoras de forma estanque, como anteriormente. Vivemos tempos de enfraquecimento do caráter institucional da mídia; tempos de comunicação direta e interatividade entre interlocutores e entre pessoas e tecnologias, como que concretizando a ideia “dos meios de comunicação como extensões do homem”, proposta por Marshall McLuhan (1995) há mais de quarenta anos. Neste contexto de diluição de fronteiras e hibridação cultural, os seres humanos compartilham tempos e lugares no processo de produção de sentidos e a dimensão coletiva da construção da cultura fica ainda mais evidente e dinâmica, alimentada que é pelo aparato midiático, estruturado em rede.

É nesta perspectiva que se insere o conceito de “coabitação cultural”, como problemática a ser trabalhada no campo da comunicação. Ela pode ser encarada como « alternative

politique au projet technique de la société de l'information », segundo Dominique Wolton (2003, p. 205). Ele argumenta que « la cohabitation culturelle est la réponse au mythe technocratique de la société de l'information » ; e justifica essa projeção ao observar que « la société de l'information évacuait l'histoire, la cohabitation culturelle la réintroduit ». Wolton parte de uma perspectiva humanista e política, que compreende a emergência da coabitação (ou convivência) cultural, « comme enjeu politique de la troisième mondialisation illustre les deux philosophies de la communication – technique et politique qui s'opposent depuis longtemps » (idem, p. 205). Ele recorda que:

La première, à partir des techniques et des promesses des marchés, pense pouvoir créer la société de l'information où individus et collectivités, formant une vaste communauté, circuleraient librement sur les réseaux. La seconde, à partir d'une définition humaniste et politique de la communication, cherche plutôt à établir les bases de l'intercompréhension en organisant la cohabitation entre les cultures. (idem, p. 205 – 206)

É, pois, na perspectiva epistemológica que se concebe a comunicação articulada aos campos da cultura e da política, que se propõe um novo foco aos estudos da comunicação, que se desloca “dos meios às mediações”. Nele, os receptores são mais do que “público alvo” a ser atingido e a produção de sentidos se constrói em uma relação de troca, balizada por mediações culturais, que refletem o tempo-espaço no qual estão inseridos os interlocutores. De certa maneira, o conceito de “coabitação cultural”, difundido por Wolton, se articula com o conceito de “mediações culturais”, difundido por Martín-Barbero, a partir das formulações sobre “mediações sociais” desenvolvidas por Martín Serrano.

O contexto é, portanto, de pluralidade nas articulações entre comunicação e cultura. A lógica da comunicação de massa perde espaço frente à lógica da comunicação em rede.

A cultura de massa – ou “indústria cultural”, como preferem os mais críticos – pouco a pouco dá lugar às culturas dispersas e difusas que circulam na rede. Os entendimentos sobre cultura de massas não se aplicam, de maneira automática, aos fenômenos comunicacionais da sociedade em rede. A própria cultura já não pode ser pensada de maneira estratificada entre categorias superiores e inferiores, ou categorizada em cultura erudita, popular e massiva. São “culturas híbridas”, como denomina García Canclini (2008), que incorporam elementos e características oriundas de diversas partes do mundo, onde localidade, regionalidade e globalidade se sobrepõem. Sua estrutura e funcionamento se dão em inter-relações entre tradição e modernidade, no que podemos denominar de interculturalidades.

Em seu livro *Culturas Híbridas*, García Canclini (2008, p. 19) nos adverte: “assim como não funciona a oposição entre o tradicional e o moderno, o culto, o popular e o massivo não estão onde estamos habituados a encontrá-los”. E, nessa perspectiva, sustenta que “precisamos de ciências sociais nômades, capazes de circular pelas escadas que unem esses pavimentos. Ou melhor, que redesenhem esses planos e comuniquem os níveis horizontalmente”.

E se esses planos são atravessados pela cultura midiaticizada, é pertinente que se fale em “transculturalidade”, ou “transculturação”, como nos propõe Octavio Ianni. A partir das ideias de contato, intercâmbio, permuta, aculturação, assimilação, hibridação e mestiçagem, ele nos propõe a categoria “transculturação”. Tal denominação aponta a natureza transversal dessas relações interculturais, que nem sempre se dão de forma pacífica, mas resultam de negociações, convencimentos, concessões e conquistas. Para Ianni, “a história dos povos e coletividades, das nações e nacionalidades, ou das culturas e civilizações” pode ser lida como uma “história de um amplo processo de transculturação” (idem, p. 99).

Trazemos, então, o conceito proposto por Ianni, ao descrever os processos históricos de colonização, que levaram à constituição das culturas contemporâneas, para denominar o cenário de pluralidade cultural em que nos encontramos nestes tempos de midiatização da sociedade. Vivemos tempos de transculturalidade, decorrentes do acelerado processo de hibridação midiática, que poderíamos chamar de relações intermediáticas, ou mesmo, transmidiáticas.

Mídia impressa em tempos de hibridação midiática

Nesse contexto tão fluído e repleto de inovações tecnológicas, cabe uma indagação sobre o lugar da mídia impressa no cenário midiático contemporâneo, sobre os desafios que se apresentam aos profissionais da área e aos pesquisadores que se interessam por essa esfera do universo midiático. O tema é complexo e pode ser abordado a partir de múltiplas perspectivas; das transformações na linguagem às questões do consumo de informação e entretenimento, da subversão dos processos de produção às problemáticas mercadológicas e econômicas. Aqui limitamos a nossa visada a alguns aspectos das dinâmicas de recepção e de produção de sentido e aos reflexos das transformações tecnológicas na própria redefinição das categorias midiáticas até então utilizadas.

Um aspecto que merece atenção é a substituição da lógica da sequencialidade pela simultaneidade. Diferentemente da estrutura sequencial que caracteriza a produção e a leitura de mensagens veiculadas em suportes impressos, as mídias digitais se apresentam como plataformas dinâmicas, onde os conteúdos são dispostos e consumidos de maneira simultânea, podendo ser acessados por diferentes “janelas”, em ritmos variados. Essa maior flexibilidade estrutural rompe a sintaxe sequencial existente na maioria dos formatos

impressos, que apresentam páginas a serem lidas uma a uma, de forma linear, como ocorre nos livros, nas revistas e jornais produzidos em papel. Neles os textos e imagens e demais elementos gráficos são apresentados de forma estática, com poucas alternativas de movimento, dependentes do próprio manuseio do material, disposto em páginas e fôlios. Já nas mídias digitais o dinamismo é elemento fundante e a participação do receptor no próprio processo de seleção, leitura e edição é bem mais ativa. A ideia de navegação, presente no uso da internet sugere o movimento de flutuação – por vezes, à deriva – em ondas, ou nuvens, de informação e entretenimento, como que num deslocamento sem guias ou trilhos, que se deixa influenciar pelas correntezas. Com a proliferação dos sistemas digitais e dos aparatos móveis e a sofisticação das redes de telecomunicações, os fluxos de informação já não ficam presos aos continentes das transmissões radiofônicas tradicionais e ao transporte de volumes impressos de um lugar para outro. Com isso, potencializam-se as possibilidades de interação entre pessoas e sistemas. Nos dizeres de José Salvador Faro (in SQUIRRA, 2012, p. 15),

Nas redes ciberculturais, predomina um contexto de processos inter-relacionados – o hipertexto –, mas de natureza mutante, já que qualquer novo texto pode introduzir uma modificação. Escrita e leitura sistematizam-se como não sequenciais, possibilita-se a interatividade e produzem-se elos (links) intertextuais.

A comunicação nas redes ciberculturais se dá de maneira multiforme, por meio de variadas linguagens, que se articulam, que se mesclam. Linguagens híbridas. O verbal ganha representações gráficas e acústicas e se inter-relaciona com imagens e movimentos. Os links permitem o trânsito rápido para outros sites, com a abertura de janelas simultâneas,

diferentemente dos veículos impressos, onde a percepção por meio da visão ocupa lugar hegemônico. A dimensão tátil ocupa um lugar bem secundário e outros sentidos, como o olfato e o paladar, aparecem apenas de forma marginal, em peças experimentais.

No que diz respeito às questões do tempo, cabe observar que a mídia impressa fica bem superada quando o assunto é a agilidade. Se ela suplanta os meios eletrônicos – com suas veiculações um tanto efêmeras – no que se refere à duração e permanência, o que dá a ela um caráter documental, ela fica muito limitada no que diz respeito à rapidez do processo de produção, distribuição e recepção da informação. Assim, as empresas que tradicionalmente atuavam no campo da mídia impressa tiveram que se adaptar a esse novo cenário, com a abertura de novas frentes de produção e distribuição de conteúdos, em outros formatos e suportes tecnológicos. Tal estratégia leva, também, a uma interconexão da mídia impressa com outros meios eletrônicos e digitais. Assim, os conteúdos presentes nos formatos impressos também são levados a outros suportes, criando um sentido de complementaridade. O isolamento em nada interessa à mídia impressa. O ditado popular “se não pode vencê-los, junte-se a eles” serve bem neste cenário de intensas inovações tecnológicas, onde a sobrevivência está nas relações intermediáticas. Assim, o jornalismo impresso, por exemplo, reelabora e documenta os conteúdos já veiculados no rádio e na televisão e que também podem ser acessados na internet. Abre-se espaço para a retomada de grandes reportagens e para a criação de veículos e conteúdos segmentados, destinados a nichos de mercado.

O mesmo vale para o setor editorial de livros, que vivem uma grande transformação com o advento dos *e-books* e dos *tablets* e outras aparatos de recepção. O desafio está em produzir conteúdos e explorar formas que permitam o

aproveitamento dos recursos presentes nesses equipamentos. Por outro lado, a produção de livros impressos também se agiliza com processos de edição eletrônica e sistemas digitais formatação gráfica e revisão de originais, que favorecem o *design* e o armazenamento da obra e permitem a impressão sob demanda, superando-se assim a produção e estoque de grandes tiragens.

Tanto no campo do jornalismo impresso, como no setor editorial os desafios são grandes. No caso da notícia, ela precisa de agilidade; e não há como negar que com os sistemas digitais em rede a escala de tempo se tornou mais reduzida. Como argumentamos, a mídia impressa será destinada a outros discursos mais segmentados, para determinados nichos de mercado. E será valorizada pelo seu caráter documental. Por outro lado, a cultura da leitura no suporte impresso se esvazia pouco a pouco, com as novas gerações cada vez mais dispostas ao consumo de informação e entretenimento em suportes móveis, em sistemas interativos, sob demanda. O livro ganha novas formas. Não é, portanto, precipitado afirmar que o conteúdo dos livros e jornais migram em ritmo acelerado do papel para telas.

Outro aspecto que merece nossa atenção é a natureza informal das mídias digitais interconectadas. Poderíamos dizer que a mídia impressa tem um caráter de instituição, uma vez que por trás do volume que se tem nas mãos na maioria das vezes existe uma empresa de comunicação, uma editora, enquanto que no universo da internet o caráter é de movimento. Dá-se um processo de desintermediação. Em boa parcela dos conteúdos veiculados na rede os interlocutores se encontram sem intermediários, sem uma instituição formal que respalde as informações disponibilizadas. São vários os mecanismos de edição e intervenção do internauta e as possibilidades de interação entre emissores e receptores, convertidos em “comunicantes”, como

nos sugere Guillermo Orozco. Em palestra realizada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, em junho de 2012, o pesquisador mexicano comparou: “no cenário analógico, tínhamos uma atividade de contemplação e interpretação. Hoje temos interatividade e podemos ter participação. Somos ‘comunicantes’; somos, ao mesmo tempo, receptores e produtores”. Prova concreta desse potencial da rede e de seu caráter de movimento é a ampliação das redes sociais, nas quais participam milhões de pessoas ao redor do mundo e que hoje envolvem, inclusive, instituições.

Quando pensada como movimento, a comunicação, em seu sentido original de “tornar comum a muitos”, ganha uma dimensão política e uma relação direta com o poder. No caso, o “poder comunicacional”. Segundo Sérgio Amadeu da Silveira (in: BONILLA & PRETTO, 2011, p. 52), “O poder comunicacional hoje é, cada vez mais, realizado pelo acesso e uso pleno das tecnologias da informação”. Ele explica que “a expressão ‘poder comunicacional’ pode ser empregada para definir o grau de autonomia que um indivíduo ou coletivo possui para obter informações e para disseminar conteúdos independentemente da vontade de outros indivíduos e coletivos”.

É, pois, nesse jogo de confronto e interconexão com as mídias digitais que a mídia impressa enfrenta sua luta por sobrevivência. E a incorporação de novas tecnologias e sistemas de produção alteram não só o seu formato e dinâmicas de escrita e leitura. O ambiente dialógico e a desintermediação trazidos pela expansão da comunicação em rede, desafiam a mídia impressa – como acontece com outros meios massivos – a repensar sua natureza centralizadora e relação com o receptor, vez que o “poder comunicacional” é cada vez mais descentralizado, pois hoje a comunicação é mais movimento que instituição.

A cultura midiaticizada da sociedade contemporânea (a título de conclusão)

Nesse contexto em que “a sociedade enfrenta a sua mídia”, como nos propõe Braga (2006), em que a comunicação acontece em movimento, o conceito “mídia” ganha força no debate acadêmico. Se nosso campo de conhecimento experimenta transformações profundas, é necessário que nossas concepções e teorias sejam revisadas. Mais que nunca as articulações entre comunicação e cultura se mostram essenciais. E essas articulações não ficam limitadas a uma subordinação de uma a outra, ou a um entendimento dicotômico entre forma e conteúdo. Fazendo um paralelo com as categorias propostas por Karl Marx, “infraestrutura” e “superestrutura”, a comunicação não pode ficar restrita aos contornos da tecnologia ou a uma estética fragmentada, como elemento básico das dinâmicas do mercado, enquanto a cultura se situa em um plano superior, onde circulam os valores éticos, a ideologia e a política. Para Marx, a infraestrutura envolve as relações materiais de produção e dá sustentação às atividades econômicas, enquanto a superestrutura reflete a essência do sistema social e a própria estruturação do Estado. Para ele, as duas dimensões estruturais são interdependentes. Da mesma forma deve ser pensada a interdependência entre comunicação e cultura.

Mais do que aparato tecnológico, mais que componente da infraestrutura social, a comunicação precisa ser pensada como mediações culturais, na esfera da superestrutura da vida em sociedade; mormente em tempos de interculturalidades, nos quais a comunicação comparece como elemento estruturante de um mundo em que as fronteiras espaciais e temporais são diluídas. Para pensar a comunicação no século XXI é preciso romper com os modelos lineares e instrumentais com os quais trabalhamos anteriormente. Mesmo

porque a comunicação de massa com a qual aprendemos a lidar vai sendo transformada no contexto da sociedade em rede da qual participamos. Precisamos de uma nova tradução dos fenômenos comunicacionais. Como adverte Homi K. Bhabha (2007, p. 27), “O trabalho fronteiro da cultura exige um encontro com ‘o novo’ que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural”.

A tradução cultural se articula, portanto, nesse contexto de hibridações culturais, que marca a sociedade globalizada, pós-colonial, em que vivemos, marcada por uma concepção idealizada de pluralidade, que tenta ocultar as desigualdades sociais e econômicas. Como bem observa Stuart Hall (2008, p. 57),

Juntamente com as tendências homogeneizantes da globalização, existe a “proliferação subalterna da diferença”. Trata-se de um paradoxo da globalização contemporânea o fato de que, culturalmente, as coisas pareçam mais ou menos semelhantes entre si (um tipo de americanização da cultura global, por exemplo). Entretanto, concomitantemente, há a proliferação das “diferenças”.

É nessa perspectiva complexa, de ambivalências e contradições, que se configura o cenário de interculturalidades da sociedade contemporânea. Uma construção temporal-histórica de um “presente-futuro” que se articula com o “passado-presente”, então redesenhado, que combina elementos nostálgicos, a realidade do tempo presente e as perspectivas de futuro. Uma construção espacial-geográfica de territórios pouco estáveis, que sobrepõem campo e cidade e, especialmente, a mobilidade das pessoas, possibilitadas pelos meios de transporte e comunicação. Nesse cenário de interculturalidades e hibridismos, decorrentes

da midiática da sociedade, importa-nos entender os mecanismos com os quais a sociedade lida com os fenômenos midiáticos.

José Luiz Braga identifica “*um terceiro sistema de processos midiáticos*” na sociedade, que “corresponde a *atividades de resposta* produtiva e direcionadora da sociedade em interação com os produtos midiáticos” (BRAGA, 2006, p. 22). Segundo ele, para além das relações da sociedade com a mídia e das interações entre emissor e receptor e deles com a coletividade, existe um “sistema de interação social sobre a mídia”, um “sistema de resposta social”, que merece ser estudado para que se entenda como a “a sociedade enfrenta sua mídia”. Como refletimos em texto recente (in: MATTOS, JANOTTI & JACKS, 2012, p. 91), tal proposta de Braga estabelece uma relação dialética entre mídia e sociedade. Ele justifica o termo “enfrentamento” por notar que diferentes setores da sociedade “se voltam, reflexiva e/ou ativamente sobre a mídia, seus produtos e processos. Põem-se ‘de frente’ para interpretá-la”. Mas explica que “‘enfrentar’ não significa necessariamente se contrapor, oferecer resistência ou entrar em conflito aberto” (BRAGA, 2006, p. 307).

Nesse “enfrentamento” entre mídia e sociedade não existe, portanto, uma relação de causalidade ou de dicotomia, de submissão de uma instância à outra, como já ponderamos anteriormente (in: MATTOS, JANOTTI & JACKS, 2012, p. 91). Insistimos que “para pensarmos a sociedade midiática não nos servem nem as teorias dos efeitos da mídia, presentes nas formulações funcionalistas, nem a visão apocalíptica da teoria crítica”. E neste sentido os conceitos de mediações e midiática – que entendemos como complementares – nos oferecem novas perspectivas de análise.

Procuramos neste texto estabelecer relações entre mediações e midiática, entre culturas híbridas e inter (ou trans) culturalidade, entre mídia impressa e mídias digitais, na bus-

ca de um melhor entendimento da cultura midiaticizada que caracteriza o início do século XXI. O desafio que se coloca aos pesquisadores da área da comunicação e às instituições responsáveis pela formação de comunicadores é a de se pensar a comunicação em sua complexidade e dinamismo e de reconhecer que as transformações trazidas pelas inovações tecnológicas dão a ela um caráter de movimento, de natureza política e cultural. Mais que uma abordagem instrumental e técnica, precisamos encarar a comunicação de maneira dialética e crítica. A midiaticização da sociedade promove uma circulação “diferida e difusa” de informações e entretenimento em um “sistema de interação social sobre a mídia”, como vimos nas palavras de Braga. Essa conjuntura demanda comunicadores comunicólogos que possam pensar o seu fazer, para que possam atuar de maneira consciente no tempo histórico em que estão inseridos, de forma a que atuem como agentes de mediação comunicacional em uma cultura midiaticizada.

Referências

BARROS, Laan Mendes & KUNSCH, Dimas (org.). **Comunicação: saber, arte ou ciência**. São Paulo: Plêiade, 2008.

BARROS, Laan Mendes de (Org). **Discursos midiáticos: representações e apropriações culturais**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2011.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BONILLA, Maria Helena Silveira & PRETTO, Nelson De Luca (Orgs). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta a sua mídia: Dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 1, 9ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**, 4ª. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

McLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1995.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

_____. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Loyola, 2004.

MARTÍN SERRANO, Manuel. *La mediación social*. Madrid : Akal, 1987.

MATTOS, Maria Ângela, JANOTTI Jr, Jeder & JACKS, Nilda (orgs.). **Mediação & Mdiatização**. Salvador – Brasília: EDUFBA – Compós, 2012.

SQUIRRA, Sebastião. **Ciber Mídias: extensões comunicativas, expansões humanas**. Porto Alegre: Buqui, 2012.

WOLTON, Dominique. *Penser la communication*. Paris: Flammarion, 1997.

_____. *L'autre mondialisation*. Paris: Flammarion, 2003.

2. Reconfiguração da linguagem e globalização na perspectiva transdisciplinar da Análise de Discurso Crítica

JOANA ORMUNDO (FATEC-SP – UNIP)

Joana.ormundo@gmail.com

Este artigo tem como objetivo apresentar a perspectiva teórica da Análise de Discurso Crítica (ADC) para pesquisadores que desejam trilhar os caminhos de investigação das práticas de linguagem na globalização. Os avanços tecnológicos e a reconfiguração de uma sociedade globalizada impõem novas formas de uso da linguagem. A proposta transdisciplinar da Análise de Discurso Crítica em diálogo com a Teoria Social possibilitam a investigação da linguagem por meio das mudanças que têm ocorrido devido ao desenvolvimento tecnológico e às novas configurações das relações sociais em uma sociedade globalizada. Norman Fairclough (2006) aponta a necessidade de investigar as práticas de linguagem na sociedade contemporânea em uma abordagem transdisciplinar e multimodal devido às mudanças sociais, às mudanças tecnológicas e seu impacto na vida social e na forma como os sujeitos utilizam a linguagem.

A análise da linguagem na globalização pressupõe estabelecer uma ligação com trabalhos anteriores de Norman Fairclough (1989, 1992, 1995, 1996, 2000, 2003a, 2003b, 2006) em que contempla o diálogo com a Teoria Social. Fairclough aponta que as abordagens sobre a linguagem tendem a desvendar uma relação de jogos de interesses que traduzem a linguagem como um produto de consumo com objetivos próprios a serem alcançados, de forma que, em determinado momento, a linguagem foi vista como mercadoria relacionada aos elementos multissemióticos que a constituíam e a sua vinculação com as relações econômica, política, cultural que se materializou como um modelo concreto na proposta atual da nova versão da ADC esboçada em *Language and Globalization* (FAIRCLOUGH, 2006).

Linguagem e teoria social na perspectiva da ADC

A relação entre linguagem e sociedade e a multissemiótica é o centro das pesquisas na ADC. Chouliaraki e Fairclough (1999) desenvolveram a análise das linguagens demonstrando que as características das mudanças econômicas, sociais e culturais da modernidade tardia alteraram os processos discursivos, sendo que a vida social moderna ficou marcada pela pluralidade e pela fragmentação, o que ocasionou a proliferação de várias linguagens, tais como: a visual, a gestual, a não verbal, mais próximas do universo multissemiótico, e, também, a proliferação de novos gêneros discursivos.

Esse movimento semiótico impôs para a pesquisa em ADC um questionamento que consistiu em indagar sobre as maneiras de teorizar e de analisar as linguagens na sociedade contemporânea, que foi proposto pelos autores com base na leitura das obras de Chouliaraki e Fairclough (1999) e de Fairclough (2000), uma vez que essas obras

tratam a semiótica como um modelo ilustrativo da pesquisa sobre o tema *linguagem e globalização*. Essa é uma tendência que perpassa os trabalhos de Norman Fairclough e que foi construindo uma aproximação para a versão atual da ADC de aproximar a pesquisa sobre linguagem em uma perspectiva transdisciplinar por meio dos aspectos da economia-política-cultural, da multissemiótica e da teoria social com base nos estudos de Pierre Bourdieu.

Apesar de referências explícitas nos trabalhos de Chouliaraki e Fairclough (1999) e de Fairclough (1992, 2003a, 2003b, 2006) à teoria de Bourdieu (1990, 2003, 2004), percebo que esse diálogo foi se estreitando mais após as publicações próprias ao contexto da linguagem no novo capitalismo por meio de artigos de Fairclough (2003b), publicados em *websites*. Essa aproximação deu-se conforme dois tópicos tratados em Bourdieu e Wacquant (2005) e que foram fundamentais para a formulação dos caminhos que o pesquisador das práticas de linguagem deve se orientar a partir da análise social. A abordagem sociológica de Bourdieu (1990, 1996, 2003, 2004) consiste em pesquisar a estruturação das sociedades modernas complexas quanto às áreas sociais e suas interconexões variantes. O modelo estabelecido por Bourdieu relaciona-se com Fairclough (2003a), em que o autor explica as práticas sociais e suas inconstantes redes fazendo uso dos conceitos de *habitus* e de *campo*.

Fairclough (2003b) aborda a questão do *habitus* com base na definição de Bourdieu e Wacquant (2005) com o propósito de que essa abordagem possa ser considerada na análise de textos por meio de um evento social particular. Bourdieu e Wacquant (2005) estabelecem que o *habitus* está relacionado ao modo como as pessoas agem, o modo como percebem as coisas está baseado na sua socialização e experiência. Os modos como falam e escrevem vêm internalizados pelas experiências sociais das pessoas ou grupos

que as mobilizam a agir, perceber, organizar, de forma natural e inconsciente as suas ações e escolhas.

A aproximação da ADC com a teoria do campo de Bourdieu estreitou-se com base no modelo de investigação da linguagem na globalização, como proposto por Fairclough (2003b; 2006). Segundo Bourdieu (2003, 2004), o campo consiste em uma rede de posições em um espaço social definido pelo capital simbólico e por todas as formas de capital – econômico social ou cultural – que podem se converter em capital simbólico, e, mesmo que não sejam reconhecidos como tal, têm efeitos de poder.

A teoria do campo foi desenvolvida por Bourdieu (1990, 1996, 2004) com o propósito de analisar um universo social intermediário entre a produção textual, o contexto social e o universo social mais amplo. Nos textos produzidos, há aquilo que Bourdieu define como campo intermediário com regras próprias, fato que se aproxima das várias vozes da globalização que Fairclough (2006) sistematiza na obra *Language and Globalization*. Tal universo foi denominado campo (podendo ser caracterizado como campo político, jornalístico, literário, artístico, jurídico, científico). No campo, estão inseridos os agentes e as instituições que produzem e reproduzem o discurso da política, da arte, da literatura ou da ciência, entre outros, por meio da obediência às leis sociais próprias do campo em que agem.

O entendimento da noção do campo possibilita aprofundar as análises das práticas sociais no contexto em que elas ocorrem. Portanto, em qualquer campo, há a circulação de um capital simbólico reconhecido por todos os agentes, cuja acumulação pode levar um determinado agente a conquistar a hegemonia dentro de um campo. Para que haja a autonomia relativa de um campo, devem existir um corpo reconhecido de agentes consagrados, procedimentos estimulados ou proibidos e a vinculação dos indivíduos a um tipo específico de atividade.

Tendo em vista a relevância desses conceitos, aprofundei os estudos sobre a teoria do campo em Bourdieu, vislumbrando uma ligação do que Fairclough (2006) desenvolve com base no diálogo sociológico para a compreensão da prática social na linguagem e na globalização, verificando como a linguagem, nas estruturas sociais, é materializada em textos nos eventos sociais e funciona como forma de capital simbólico, pelo exercício de dominação simbólica. Como as práticas sociais na contemporaneidade estão cada vez mais centradas pelas novas tecnologias e no contexto da globalização que circula no ambiente *on-line*, proponho tratá-la como ‘campo linguístico *on-line*’ compreendendo que dentro deste campo há um hibridismo de campos linguísticos tanto como o midiático, o jornalístico, o religioso, o institucional, o familiar, o profissional e assim por diante.

A análise da linguagem na prática social também está estreitamente relacionada a outro aspecto importante que Fairclough (2003b, 2006) busca na Teoria Social. Trata-se do conceito de escala e de reescala que discute o espaço social local e global. Para Fairclough (2006), a globalização deve ser vista como uma questão de mudança nas ‘relações entre diferentes escalas da vida e da organização social’. Segundo o autor, na construção do espaço social estão presentes as propriedades atuantes, que são as diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem em diferentes campos. Portanto, a posição de um determinado agente no espaço social define-se pela posição ocupada por ele nos diferentes campos, pela distribuição dos poderes, advindos do capital econômico (nas suas diferentes formas); do capital cultural; do capital social e também do capital simbólico. O capital simbólico consiste no prestígio, na reputação, na fama, no reconhecimento que um determinado agente possui devido à posição que ele ocupa no campo e foi conduzido ao reconhecimento ou obteve capital simbólico, por meio dos

diferentes tipos de capital que ele acumulou no campo em que atua.

Outra contribuição da Teoria Social ligada ao conceito de campo, escala e de reescala é a noção de *ordem*. Trata-se de um conceito em que a sociedade é dividida em classes e grupos que são distribuídos como dominantes e dominados. Bourdieu (1990, p. 161) considera que “a ordem social é produto de uma luta simbólica para a imposição de uma visão de mundo de acordo com os interesses dos agentes”.

Feita a explicação sobre a relação que se estabelece com o conceito de habitus, de campo, de ordem, de escala e de reescala, partimos para o que Giddens (1991) explica sobre a ação do agente (instituição ou indivíduo) no campo. Segundo o autor, os agentes devem ter a capacidade de monitorar suas ações com base nas leis próprias do campo em que atuam. Essa capacidade é traduzida por Giddens como comportamento reflexivo. O agente, ao agir conforme padrões não compatíveis com o campo em que está inserido, produzirá efeitos de sentido de toda ordem.

A construção de uma abordagem transdisciplinar da ADC

Fairclough, em sua obra *Language and Globalization* (2006), apresenta o caminho da transdisciplinaridade para investigar as questões de linguagem no período da globalização. O autor traz uma nova versão da Análise de Discurso Crítica (ADC) que contempla a linguagem associada à economia política cultural, à Teoria Social de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant e à multimodalidade por meio da categoria analítica da recontextualização. A aproximação da análise da linguagem à economia política cultural é o resultado de um diálogo entre disciplinas e teorias, con-

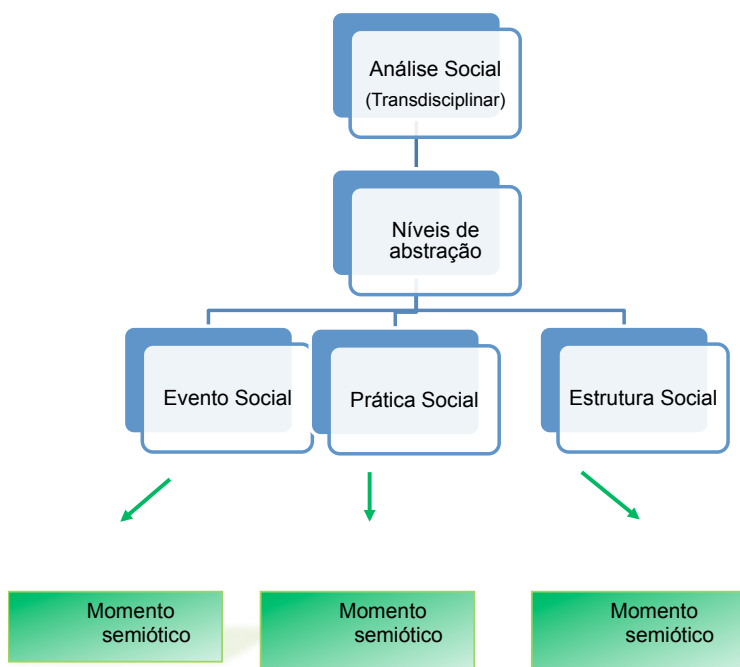
forme tem sido apresentado no decorrer do trabalho de Fairclough.

O autor enfatiza que os mecanismos e as condições que governam a seleção de determinados discursos são estrategicamente movidos por outros interesses de efetivação de mudanças nas atividades, nas interações e nas instituições sociais, assim como nas formas de governo, nos valores culturais, nas identidades, nos aspectos da realidade física, entre outros setores.

O diálogo do linguista com a Teoria Social é orientado pelos estudos de Bourdieu e Wacquant (2005), uma vez que, para Fairclough (2006), a pesquisa social, ao analisar textos e interações sociais, precisa da contribuição do analista do discurso para mostrar como os efeitos de sentido são reveladores de transformações socioeconômicas na sociedade globalizada e nas políticas dos governos.

O pesquisador que tem interesse em analisar os eventos sociais por meio da abordagem transdisciplinar encontra, em Fairclough (2006), uma nova orientação sobre a forma de efetivar a pesquisa. Ormundo (2007), com base em Fairclough (2006), compreende que esse exame deve se iniciar pela **análise social** e investigar os elementos da análise textual por meio dos **três níveis de abstração** que o autor apresentou para essa análise social, quais sejam: **eventos sociais, práticas sociais e estruturas sociais**, bem como o momento semiótico que está dialeticamente relacionado a cada um dos níveis citados. Para visualizar esse percurso, a autora formulou o esquema abaixo:

OS CAMINHOS PARA A ANÁLISE SOCIAL



Para Norman Fairclough (2006), o **texto** constitui-se no momento semiótico que orienta a análise do **evento social**. O autor denomina-o como o **poder** dos **agentes sociais** para agir e produzir um texto com determinados recursos (multimodais) e com propósitos particulares.

As **ordens do discurso** (diferentes discursos, gêneros e estilos) constituem-se no momento semiótico que orienta a análise da **prática social**. Para o autor, os agentes sociais escolhem as ordens do discurso na produção de seus textos com o propósito de atingir sentidos potencialmente inovadores e esses textos são interdiscursivamente híbridos, pois misturam essa produção inovadora de textos, tais como a multimodalidade e as variações nos discursos, nos gêneros

e nos estilos. Com isso, os agentes sociais produzem novos discursos híbridos, gêneros e estilos que poderão, de acordo com os interesses dos agentes sociais, ser selecionados, retidos e incorporados a novas ordens do discurso. Essa dinâmica da ordem do discurso apresenta-nos a compreensão de que qualquer mudança que ocorra na ordem do discurso está diretamente ligada à mudança no momento semiótico (de sentido) das relações que os agentes sociais travam nas instituições sociais, na organização social e nas práticas sociais ocorridas em qualquer ambiente.

A **linguagem**, por sua vez, constitui o momento semiótico da **estrutura social**. A forma como as instituições e as organizações estabelecem códigos para a orientação dos agentes no campo dá-se por meio da linguagem, e é aqui que se aplicam os conceitos sobre campo, *habitus* e ordem, conforme apresentado na Teoria Social de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant (2005).

A representação social por meio da recontextualização

A contribuição dos conceitos apresentados neste artigo aos estudos da ADC pode, também, estar relacionada àquilo que Fairclough (2003a, 2006) chama de *recontextualização*. O linguista propõe-se a olhar a maneira como a linguagem ocorre em instituições públicas e em organizações e que não deve versar, apenas, como uma forma de entrada dos discursos em domínios novos, mas deve-se associá-la ao entendimento dos diversos modos como são recebidos, apropriados, recontextualizados nas diferentes relações que são estabelecidas no campo em que foram inseridas.

Fairclough (2003b) aponta a necessidade de pesquisa naquilo que Bourdieu e Wacquant (2005) denominam como

“performativo do poder”, que consiste em verificar como o discurso vem internalizado em práticas sociais, sob quais circunstâncias é construído e se reconstruem as práticas sociais que incluem seus elementos não discursivos; como são representados nos modos de agir e de interagir – naquilo que os autores definem como *rotinas organizacionais*, procedimentos como inclusão dos gêneros; também na forma como as maneiras de ser e as identidades dos agentes sociais são inculcadas e materializadas nas ferramentas das instituições e organizações.

A recontextualização é apontada em Fairclough (2003a, 2006) como o processo pelo qual textos particulares, seletivamente, incorporam outros textos e, no sentido mais abstrato, ela ocorre quando as práticas sociais, seletivamente, incorporam outras práticas, bem como os discursos, os gêneros e os estilos a elas associadas.

O movimento da recontextualização foi apresentado também em Lectu (2006), tendo como base os estudos de Chouliaraki e Fairclough (1999). Lectu defende a (de)locação¹ de uma prática, discurso ou evento de seu contexto original e sua (re)locação em outro contexto. Utilizarei esse conceito neste artigo, no sentido de demonstrar o movimento do evento social ao ser (de)locado de uma escala local e (re)locado em outra(s) escala(s) e, com isso, ser recontextualizado.

Em Chouliaraki e Fairclough (1999), a recontextualização consiste na relação entre diferentes redes de práticas sociais, e seu enfoque consiste na questão de como determinados elementos de uma prática social são incorporados no contexto de outra prática. Para os autores, o princípio da recontextualização está estreitamente relacionado aos in-

1. A (de)locação é tratada pela autora como o movimento que traduz o caminho percorrido por algum evento de um lugar para outro. A (re)locação consiste no local em que esse evento foi posicionado.

teresses que determinados agentes pretendem atingir pelo uso de estratégias argumentativas e discursivas, com a finalidade de concretizar esses objetivos. Essa ideia é desenvolvida em Chouliaraki e Fairclough (1999) na discussão que os autores estabelecem com a Teoria do Campo de Bourdieu.

Assim, a recontextualização constitui, em termos gerais, a forma como um evento social é representado nas diversas áreas do conhecimento, nas cadeias de práticas sociais e nos gêneros. O processo de recontextualização é um processo ativo de apropriação de novos contextos, nos quais circunstâncias, histórias, trajetórias, posições estratégicas e forças de luta dentro desses novos contextos acomodam os elementos da recontextualização que foram apropriados e os resultados são recontextualizados. Nesse processo complexo, alguns elementos dos eventos sociais se perdem, outros são acrescidos, outros, transformados no seio de práticas discursivas, que, por sua vez, vão legitimá-los, avaliá-los, explicá-los, ou não.

Análise de Discurso Crítica como método de pesquisa

Segundo Fairclough (2003a), a Análise de Discurso Crítica permite uma análise transdisciplinar ao dialogar de forma articulada com a análise político-econômica e sociológica de vários tipos. Há muitos pesquisadores buscando esse caminho de análise, com base em outros recursos tanto teóricos como metodológicos. E acrescenta, ainda, que a ADC, como método de análise, pode utilizar os métodos empregados em qualquer área da pesquisa na qual se estrutura. Essa proposta é amadurecida em Fairclough (2006) com a apresentação de uma nova versão da ADC, fundamentada na investigação da linguagem em uma perspectiva

transdisciplinar que consiste em utilizar métodos de outras Teorias Sociais para a abordagem da linguagem.

Essa relação foi sendo desenhada no decorrer dos estudos da ADC nos trabalhos anteriores de Fairclough e ficou esboçada de forma regular e completa em *Analysing Discourse: textual analysis for social research* (FAIRCLOUGH, 2003) com as categorias analíticas que o autor explicita para a Prática Social e para a Análise Textual. Nesta obra, ficaram evidentes os métodos de análise buscados em outras teorias, tais como Teoria Social, Teoria dos Atos de Fala e outras. Em *Language and Globalization* (FAIRCLOUGH, 2006), o projeto de investigação proposto é dedicado à sistematização de um modelo de análise que envolve, de forma estrita, as pesquisas que objetivam investigar a relação entre *linguagem e globalização*.

As vozes da globalização na pesquisa em ADC

Para compreender a relação entre linguagem e globalização, é necessário detalhar o que Fairclough (2006) desenvolve sobre *vozes da globalização*. É importante compreender que, ao separá-las aqui, trata-se de um recurso meramente metodológico, pois, para o autor, elas não estão totalmente separadas, além do que a diferenciação que ele estabeleceu é uma “generalização simplista”, pois considera que há muitas ‘vozes’ diferentes na ‘conversação’ sobre globalização, mas essa divisão contribui para que se tenha em mente uma questão: “Quem está falando?”. Vamos a elas:

- **análise acadêmica:** voz que apresenta características teóricas e analíticas e seu propósito é produzir descrições, interpretações e teorias;

- **agências governamentais:** voz que se constitui nos discursos de governos nacionais, líderes políticos e organizações que são partes do Governo, tais como: ministérios e comissões, governo local e agências de governo internacionais;
- **organizações não governamentais:** voz que se constitui nos discursos de corporações empresariais, partidos políticos, instituições de caridade e corporações, tais como o Greenpeace;
- **mídia:** voz que veicula os discursos da imprensa, do rádio, da TV, da Internet e, em termos gerais, todas as entidades que contribuem para o papel social da mediação; e
- **pessoas comuns:** vozes que reproduzem experiências particulares em relação à globalização, tais como na interação face-a-face e na interação mediada.

Especifiquei as vozes da globalização com o intuito de aprofundar a discussão sobre os outros elementos que compõem a relação linguagem e globalização, que devem ser tratados com particularidade na análise de eventos de linguagem porque compreendo que o conjunto das vozes da globalização é o lugar em que se processam a globalização e a reconfiguração da linguagem. Considero, também, que a voz da mídia é muito relevante para a constituição de sentido de um determinado evento social, pois todas as outras vozes circulam pela voz da mídia o que caracteriza a hibridização de vozes nas práticas sociais com as linguagens.

Considerações finais

Com base no que aponte até aqui, proponho o diálogo entre os autores Fairclough e Bourdieu. Esse diálogo fornece os elementos necessários para analisar a linguagem na globalização e nos dá condições de atender ao propósito deste artigo que consiste em apontar um panorama teórico e metodológico que trata da reconfiguração da linguagem na globalização. E fica o convite ao leitor para aprofundar os estudos sobre a ADC como teoria e método de pesquisa no qual um determinado evento social é recontextualizado em outra prática social e como isso reconfigura a linguagem nas estruturas sociais.

A discussão apontada aqui sobre a revisão da abordagem da ADC e sua proposta de análise por meio das categorias analíticas apresentadas neste artigo, além do diálogo que a ADC estabelece com a teoria social, particularmente com os estudos de Bourdieu e Wacquant (2005), dão os elementos necessários para continuar a investigação que será o caminho a ser percorrido para as pesquisas que seguirem essa orientação.

Referências

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L.. El propósito de la sociología reflexiva. In: *Una invita* BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução Denice Bárbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, R. (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. Tradução Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Espaço social e poder simbólico*. In: Coisas ditas. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 149-168.

CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Language and Globalization*. London: Routledge, 2006.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003a.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis in researching language in the new capitalism: overdetermination, transdisciplinarity and textual analysis*. Lancaster, 2003b. Disponível em: <<http://www.cddc.vt.edu/host/lnc/lncarchive.html>>. Acesso em: 26 mai. 2006.

FAIRCLOUGH, N. *Media discourse*. London, New York, Sydney and Auckland: Edward Arnold, 1995b.

FAIRCLOUGH, N. *New labour, new language*. London and New York: Routledge, 2000.

FAIRCLOUGH, N. "Discourse and text: linguistic analysis" (version 2). In: *Working Papers Series, 31*. Lancaster: Lancaster University, s/d.

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London and New York: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis*. London and New York: Longman, 1995.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

GIDDENS, A. *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*. Cambridge: Polity Press, 1991.

ORMUNDO, J.S. *Reconfiguração da linguagem na globalização: Investigação da linguagem on-line*, Programa de Pós-Graduação em Linguística, UnB, Brasília, Tese de Doutorado, 2007.

WODAK, R. “Recontextualization and the transformation of meanings: a critical discourse analysis of decision making in EU meetings about employment policies”. In: Sarangi, S. & Coulthard, M. (eds.) *Discourse and social life*. Harlow, Essex: Longman/Pearson Education, 2000, pp. 185-206.

3.

Representações midiáticas das práticas sociais

CARLA REIS LONGHI
(UNIP- PUC/SP)¹

Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento, que analisa diferentes aspectos dos processos de representação midiática da esfera pública. Neste artigo, privilegamos a discussão sobre as representações midiáticas do cotidiano da cidade de São Paulo. Este objeto será definido em partes, pois articula distintos aspectos conceituais, metodológicos e diferentes âmbitos temáticos. Pensemos, primeiramente, sobre a ideia de representação, pois “*construir a noção de representação como o instrumento essencial da análise cultural é investir de uma pertinência operatória um dos conceitos centrais manuseados nestas sociedades*” (CHARTIER, 1991,184). Chartier neste trecho não se referia à nossa sociedade, mas notamos

1. Historiadora e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UNIP e professora do Departamento de História da PUC/SP

a completa pertinência desta fala para pensarmos sobre a nossa realidade, tomando-a como ponto de partida. Indicamos, então, neste artigo, que este é um conceito chave para a compreensão das formas de sociabilidade existentes contemporaneamente e, em função disto, partimos da sua discussão conceitual.

Nas definições antigas (por exemplo, a do Dicionário universal de Furetière em sua edição de 1727) (23), as acepções correspondentes à palavra “representação” atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pintá-lo” tal como é. (CHARTIER, 1991, p. 184)

A transcrição retoma os sentidos da palavra no séc. XVIII apontando para um entendimento que se constituiu anteriormente. Baitello (2005) nos mostra que a origem da palavra imagem (imago), no latim, significava ‘retrato de um morto’. Vemos que partilham do mesmo sentido, a presença de uma ausência. Esta presença pode se fazer por indícios materiais e/ou simbólicos, o que, segundo Chartier, possibilitou a construção de toda teoria dos signos e as especificidades dos símbolos como um tipo de signo social. A complexidade social, contudo, não permite que entendamos as representações, apenas como a presença de uma ausência. Por um lado, as representações criam desdobramentos de entendimentos que podem ocorrer por diferentes motivações. Os autores

das imagens podem buscar a teatralização social (CHARTIER, 1991) criando diferentes níveis de distanciamento do significado com o seu referente, num mascaramento de seu sentido original. Baudrillard já nos mostrou que este distanciamento pode ser tão extenso que passa a constituir simulacros e não mais representações. Neste processo de complexização e distanciamento, Baitello atenta para um outro aspecto, o esvaziamento dos sentidos da imagem. O autor entende que a origem das imagens visava preencher o ser humano de uma ausência. Isto significa dizer que o sentido das mesmas seria o de alimentar a imaginação, o sentimento e a memória humana, possibilitando nosso contínuo enriquecimento e crescimento. Mas se as imagens perdem o seu sentido simbólico, têm pouco a dizer e ao invés de garantirem um percurso de interiorização, se externalizam, alimentando a si próprias, pois como não dizem nada, precisam se reinventar continuamente para captar nossa atenção. Este percurso de distanciamento da imagem em relação à existência e de esvaziamento da primeira traz consequências às relações sociais:

A relação de representação é, desse modo, perturbada pela fraqueza da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não o é. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta: “Só os homens de guerra não estão disfarçados assim, porque na realidade a sua parte é mais essencial: estabelecem-se pela força, ao passo que os outros o fazem pela aparência” (28). (CHARTIER, 1991, P.185/186)

Vemos que ponderar sobre as imagens e as representações nos remete a pensar sobre os seus significados e usos sociais, necessariamente pensados num contexto sociocultural específico. O contexto aqui proposto é o contexto contemporâneo, ponderando sobre as representações midiáticas da cidade de São Paulo, no jornal Folha de S. Paulo, através da observação do Caderno Cotidiano, no intervalo de junho de 2009 à dezembro de 2009. Este caderno foi observado integralmente, no recorte temporal proposto, originando tabelas de registro de todas as matérias publicadas no mesmo, independente de seu tema. Em nossa pesquisa original, vários são os aspectos observados, mas para este artigo propomos a análise de como o cotidiano e, logo, os sujeitos sociais em interação com o mesmo são representados, ponderando também, sobre os sentidos das representações constituídas. Dentre as diferentes formas de representação social, delimitamos as representações midiáticas e para tanto propomos uma pequena reflexão sobre o papel do jornal na sociedade contemporânea. Com o crescimento das cidades, ocorreu um processo de fragmentação urbana, advindo tanto da atomização do sujeito e das possibilidades propostas pelas novas tecnologias quanto pelo crescente adensamento urbano que inviabiliza a leitura sobre a cidade. O morador da cidade e o visitante perdem a capacidade de compreender a cidade em sua totalidade, pois não têm mais condições de percorrê-la ‘in loco’. A própria organização urbana contemporânea inviabiliza esta possibilidade, pois é cada vez mais projetada para atender as necessidades de mobilidade. Esta se constitui e se mostra fragmentada²:

2. O conteúdo apresentado sobre a fragmentação do espaço urbano foi discutido pela autora no texto ‘Representações midiáticas das urbanidades’

“Do passeio do flâneur que reunia informações sobre a cidade para depois transferi-las às crônicas literárias e jornalísticas, passamos em cinquenta anos, ao helicóptero que sobrevoa a cidade e oferece a cada manhã, através da tela do televisor e das vozes do rádio, o panorama de uma megalópole vista em conjunto, sua unidade recomposta por quem vigia e informa” (CANCLINI, 2002, p.41)

O trecho acima é elucidador: a fragmentação, característica de nossa contemporaneidade leva à necessidade de meios que gerem imagens de totalidade, no caso, constituídos pelas mídias massivas. Isto indica, por um lado, a necessidade humana de buscar compreensões em imagens totalizadoras, “*A que erótica do saber se liga o êxtase de ler tal cosmos? Apreciando-o violentamente, pergunto-me onde se origina o prazer de ‘ver o conjunto’, de superar, de totalizar o mais desmesurado dos textos humanos.*” (CERTEAU, 1994, p.170), que seriam as referências sobre o que é comum, o que constitui a realidade para a maioria e, por outro lado, apresenta o papel que as mídias massivas assumem na constituição das referências sobre este público, então, sobre a realidade e, logo, sobre o próprio homem, num procedimento que, como colocado por Canclini, vigia e informa. Vemos que a forma como a cidade se organizou levou à necessidade de criação de novos processos de mediações para a leitura sobre a mesma. Esta circunstância gera desdobramentos e estes se relacionam ao papel assumido pelas mídias e ao significado de se construir referências sobre a realidade a partir de representações. Assim, as referências sociais sobre sua própria sociabilidade passam a se constituir por processos de representação e estes são sempre leituras sobre o real, ao mesmo tempo em que demonstram a importância que as diferentes mídias assumiram na sociedade contemporânea.

Mas por que definir a discussão sobre as representações do cotidiano? Pois como demonstra Meneses, o cotidiano é ‘*a ins-*

tância em que concretamente se instituem as relações sociais, em que práticas sociais dão corpo e efeito aos interesses em jogo’ (MENESES, 2006, p. 38). O cotidiano, neste artigo, é proposto na observação das práticas sociais no espaço urbano, a vivência da cidade “A palavra habitante vem do latim habeo, que quer dizer ter, manter uma relação constante com algo; o sufixo it (habito) aprofunda e reitera esta relação. Hábito, habitar, portanto, expressam um grau superior e constante de apropriação” (MENESES, 2006, p.39). Tanto o cotidiano quanto a própria organização do espaço urbano vêm sofrendo remodelações contínuas e o nosso interesse é o de ponderar sobre as características destes aspectos no contexto contemporâneo e midiático. Várias questões se colocam para esta abordagem. A primeira é a de como propor a discussão sobre o cotidiano de uma cidade como São Paulo. O espaço urbano paulistano é complexo, extenso e fragmentado, tornando-se impossível pensá-lo numa totalidade; assim, precisamos delimitar um corpus de pesquisa. Optamos por estabelecer um recorte bem específico: analisar as representações de sujeitos normalmente silenciados: as comunidades carentes, usualmente denominadas de favelas, na sua condição de habitantes, na relação com o espaço urbano.

Nos seis meses observados, poucas foram as matérias sobre estas comunidades. Observemos a proporção de matérias publicadas para cada tema (indicamos a quantidade de dias e não a quantidade de páginas), por mês observado:

	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Nov
Paraisópolis	1	1		1	1	
Heliópolis				4		
Brasilândia			1			
Filhos da Terra			1			
Capão Redondo			2	1		
Favela do Sapo		1				
Favela N. Jaguaré					1	
Cracolândia	1	7	2	3	2	1
USP	10	1				1

Vemos que, excetuando-se as matérias sobre a Cracolândia, batizada de Projeto Nova Luz, nenhuma outra comunidade apareceu mais de 4 vezes ao longo de seis meses. Colocamos a comparação sobre as matérias da greve na USP, para mostrar que esta temática totalizou 12 dias com matérias, numa desproporção de visibilidade, presente na comparação com outros diferentes temas, como a questão do cerceamento das áreas para fumantes, questões relativas ao transporte, ao Enem, sem contar com os temas que indiquem tragédias ou crises específicas, como a tragédia da queda do avião francês e a gripe suína, que ocuparam, ostensivamente, as páginas do Caderno Cotidiano. A observação do número de vezes que um tema aparece no jornal, deve se associar ao modo como o tema é discutido. Não é objeto deste artigo a discussão sobre a composição do próprio texto, mas gostaríamos de destacar que são aspectos importantes para analisar qualquer tipo de publicação. Assim, diferentes aspectos sobre o suporte utilizado, como a diagramação de página, tamanho da matéria, local do caderno onde se encontra, relação com imagens e manchete são aspectos observados, mas não analisados teoricamente neste espaço. Vejamos o perfil das matérias publicadas:

Jardim F. da Terra- 28/08

Paraisópolis- 13/07



Brasília - 06/08

Favela do Sapo
(Água Branca) - 16/07

VILA BRASÍLIA

Moradores fazem protesto contra lama na rua

LUIS EDUARDO SOUZA DO "AGORA"

Cerca de 200 moradores da Vila Brasília — na zona norte de São Paulo — bloquearam a avenida Deputado Cantídio Sampaio, entre as 18h e as 20h30 de ontem. Em conflito com a PM, um manifestante e um policial se feriram.

Eles protestaram contra a lama deixada todos os dias na rua por cerca de 700 caminhões de lixo que circulam em um aterro próximo ao local.

Os manifestantes fecharam a via acendendo fogo em entulhos. Além disso, também atiraram pedras e rojões contra a Polícia Militar. Para dispersar a multidão que se formou, a PM usou gás lacrimogêneo.

Um morador e um policial saíram feridos da manifestação de rua. Quatro pessoas foram detidas. A avenida Deputado Cantídio Sampaio foi liberada depois de um acordo com a Polícia Militar, que permitiu a passagem das reivindicações dos moradores ao poder público.

C6 cotidiano

Prefeitura de SP adia remoção de favela

Decisão foi tomada após moradores barrarem ontem de manhã o acesso dos funcionários municipais ao local, na margem

de um rio. A remoção da favela do Sapo, na zona norte de São Paulo, foi adiada para o mês de setembro. A Prefeitura de São Paulo decidiu não remover a favela do Sapo, na zona norte da cidade, até o mês de setembro. A decisão foi tomada após moradores barrarem ontem de manhã o acesso dos funcionários municipais ao local, na margem de um rio.

A Prefeitura de São Paulo decidiu não remover a favela do Sapo, na zona norte da cidade, até o mês de setembro. A decisão foi tomada após moradores barrarem ontem de manhã o acesso dos funcionários municipais ao local, na margem de um rio.

A Prefeitura de São Paulo decidiu não remover a favela do Sapo, na zona norte da cidade, até o mês de setembro. A decisão foi tomada após moradores barrarem ontem de manhã o acesso dos funcionários municipais ao local, na margem de um rio.

A Prefeitura de São Paulo decidiu não remover a favela do Sapo, na zona norte da cidade, até o mês de setembro. A decisão foi tomada após moradores barrarem ontem de manhã o acesso dos funcionários municipais ao local, na margem de um rio.

A Prefeitura de São Paulo decidiu não remover a favela do Sapo, na zona norte da cidade, até o mês de setembro. A decisão foi tomada após moradores barrarem ontem de manhã o acesso dos funcionários municipais ao local, na margem de um rio.

A Prefeitura de São Paulo decidiu não remover a favela do Sapo, na zona norte da cidade, até o mês de setembro. A decisão foi tomada após moradores barrarem ontem de manhã o acesso dos funcionários municipais ao local, na margem de um rio.



C8 cotidiano

Desalojados aguardam casa desde 2003

Mais de 200 famílias aguardam há mais de sete anos por uma casa própria em uma área de habitação

Uma reportagem publicada no site da Prefeitura de São Paulo, em 16 de julho de 2009, relata a situação de desalojados em uma área de habitação. Mais de 200 famílias aguardam há mais de sete anos por uma casa própria. A reportagem foi publicada no site da Prefeitura de São Paulo, em 16 de julho de 2009.

Uma reportagem publicada no site da Prefeitura de São Paulo, em 16 de julho de 2009, relata a situação de desalojados em uma área de habitação. Mais de 200 famílias aguardam há mais de sete anos por uma casa própria. A reportagem foi publicada no site da Prefeitura de São Paulo, em 16 de julho de 2009.

Uma reportagem publicada no site da Prefeitura de São Paulo, em 16 de julho de 2009, relata a situação de desalojados em uma área de habitação. Mais de 200 famílias aguardam há mais de sete anos por uma casa própria. A reportagem foi publicada no site da Prefeitura de São Paulo, em 16 de julho de 2009.

Uma reportagem publicada no site da Prefeitura de São Paulo, em 16 de julho de 2009, relata a situação de desalojados em uma área de habitação. Mais de 200 famílias aguardam há mais de sete anos por uma casa própria. A reportagem foi publicada no site da Prefeitura de São Paulo, em 16 de julho de 2009.

Uma reportagem publicada no site da Prefeitura de São Paulo, em 16 de julho de 2009, relata a situação de desalojados em uma área de habitação. Mais de 200 famílias aguardam há mais de sete anos por uma casa própria. A reportagem foi publicada no site da Prefeitura de São Paulo, em 16 de julho de 2009.

Uma reportagem publicada no site da Prefeitura de São Paulo, em 16 de julho de 2009, relata a situação de desalojados em uma área de habitação. Mais de 200 famílias aguardam há mais de sete anos por uma casa própria. A reportagem foi publicada no site da Prefeitura de São Paulo, em 16 de julho de 2009.

Uma reportagem publicada no site da Prefeitura de São Paulo, em 16 de julho de 2009, relata a situação de desalojados em uma área de habitação. Mais de 200 famílias aguardam há mais de sete anos por uma casa própria. A reportagem foi publicada no site da Prefeitura de São Paulo, em 16 de julho de 2009.



Capão Redondo- 25/08

Heliópolis- 02/09

cotidiano

Desocupação termina em confronto entre polícia e sem-teto

SIMULADO ABERTO

nov enem

14h, 29/08 - DOM, 29/08 | Horário das 13h às 18h

PARTICIPE DO MAIOR SIMULADO NOVO ENEM!

WWW.SIMULADONOVONEM.COM.BR

cotidiano

Moradores queimam veículos após morte de uma adolescente

RANKING DO MEC - 2009

FACAMP

NOVAMENTE ENTRE AS 21 MELHORES DO BRASIL

O MEC divulgou pela segunda vez o ranking das instituições de Ensino Superior do Brasil. Em 2009 foram avaliadas 2001 universidades, centros universitários e faculdades.

A FACAMP, pela segunda vez, está entre as 21 que alcançaram a nota máxima 5, atestado de alta qualidade de ensino.

Esse resultado confirma a excelência de todos os cursos da FACAMP

Das matérias destacadas, podemos observar que, excetuando-se a discussão sobre a Brasilândia que apresenta um protesto contra a condição de vida na favela, apresentando moradores cansados com os maus tratos recebidos, neste caso pela presença contínua de lama nas ruas, em função da passagem de caminhões de lixo para o transporte do mesmo para um aterro próximo, todas as outras se relacionam ou ao despejo, então a perda da moradia, ou a mortes em função de tiroteios com a polícia. Nos dois casos a população reage com barricadas, fechando os acessos de sua comunidade, barricadas reforçadas com o fogo ateados a colchões, pneus ou o que estiver à frente. Vemos que há uma reincidência na forma como estas comunidades são mostradas e algumas questões se colocam sobre isto. Primeiro, ao considerarmos as práticas sociais. Certeau as analisa através de duas modalidades operatórias: as estratégias e táticas. Por estratégias entende:

“o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes, concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa) [...]. É também um domínio dos lugares pela vista. A divisão do espaço permite uma prática panóptica a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar portanto e ‘incluir’ na sua visão.” (CERTEAU, 1994, p. 99/100)

Nosso objeto traz duas instâncias de estratégias colocadas que se constituem paralelamente, mas vinculadas

ao mesmo projeto social. Assim, tomando-se o contexto das comunidades retratadas, vemos a clara estratégia de controle social imposto tanto pelos setores privados (as empresas que circulam no interior da comunidade causando estragos, as empresas que conseguem reintegração de posse) quanto pelos setores públicos em convergência aos interesses privados. Há um discurso de poder, posto na lógica da estratégia que, a todo momento, informa o lugar destes sujeitos no interior da sociedade. Ainda segundo Certeau, a própria definição do conceito de estratégia pressupõe a constituição de um lugar próprio e para o autor todo lugar define uma normatização que aparece como reguladora social, mas que na verdade, é um discurso de poder, um domínio. Retomando Bauman, estes sujeitos são parte da categoria dos *vagabundos*, presos ao lugar e à imposição do lugar, pois para Certeau, o lugar define regras e lógicas sociais que procuram classificar e ordenar os diferentes grupos sociais. Como estratégia, os *vagabundos* são lembrados de que devem se submeter, pois só assim podem participar do sistema; ao mesmo tempo, como já colocou Certeau, é uma estratégia de visibilidade, que visa afirmar aos outros sujeitos o lugar que ninguém quer estar, construindo o discurso de que a participação na lógica do consumo pode propiciar a distinção em relações àqueles que ninguém quer ser ou ver. “*O vagabundo é o alter ego do turista*” (BAUMAN, 1999, p.102) e cumpre este papel. Como segunda instância definimos o papel do próprio jornal que também demarca um discurso sobre estes sujeitos sociais. Em entrevista a este mesmo caderno, Raquel Rolnik afirma que muitas coisas acontecem nestas comunidades, entre elas, fatos muito positivos, mas estas comunidades são sempre retratadas da mesma forma, como sujeitos desprovidos, carentes em todos os aspectos, submetidos às demandas

impostas, reagindo a estas de modo desesperado e infrutífero e a isto Chartier chamará das lutas dos processos de representação. Segundo ele:

a noção de “ representação coletiva” autoriza a articular, sem dúvida melhor que o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 1991, p.183)

Chartier demonstra que os processos de representação social atendem a diferentes intencionalidades. Como objetivo, visam a constituição de identidades, através de práticas propostas pelos próprios grupos que buscam uma qualificação de uma pessoa ou grupos sociais, buscando a constituição de identidades individuais e coletivas. Nesse sentido, aproxima-se da noção de ‘táticas’ proposta por Certeau “*Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas.*” (CERTEAU, 1994, p. 100). Estas são indefinidas, buscam autonomia e oposição às estratégias impostas. Vejamos o exemplo abaixo:



NUMA INCURSÃO pelos becos de terra batida e esgoto a céu aberto, homens que faziam vigília nas lajes atiraram pedras, gritaram para que os estrangeiros saíssem dali e disseram que eles não podiam tirar foto. A favela, na divisa das zonas sul e oeste, já foi alvo de ações da polícia em razão do tráfico.

O grupo foi retirado às pressas por assessores da prefeitura, que falavam nervosos ao celular e pediam a presença da polícia, que não apareceu.

“Não importa. Trabalho com

O destaque desta matéria apresenta as táticas sociais propostas pelos moradores da Favela de Paraisópolis “[...] homens que faziam vigília nas lajes atiravam pedras, gritavam para que os estrangeiros saíssem dali e disseram que eles não podiam tirar foto.” A íntegra da matéria demonstra a surpresa destes urbanistas com a reação dos moradores; o intuito dos visitantes, para os mesmos, era o de contribuir, trazendo soluções para o planejamento urbano. Para os moradores, estava demarcado um lugar, agora proposto no sentido discutido por Augé, um território de identidades e pertencimentos que não podia ser apropriado sem autorização e seus moradores não poderiam ser tratados como objetos exóticos; aqui se delineava, claramente, uma disputa simbólica. O jornal articula suas estratégias discursivas frente às táticas sociais. Na sequência do texto transcrito, justifica a ação dos moradores ‘A favela, já foi alvo de ações policiais’, mas impõe um sentido para isto, demarcando, mais uma vez, um lugar social ‘[...] em razão do tráfico’. Para Certeau as

estratégias e táticas são dinâmicas, num confronto contínuo. Mas enfrentam, como mostra Chartier, a contínua busca das formas institucionalizadas que querem demarcar uma visão de mundo, o que favorece construções classificatórias e ordenadoras deste social. Desta forma, as representações são processos de lutas simbólicas, que nem sempre explicitam a condição de guerra, mas indicam os sujeitos submetidos e os discursos vitoriosos. Isto por que são, em primeira instância, processos de regulação do mundo, pois para representar é preciso, primeiro, classificar e a classificação é uma forma de ordenação e, intencionalmente ou não, de hierarquização. Para Foucault, os processos de classificações são construções discursivas sobre o saber que se apresentam como conhecimentos constituídos, diluindo a função discursiva como lógica de poder. Assim, ao se constatar o modo como diferentes grupos ou situações são representadas, definimos o lugar social que lhes é imputado, o que remete a um segundo aspecto, sobre quem são os sujeitos sociais que ordenam o mundo e como os diferentes grupos articulam suas práticas no intuito de demarcar sua própria condição.

Na tabela apresentada anteriormente, notamos a presença destoante do número de matérias sobre a Cracolândia, depois Projeto Nova Luz. Abaixo destacamos um trecho que explicita as motivações expressas pela prefeitura:

Kassab quer que cracolândia seja bairro mais povoado de SP

Meta é atingir densidade de 35 mil habitantes por km² — ou 350 por quadra

Erremon

Região concentra hoje centenas de vicados, que fumam crack à luz do dia; projeto urbanístico deve ficar pronto só em 2010

DA REPÓRTER LOCAL

O projeto de revitalização da cracolândia elaborado pelo governo Gilberto Kassab (DEM) prevê transformar a área, no centro de São Paulo, no bairro com a maior população por metro quadrado da cidade.

Ocupada por prostitutas desde a década de 1930, a região concentra centenas de vicados, que fumam crack nas ruas em plena luz do dia, e é alvo de frequentes operações policiais.

A prefeitura estabeleceu como meta uma densidade populacional de 35 mil habitantes por km² — o equivalente a 17,5 mil moradores nos 500 mil me-

tros quadrados da região.

O dado consta do edital — aberto ontem para consulta pública — de contratação da empresa que fará o projeto urbanístico do novo bairro, reativado de Nova Luz.

O projeto, que deve ficar pronto só no segundo semestre de 2010, diz exatamente quais tipos de prédios poderão ser feitos em cada local e terá de prever a construção de praças, centros de lazer e garagens e o alargamento das calçadas.

Com o projeto pronto, a prefeitura vai abrir licitação para escolher outra empresa que será responsável por implantá-lo. Essa empresa terá o direito de desapropriar imóveis, mas deve fazer as obras exigidas pela prefeitura. Em troca, poderá lucrar na venda dos imóveis na área valorizada. As obras não devem começar antes de 2011.

A prefeitura não sabe exatamente quantos moradores a área tem hoje, mas estima que são entre 10 mil e 12 mil.

O índice de 350 habitantes por quadra (100 m x 100 m) foi definido, segundo o secretário de Desenvolvimento Urbano, Miguel Bucaram, para aproveitar a infraestrutura já instalada — como as redes de água e luz.

Na região, já estão o Museu da Língua Portuguesa, a Sala São Paulo e o Pinacoteca. Ainda será instalado o futuro Palácio da Dança, com projeto estimado em R\$ 315 milhões.

Devem ser construídas cerca de 6.000 moradias na área, parte delas para famílias de baixa renda, financiadas pelo programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal.

A prefeitura pretende estimular um maior aumento da população nas vias do entorno da cracolândia — avenidas Piranga, Casper Libero, Duque

de Caxias e Rio Branco — e na rua Santa Hfigênia.

Lapa e Barcelona

A Polha ouviu especialistas do mercado imobiliário, que consideram prematuro avaliar se o projeto terá sucesso, mas o diretor de incorporação da Klabin Segall, Silvio Chamone, aposta num boom de investimentos, se não houver percalços nas desapropriações.

“Visitamos outras cidades com projetos semelhantes, como Barcelona, ou mesmo o Rio, onde lançamos um projeto na Lapa, que é muito similar à cracolândia. Lá, vendemos 688 unidades em dias horas”, diz.

Ele afirma, no entanto, que se não houver mudança na percepção da falta de segurança na cracolândia, será difícil convencer as pessoas a se mudar para o bairro. **ERREMON SP/PAULISTA E JOEL FERRETO/ESPRESSO**

O Projeto Nova Luz é um projeto de planejamento urbano que se apresenta muito controverso. No momento da publicação destas matérias, como indicado nas mesmas, tratava-se da proposição de um estudo de viabilidade econômica para a área. Segundo diferentes urbanistas e arquitetos consultados nestas matérias, o projeto pressupõe grande investimento privado e não define claramente uma política de habitação para setores carentes ou políticas de investimento em infraestrutura básica, fato que passa a ser criticado. Outro aspecto presente em todas as matérias é o problema do crack, para a viabilização do projeto. É interessante notar como o problema do crack é colocado mais como um problema econômico que um problema social, desvelando o fato de que o interesse da prefeitura e do governo do estado é o de limpar a área para viabilizar o projeto urbanístico em estudo. Abaixo disponibilizamos duas matérias; a primeira, de 28/07 é interessante por mostrar a tentativa da prefeitura de maquiagem a apresentação do local para os arquitetos e urbanistas convidados para evento organizado; é o discurso institucional e suas intencionalidades. A segunda é um destaque da matéria

do dia 22/07, pontuando o olhar sobre o problema do crack. Os conflitos expressam os diferentes olhares:

Projeto Cracolândia- 28/07

Cracolândia- 22-07

!!! foco

Urbanistas estrangeiros veem uma cracolândia sem crack em visita a São Paulo

VINICIUS QUEIROZ GALVÃO
DA REPORTAGEM LOCAL

Uma cracolândia sem crack, uma Luz sem prostitutas, um centro sem assaltos e ruas sem lixo. Foi essa a São Paulo que um grupo de urbanistas estrangeiros trazido pelo IAB-SP (Instituto de Arquitetos do Brasil), em parceria com a prefeitura, conheceu ontem.

Da Sala São Paulo, o grupo saiu escoltado por dois guardas civis armados na direção da Estação da Luz e da Pinacoteca. Em vez do trajeto original previsto pela prefeitura, que incluía ruas do reduto do tráfico de drogas, o grupo estrangeiro passou pela tangente da cracolândia e só viu de longe a degradação dos prédios da região.

No meio do caminho, um homem com um tubo de cola na mão interrompeu a turma, pedindo dinheiro e uma "ajuda pelo amor de Deus". Em dois tempos, foi enotado pela escolta armada.

A justificativa dos organizadores para a mudança de itinerário foi "a falta de tempo": "Área degradada e área degradada. Não sentimos a necessidade de entrar naquela região porque temos dados que falam dela", disse a presidente do IAB de São Paulo, Rosana Ferrari.

"Saio da Sala São Paulo e vejo aquele horror. Farece o 'Ensaio sobre a Cogueira'. Agora, o pessoal não viu isso. Eles estão preocupados com o desenho urbano da cidade", afirmou Nadia Somekh, titular do Brasil na UIA (União Internacional de Arquitetos), da qual boa parte do grupo faz parte, e responsável por trazer os estrangeiros ao país para discutir o projeto de revitalização da Nova Luz.

"A vizinhança precisa ser limpada. Tem muito problema social. Quero voltar daqui a dez anos e ver como ficou", disse o cinegrafista Chong Chia Goh, queriu ao saber do antigo projeto de reurbanização de favelas que leva o nome desse país.

A tarde, no auditório da prefeitura, os arquitetos estrangeiros da UIA ouviram afincadas de lado a lado do secretário de Desenvolvimento Urbano, Miguel Luiz Bucarem, e da arquiteta petista Nadia Somekh.

Para ela, "as operações urbanas tomam 20% do mapa da cidade e só são voltadas para os carros". Para ele, "não cabe importar molelos e tentar transportar para cá, não vai funcionar".

COLUNISTA DA FOLHA

O governo estadual concluiu que depende menos da polícia do que dos psiquiatras para enfrentar o crack na região da Luz. Essa é a principal novidade do plano desenhado para tentar diminuir a incidência do uso de drogas na cracolândia, onde, apesar das várias ofensivas repressivas, continuam as imagens de consumo do crack —que atrapalham os projetos de revitalização da Luz, uma das promessas do governador José Serra (PSDB) e do prefeito Gilberto Kassab (DEM).

O sucesso vai depender, se-

Como discutido, contudo, estratégias e táticas se compõem continuamente em estado de tensão e a questão do crack se mostra como um problema de dimensões profundas. Estes sujeitos marginais ao sistema insistem em permanecer no mesmo, enfrentando as diferentes estratégias de controle social. Frente aos mapas urbanos propostos pelo discurso institucional, estes sujeitos definem percursos, demarcam delinquências “Se o delinquente só existe deslocando-se, se tem por especificidade viver não à margem mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca, se ele se caracteriza pelo privilégio do percurso sobre o estado, o relato é delinquente.” (CERTEAU, 1994, p. 216)

Exilados da cracolândia vagam pelo centro

Usuários de crack que deixaram a região após ação do Estado se espalham em grupos para outros pontos na região central

Comunicadores de drogas e grupos paravivendistas estão presentes na região de praça da República. A maioria é do Largo do Santos Xavier

INSCRIÇÃO
REABERTURA
FOTO: RICARDO LACERDA

Os conflitos com forças de segurança em São Paulo foram uma realidade durante o período de ocupação da região de praça da República. A maioria dos usuários de crack que deixaram a região após a ação do Estado se espalham em grupos para outros pontos na região central. Segundo comunicadores de drogas e grupos paravivendistas, a maioria dos usuários de crack que deixaram a região após a ação do Estado se espalham em grupos para outros pontos na região central. Segundo comunicadores de drogas e grupos paravivendistas, a maioria dos usuários de crack que deixaram a região após a ação do Estado se espalham em grupos para outros pontos na região central.



Grupo de comunicadores de crack está a deriva em Praça de Santos Xavier, após operação Fôlego perto da região de Cracolândia

Segundo comunicadores de drogas e grupos paravivendistas, a maioria dos usuários de crack que deixaram a região após a ação do Estado se espalham em grupos para outros pontos na região central. Segundo comunicadores de drogas e grupos paravivendistas, a maioria dos usuários de crack que deixaram a região após a ação do Estado se espalham em grupos para outros pontos na região central.

de drogas, que têm como finalidade estabelecer o funcionamento da região de praça da República. A maioria dos usuários de crack que deixaram a região após a ação do Estado se espalham em grupos para outros pontos na região central. Segundo comunicadores de drogas e grupos paravivendistas, a maioria dos usuários de crack que deixaram a região após a ação do Estado se espalham em grupos para outros pontos na região central.



09-08

Em todas as matérias publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo sobre as comunidades carentes, dois aspectos discutidos merecem destaque. Primeiro, estas comunidades lutam por condições de urbanidade e não conseguem identificar a cidade da qual fazem parte, como um lugar de fruição pois “para ser culturalmente qualificada como cidade, ela precisa ser boa como cidade, precisa de condições de viabilidade econômica, infraestrutura, políticas adequadas de habitação, transporte, saúde, educação, etc.” (MENESES, A2006, p.39). Apesar disso, entendem seus territórios como lugares de pertencimento, veem-se como habitantes e definem táticas de confronto, muitas delas já reconhecidas e usuais, como as barricadas, o fogo, as pedras no caminho e outras indicando a persistência de existir, mostrando-se como pedras no caminho. Estes são sujeitos presos aos territórios, os *vagabundos* que se põem em movimento não por desejo, mas por imposição do sistema. Segundo, as lutas simbólicas são tão densas e tensas quanto as lutas materiais; neste processo, contudo, diferentes instâncias de confronto se instalam, entre elas, as diferentes representações constituídas, inclusive pelas mídias massivas, no caso o jornal, que ao fazê-las corroboram um discurso social disseminado, reforçando os lugares sociais já inscritos

e mascarando a condição de discurso e logo de poder posta na construção das representações sociais.

Referências

AUGÉ, Marc. **Os Não Lugares**. Campinas, Editora Papi-
rus, 1994.

BAITELLO JR, Norval. **A era da iconofagia**. Ed. Ha-
cker, S. P., 2005

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lis-
boa, Relógio D'Água, 1991.

BAUMAN, Z. (2004) **Vida líquida**, R.J. Jorge Zahar, 2007.

_____. **Globalização- as consequências**
humanas, RJ, Jorge Zahar, 1999.

_____. **Comunidade**, R.J., Jorge Zahar,
2003

CANCLINI, Néstor G. **Culturas Híbridas**, S.P, edusp,
2006, 4. ed.

_____. Cidades e Cidadãos imaginados
pelos meios de Comunicação IN **Opinião Pública**, Cam-
pinas, vol.VIII, n.1, 2002

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**, SP,
Vozes, 1994, tomo I

CHARTIER, Roger. "O Mundo como Representação"
IN **Estudos Avançados** n. 11, 1991

_____. **A História Cultural- entre práti-
cas e representações**, Lisboa, Difel, 1990

_____. “Textos, impressões e leituras” IN
Hunt, Lynn. **História Cultural**, S.P., Martins Fontes,
2006, 2ª. Ed.

FERRARA, Lucrecia. Cidade: meio, mídia e mediação IN
Revista Matrizes, São Paulo, ECA/USP, 2008, Ano1, n. 2.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, R. J., Edi-
ções Graal, 1988, 7ª. Ed.

_____. **A Ordem do Discurso**, S. P., Edi-
ções Loyola, 2010, 20ª. Ed.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. RJ,
Ed. UFRJ, 1997.

MENESES, Ulpiano T.B. *A Cidade como Bem Cultural* IN
Mori, V.H. et alli (org.). **Patrimônio: Atualizando o
Debate**, São Paulo, Sr/IPHAN, 2006

JORNAL FOLHA DE S. PAULO- CADERNO COTI-
DIANO- JUNHO DE 2009 NOVEMBRO DE 2009.

4.

Expressões do imaginário nos processos comunicacionais cotidianos: do “terror psicológico” e do “assédio moral” ao “bullying”

MAGALI DO NASCIMENTO CUNHA

“Imaginário” é compreensão que nasce na filosofia, instigou filósofos de diferentes épocas, historiadores, psicanalistas, antropólogos, sociólogos e vem seduzindo comunicólogos. A imaginação, tomada por bom tempo com desconfiança nos espaços acadêmicos, gradativamente ocupa seu lugar, merecido, no campo das atenções de pesquisadores, estudiosos das interações sociais.

Vivemos de imagens, vivemos de imaginação socialmente construída, o que forma e reforma nossas crenças, nossa linguagem, nossas organizações, nossas leis, nossas atitudes frente às demandas da vida e ao outro: o que é ser homem ou mulher ou os dois? por que comprar uma casa? como vive um idoso? o que é um estrangeiro? o que vou ser quando crescer? quem canta música popular? o que é

aposentadoria? Temos respostas a estas perguntas construídas coletivamente. Muitas se referem a perspectivas individuais, projetos de vida, mas este “individual” é, certamente, resultante de um coletivo. Ninguém vive sozinho. Somos o que o outro é em nós.

E é aqui que penetramos no campo que interessa a este trabalho, o campo da comunicação. “Tornar comum”, comunicar, é tornar possível a vida em comum. Precisamos do outro. Somos seres sociais. Como pensar a imaginação social sem a comunicação, as trocas, os intercâmbios de ideias, sentimentos, sonhos, desejos? como pensar os processos comunicacionais que dão forma às apropriações e representações sociais sem considerar a imaginação social, dos coletivos? Como não enxergar o lugar das mídias, cujos discursos se apropriam de imagens socialmente construídas e ao mesmo tempo as representam contribuindo no processo de construção e reconstrução, criação e recriação dessas mesmas e de outras imagens?

Pensar a relação imaginário-comunicação é tomar um fértil campo de estudo e pesquisa, afinal, a vida em sociedade é construída por interações sociais que produzem cultura (modos de vida), relacionados a hábitos cotidianos, às formas de comunicação, às leis, regras e convenções sociais, às visões de mundo, aos sonhos e desejos. O filósofo grego Cornelius Castoriadis denomina esta coleção de produtos das interações sociais (figuras/formas/imagens) “significações imaginárias”, que formam um todo coerente, o imaginário, ou seja, são criadas e partilhadas para dar sentido e coesão à existência de um grupo. Para Castoriadis, é somente a partir dessas “significações imaginárias” que se pode falar de “alguma coisa” (1995, p. 36).

O imaginário é, portanto, um componente da existência humana como experiência marcadamente social, que dá sentido à vida coletiva e é ressignificado por ela, tornando-se um elemento em permanente construção. Imaginário é a elaboração coletiva da coleção de imagens formada pelo ser humano

de tudo o que ele apreende visualmente e experiencialmente do mundo (CUNHA, 2011, p. 38). Ele é, pois, socializado por processos comunicacionais por meio dos quais o ser humano interage, de forma interpessoal e massiva, mediada ou não.

Componente marcadamente fundamental a estes processos é a linguagem que, de forma verbal ou não verbal, significa a forma de o ser humano manifestar pensamento e sentimentos, o mundo objetivo e o subjetivo. Graças à Linguística, de Ferdinand Saussure, à Semiótica, de Charles Peirce, e à Teoria do Discurso, de Michel Pêcheux, e seus desenvolvimentos, é possível compreender a linguagem como um sistema estabelecido pelo ser humano, cujos componentes são os signos (tudo aquilo que significa) que, relacionados, formam um repertório, o instrumento pelo qual o ser humano interage, estabelece diálogo e atribui sentido à realidade.

A este trabalho interessa atentar para a linguagem verbal como expressão do imaginário nos processos comunicacionais cotidianos, a fim de identificar o seu lugar destacado na socialização de significações imaginárias, de modos de ver/interpretar o mundo, a vida. De forma específica, este estudo procurará identificar como as significações sociais imaginárias construídas no contexto da contemporaneidade (denominada por alguns estudiosos pós-modernidade; por outros, modernidade tardia; ou, ainda por, hipermodernidade), por meio da linguagem, restringem, limitam e/ou banalizam a compreensão de violência. Para isso, será tomada, como caso ilustrativo, a ampla utilização do termo “bullying” no Brasil nas mídias noticiosas, a partir de 2010.

A palavra como construção social imaginária

Os desenvolvimentos dos estudos da linguagem ensinam que referir-se a ela é tratar de algo muito mais complexo

do que a um sistema de expressão do pensamento composto de signos ou de regras formais: linguagem é produção, é trabalho, e, como tal é mediação entre o ser humano e a realidade social na qual está inserido. Esta noção é uma das significativas contribuições que os teóricos da linguagem e do discurso oferecem para os estudos da comunicação e que desafia à busca da compreensão dos sentidos que são construídos no cotidiano. O filósofo russo Mikhail Bakhtin se destaca nesse campo de estudos, tornando-se referência, a partir de ideias que expressam que:

a comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. [...] As relações sociais evoluem (em função das infra-estruturas), depois a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua. (1988, p. 124).

Daí a compreensão de que, sendo parte da construção social, a linguagem é modificada de acordo com as mudanças na vida social, e isto se dá a partir das próprias necessidades da vida coletiva. Por isso, para Bakhtin, o “centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” (1998, p. 121). O filósofo russo, enfim, afirma:

É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual

se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica.[...] A palavra é capaz de registrar as faces transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAKHTIN, 1988, p. 31).

Esse princípio leva à noção de que o sentido da palavra não está na palavra mesma mas na sociedade que dela se utiliza. Segundo Adam Schaff, a palavra não se origina em si mesma e não se desenvolve de maneira natural, "sem a ingerência do processo social da educação" (1974, p. 254). Isto significa que o indivíduo, ao nascer, já recebe, no aprendizado da linguagem, os conceitos (significações imaginárias) construídos em sociedade e a partir deles elabora as palavras e, por sua vez, os discursos.

Cada língua contém em si "uma visão de mundo" definida, um esquema ou um estereótipo determinado da intuição do mundo das coisas. [...] A linguagem influencia o nosso modo de percepção da realidade. [...] [Ela], que é um reflexo específico da realidade, é também, em certo sentido, a criadora da nossa imagem do mundo. (SCHAFFE, 1974, p. 254)

Michel Pêcheux introduz este tema em suas reflexões quando afirma que o sentido de uma palavra ou de um conjunto de palavras não está em si mesmo mas é o resultado das posições ideológicas presentes no processo sócio-histórico: "as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam" (1988, p. 60). Por isso é que é possível afirmar que linguagem é construção: é o produto conjunto "do conhecedor e do conhecido" no qual o papel do enunciatário é seletivo e ao mesmo tempo criativo. (LIPPMANN, 1972, p. 50).

Por ser uma construção social imaginária, toda palavra carrega consigo um juízo de valor, isto é, resulta das imagens formadas no indivíduo e no coletivo, que representam sua visão de mundo, sua interpretação da realidade, sua ideologia. Quando as palavras são recebidas pelo indivíduo são recebidas com marcas. Bakhtin usa, para explicar esse processo, a imagem de um espelho: o signo linguístico, no caso a palavra, seria como um espelho que reflete (reproduz) a ideia de alguma coisa e, por sua vez, refrata alguma coisa, "uma outra realidade que lhe é exterior". Daí ser parte de processo ideológico (do imaginário coletivo) pois "tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo" (BAKHTIN, 1988, p. 30-31).

O filósofo prossegue na reflexão indicando que "as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios" (BAKHTIN, 1988, p. 41). E é no cotidiano que esses fios são tecidos por meio das palavras. Esta constatação levou Bakhtin a trabalhar com a noção de "ideologia do cotidiano", pois a totalidade da atividade mental está centrada sobre a vida cotidiana, assim como a expressão do pensamento, que a ela se liga. A "ideologia do cotidiano" "constitui-se o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência" (BAKHTIN, 1988, p. 118).

Maria Aparecida Baccega desenvolve o conceito de Bakhtin expondo o cotidiano como um espaço privilegiado para as manifestações ideológicas:

É no cotidiano que se têm jogado as "partidas" decisivas da dominação. Não apenas por ser o espaço privilegiado onde as pessoas estão menos "armadas" para a sua própria defesa, mas também porque

sem essa seiva contínua os sistemas constituídos não se mantêm. O cotidiano tem sido o espaço privilegiado de atuação dos meios de comunicação. A mediação feita pela palavra e que nos chega pronta no 'recorte' que recebemos está sendo atualizada, a cada momento da vida cotidiana, na práxis. [...] As manifestações da vida cotidiana são manifestações da consciência e da ideologia que foram formadas (do exterior para o interior, no âmbito de uma determinada classe social e de uma camada ou grupo) em cada indivíduo/sujeito. Ocorre que, em cada manifestação há uma refração (maior ou menor) da ideologia conformada – isto é a ideologia do cotidiano" (1998, p. 86).

O desafio para os estudos em comunicação torna-se conhecer como se produzem esses sentidos que se dão por evidentes e definidos.

Nessa perspectiva, a ideologia pode ser compreendida como a direção nos processos de significação, direção esta que se sustenta no fato de que o imaginário que constitui as relações discursivas (em uma palavra, o discursivo) é político. [...] A ideologia não é dissimulação mas interpretação de sentido (em uma direção). Não se relaciona à falta mas, ao contrário, ao excesso: é o preenchimento, a saturação, a completude que produz o efeito da evidência porque se assenta sobre o mesmo, o "já-lá" [...] O processo ideológico, no discursivo, está justamente [na] injunção a *uma* interpretação que se apresenta sempre como *a* interpretação. Esse é um dos princípios básicos do funcionamento da ideologia, apreendido pelo discurso (ORLANDI, 1990, p. 36).

Daí os silêncios estudados por Eni Orlandi como integrantes da construção do discurso: "As palavras e o silêncio

que as acompanha (porque são políticas) significam quase sempre o que pretendem não significar. É só procurar que a gente acha o que uma palavra 'diz' quando é usada para não dizer outra coisa ou não deixar significar essa outra coisa" (ORLANDI, 1990, p. 236).

Apesar de esta orientação social dos discursos não dever ser vista tão somente numa perspectiva negativa (ideologias são necessárias para a construção mental, as "visões de mundo", tanto individuais quanto coletivas), em relação a essa "submissão" social do indivíduo, Agnes Heller alerta para o risco de conformismo no processo:

A estrutura pragmática da vida cotidiana tem consequências mais problemáticas quando se coloca em jogo a orientação nas relações sociais. Na maioria das vezes, embora decerto nem sempre, o homem costuma orientar-se num complexo social dado através das normas, dos estereótipos (e, portanto, das ultrageneralizações), de sua integração primária (sua classe, camada, nação). No maior número dos casos, é precisamente a assimilação dessas normas que lhe garante o êxito. Essa é a raiz do conformismo. Todo homem necessita, inevitavelmente, de uma dose de conformidade. Mas essa conformidade converte-se em conformismo quando o indivíduo não aproveita as possibilidades individuais de movimento objetivamente presentes na vida cotidiana de sua sociedade, caso em que as motivações da conformidade da vida cotidiana penetram nas formas não cotidianas de atividade, sobretudo nas decisões morais e políticas, fazendo com que essas percam o seu caráter de decisões individuais. No mais das vezes, essas duas manifestações de conformismo aparecem juntas (HELLER, 1989, p. 46).

Nesse ponto, interessa retomar o que já havia dito Bakhtin, que a palavra é "uma espécie de ponte lançada

entre mim e os outros", na perspectiva de que a palavra é "o território comum do locutor e do interlocutor" (1988, p. 113). Este princípio tornou possível afirmar que a linguagem é mediadora entre o que é social, aquilo que é transmitido coletivamente, e o que é individual, elaborado no próprio pensamento individual.

Pode-se aqui, refletir sobre o papel dos meios de comunicação neste processo, pois eles reproduzem o imaginário social nas suas veiculações, ressignificando-o, "amplificando-o" e, por conseguinte, recriando-o. Baccega assim aborda esta questão:

a visão da população, a construção do seu ponto de vista tem sido realizada pelos meios de comunicação, pois o mundo passa a ter sentido a partir deles. O mundo que conhecemos, e a partir do qual pensamos, é, portanto, o mundo editado que chega até nós e de cuja edição não participamos [...]. A comunicação exerce hoje o papel central para onde convergem os conflitos que ali trabalhados, 'espetacularizados', ressignificados, etc., acabam por fazer dos meios de comunicação uma importante instituição que 'leva a pensar', que 'educa'. [...] Os discursos hoje foram reconfigurados, os meios os amplificam para todo o mundo, e a comunicação passou a ser uma das instituições que 'levam a pensar', sobretudo pela aura de conhecimento agregada à informação. (BACCEGA, 1998, p. 112, 116, 118).

Estabelecido este assento teórico que coloca a linguagem em destaque na produção social de sentidos, na construção do imaginário social, a próxima etapa deste estudo é compreender as transformações conceituais instituídas socialmente pelo intenso uso do anglicismo "bullying" estimulado pelas mídias no Brasil a partir de 2010.

Bullying: das origens e do sentido do termo

Atitudes de inferiorização/ humilhação, marcadas por exclusão e segregação, por vezes com agressão verbal ou física, praticadas repetidamente (perseguição) por um grupo contra uma pessoa, ou um grupo, vista/o como diferente (por conta de cor da pele, de forma física, de alguma deficiência, de padrão de beleza, de condição social, de orientação sexual) são experiências humanas antigas. Elas acontecem intensamente em espaços de convivência grupal, especialmente nas instituições de educação. São ações repetitivas de abuso de poder já na primeira infância – crianças contra crianças –, caracterizadas por zombarias, ameaças, gozações, seguidas algumas vezes de ataques físicos como empurrões, chutes, tapas e socos, e são muito mais comuns do que pensam as famílias e os/as docentes (NOGUEIRA, 2005).

Marilia Pontes Sposito, referindo-se às primeiras pesquisas sobre o tema no Brasil (anos 1980), explica:

Os adolescentes da escola pública, que vivem um clima de indisciplina na sala de aula, encontram no recreio e nas demais horas ociosas os momentos de expressão das práticas de agressões não só verbais como físicas. Se na escola particular o foco das práticas de violência incidem sobre aqueles que são portadores de diferenças sensíveis diante dos grupamentos espontâneos formados (os negros, os suspeitos de homossexualidade, os mais gordos e feios), na escola pública os diferentes (reconhecidos a partir dos diferentes estilos de seus grupos e condutas que os definem como membros de gangues) agrupam-se e se firmam nessa situação ao praticarem agressões verbais e físicas contra seus pares (SPOSITO, 2001, p. 98).

Os clássicos trotes pelos quais estudantes novatos são submetidos às mais diferentes humilhações estão relacionados a esta prática, como aborda a pesquisa de Fabiana de Mello Vilaça e Marisa Palácios:

Pesquisas conduzidas sobre o trote pelo mundo, especialmente o violento, assinalam tanto repercussões sobre o aparelho psíquico quanto transtornos depressivos e ansiedade secundários a humilhações verbais, execução de atos deméritos, privação de sono e comida, como repercussões físicas graves exemplificadas por traumatismos cranioencefálicos, hemorragias abdominais, afogamentos, desidratação e morte. Então, muitas vezes, longe de ser uma "brincadeira" que visa à integração, o trote traz riscos potenciais às vítimas de suas práticas, alguns ameaçadores à vida. Outro aspecto frequentemente raro é a denúncia de violência, uma vez que esta ameaçaria a lealdade e a coesão do grupo, com ameaças potenciais de ostracismo social e de outras ações reativas de retaliação pelos pares. (2010, p. 507).

Apesar de não ser um problema social novo, como é possível constatar, a extensão e as consequências desta prática social só recentemente passaram a ser pesquisadas, teorizadas e divulgadas. Os primeiros trabalhos surgiram no campo da psicologia da educação na Suécia, nos anos 1970 com Dan Olweus, e nos anos 80 com Heinz Leymann. Olweus foi o criador do termo "bullying" para definir a prática, tomando do inglês a expressão "bully" ("valentão", uma derivação de "bull", touro violento) para referir-se aos estudantes que praticavam violência contra seus pares no espaço escolar. Os estudos da temática se intensificaram com as pesquisas de Olweus na Noruega nos anos 90, relacionadas ao intenso número de suicídios por adolescentes

naquele país, resultantes de *bullying*, o que estimulou novos trabalhos em toda a Europa.

O reflexo dessas abordagens chegou aos espaços acadêmicos no Brasil, junto com o termo *bullying*, na passagem dos anos 90 para os 2000. No entanto, o tema da violência na escola já era abordado por pesquisadores brasileiros desde a década de 1980, como já referido, “a partir de manifestações relativas à segurança pública: atos juvenis de depredações e pichações serviam de objeto para a reflexão sobre a violência. A partir da década de 1990, as relações interpessoais passaram a tornar-se centrais no fenômeno violento” (CEATS, FIA, 2010).

Foi a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA) um dos responsáveis pela disseminação mais ampla da questão no país, principalmente depois de ter desenvolvido um projeto sobre o tema, com o apoio da Petrobrás. Lauro Monteiro, pediatra fundador da organização, relata:

Foi através da ABRAPIA que muitos ouviram pela primeira vez no país se falar da agressividade entre os alunos (*bullying*), da violência de pais e da família contra seus filhos, do abuso sexual intra-familiar, atingindo crianças de muito baixa idade. Para possibilitar o atendimento às pequenas vítimas e formar um banco de dados que possibilitasse o desenvolvimento de políticas públicas e acima de tudo para informar a população através da mídia, a ABRAPIA criou, desenvolveu e operacionalizou os serviços telefônicos SOS Criança em todo o Estado do Rio, o Disque Denúncia para todo o país e o Telefone Amigo da Criança (TECA) para o município do Rio de Janeiro. (MONTEIRO, on-line).

Os primeiros livros sobre o tema, de autores brasileiros, surgem nos anos 2000, mais intensamente a partir de 2003,

destacando-se a pesquisadora Cleodenice A. Zonato Fante, pedagoga, pesquisadora da ABRAPIA.¹

Apesar da perspectiva otimista de que o tema ganhava as mídias e, por consequência, a população, esta atenção dos veículos de comunicação parece ter sido relativa na primeira década dos anos 2000 e o crescente interesse pareceu mais restrito à academia. Isto se verifica no levantamento, feito para este estudo, nos acervos dos jornais diários de maior tiragem e alcance no país, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, da revista noticiosa semanal de maior tiragem, *Veja* e do programa jornalístico televisivo de maior audiência, *Jornal Nacional*, a fim de se verificar a incidência do termo *bullying* a partir dos anos 2000.²

Uma primeira abordagem midiática ao termo *bullying* dá-se em 2001, na edição 1704 da revista *Veja*, de 13 de junho, com a matéria sob o título “Inferno na escola. A intimidação das crianças pelos colegas arrasa a autoestima e pode trazer problemas de aprendizado”. Com depoimentos de pesquisadores de diversas universidades brasileiras, o texto introduz o termo usado no exterior, em inglês, para esse tipo de atitude: “*bullying*, algo como intimidar, atormentar, termo sem uma tradução exata em português” (COLAVITTI, 2001, on-line). Somente nove anos depois, em junho de 2010, a revista fez

-
1. Autora de **Fenômeno Bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz (2005), **Bullying Escolar**: perguntas e respostas (2008), **Trabalhando a prevenção do bullying nas escolas** (2010), **Bullying**: intimidação no ambiente escolar e virtual (2011).
 2. Foram pesquisados os arquivos/acervos digitais de cada um dos veículos e verificados os conteúdos de todas as incidências. No caso dos jornais e da revista, foram consideradas apenas as menções em matérias noticiosas e opinativas (editoriais e artigos) nas editorias disponíveis a leitores/as de todo o país, tendo sido descartadas as incidências em cartas de leitores, lista de livros mais vendidos e cadernos de circulação restrita, como jornais de bairro.

outra abordagem sobre o tema, na matéria da edição 2163, de 5 de maio, “A tecnologia a serviço dos brutos”, com o termo sendo explicado como “humilhações sistemáticas” agora pela internet (LIMA, FIGUEIREDO, 2010, on-line). A partir daí foram outras seis matérias, até 2012, em que o tema aparece, uma de capa (“Abaixo a tirania dos valentões”, nº 2213, 24 de abril de 2011), portanto, um volume mais intenso.

Em 2003, na edição de 20 de fevereiro, o jornal *Folha de São Paulo* dedica espaço, pela primeira vez, à expressão *bullying* em matéria no caderno Cotidiano sobre violência nas escolas intitulada “Violência moral pode levar jovem a reações extremadas”. O termo é explicado como “tirania, ameaça ou intimidação” (GOIS, PEREIRA FILHO, 2003, on-line). Novas quatro matérias foram desenvolvidas naquele ano, todas no Caderno FolhaTeen. Menções voltam a aparecer em 2005 (9) e em 2006 (13). Entre 2007 e 2009 foram 38 menções periódicas ao termo *bullying* em matérias da *Folha de São Paulo*. De 2010 até 2012, foram 375 menções em matérias do jornal: outro crescimento significativo.

Nos arquivos do jornal *O Globo* a primeira menção ao termo *bullying* está registrada em 2004, na matéria do Primeiro Caderno intitulada “‘Bullying’, a agressão silenciosa que cresce nas escolas”. O texto, que menciona a ação da ABRAPIA, explica o termo como “comportamento agressivo apresentado por grupos de alunos contra um ou mais colegas em situação de desigualdade” (ANTUNES, 2004, on-line). Naquele ano há outras cinco menções ao tema em matérias distintas. De 2005 a 2009, foram 37 menções em matérias diversas. Verifica-se que de 2010 a 2012 há um salto: foram 339 incidências em diferentes matérias.

No jornal *O Estado de São Paulo*, o termo *bullying* aparece pela primeira vez em 2004 na matéria no Caderno Cidades, “Estudo mostra efeito da humilhação de jovens” (7 de fevereiro) em que a pesquisa da ABRAPIA é introduzida e o conceito

apresentado como “prática de atos agressivos e humilhantes de um grupo de estudantes contra um colega sem motivo aparente” (THOME, 2004, on-line). De 2004 a 2009 são 48 menções em matérias diversas. De 2010 a 2012 são 271: mais uma vez, verifica-se amplo crescimento nas abordagens.

As pesquisas da ABRAPIA foram base para o tratamento do tema no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, em 19 de junho de 2003, com matéria de cinco minutos da jornalista Sandra Moreira, parte de uma série sobre juventude urbana. Na matéria, que enfatizava violência nas escolas, a jornalista explica a prática como *bullying*: “palavra em inglês que quer dizer atormentar, perseguir, humilhar ou como eles mesmos dizem, zoar” (2003, on-line). Uma segunda abordagem foi feita pelo *Jornal Nacional* apenas em 2008, com matéria de Braz Vieira e Delis Ortiz, em 8 de dezembro, parte de série sobre violência no Brasil. Apresenta-se *bullying* como violência silenciosa em que estudantes praticam atitudes de “zoar, ofender, ignorar, excluir, humilhar, ferir, perseguir, discriminar” (2008, on-line). Um ano e meio depois, 5 de março de 2010, o *Jornal Nacional* volta a tratar do tema pela terceira vez, na matéria de Roberto Kovalick, “Princesa do Japão é vítima de bullying”, em que o termo é explicado como “palavra inglesa que significa intimidação física ou psicológica pelos colegas” (2010, on-line). A partir daí, até 2012, foram oito matérias com abordagens sobre o tema.

Este breve histórico do desenvolvimento e da disseminação do conceito do *bullying* no Brasil e de sua inserção em matérias da mídia noticiosa indica que, tendo sido recentemente adotado no Brasil - anos 2000 especialmente -, mais intensamente pela academia e com popularização pelas iniciativas da ABRAPIA, é a partir de 2010 que o conceito ganha espaço nas mídias noticiosas e se torna um termo de comum utilização. Nos textos verificados neste estudo, observa-se que na passagem de 2010 para 2011 já não se

buscava mais explicar o termo, preocupação nítida em todas as mídias pesquisadas desde a primeira inserção na matéria de *Veja* de 2001 até meados de 2010, quando o tema passa a ganhar amplo espaço no noticiário.

O jornalista Ancelmo Góis já havia registrado esta avaliação na matéria intitulada “A palavra é... ‘bullying’”, de sua coluna no jornal *O Globo*, na Editoria Rio, de 24 de abril de 2011, quando afirma:

Os jornais são testemunhas impressas de que a palavra "bullying" só descobriu o Brasil dia desses. Em 2001, há apenas dez anos, nenhum grande jornal brasileiro registrou o termo, hoje na moda. No GLOBO, foram só quatro registros em 2002. A partir de 2009 é que o jornal passou a usar "bullying" num crescente: 27 citações naquele ano, 125 em 2010 e 100 em 2011, até agora, muito por causa da tragédia na escola de Realengo. Na "Folha" e no "Estadão", o quadro é semelhante (2011, on-line).

No campo acadêmico, avaliação semelhante também é registrada no Relatório de Pesquisa “Bullying escolar no Brasil”, do CEATS/FIA, publicado em 2010:

Na década de 2000 o fenômeno do *bullying* ganhou projeção na mídia nacional e internacional, sendo largamente difundido nos meios digitais, com a criação de inúmeros sites na internet sobre a temática – a palavra *bullying* retorna no buscador Google cerca de 12 milhões de páginas, sendo que apenas 2,5% delas são de sites em língua portuguesa. No Brasil o fenômeno é objeto de poucos estudos e, apenas recentemente, uma pesquisa nacional promovida pelo Ministério da Educação abordou o tema, ainda que de forma indireta. (CEATS, FIA, 2010, p. 5).

Aqui retomamos o objetivo deste trabalho: compreender as transformações conceituais instituídas socialmente pelo intenso uso do anglicismo “bullying” estimulado pelas mídias no Brasil a partir de 2010. A questão que se apresenta aqui, com base nos referenciais teórico e histórico, acima apresentados é: por que o ano de 2010 é emblemático, referencial, para as transformações no uso do termo *bullying*, tanto no que diz respeito à incidência em matérias das mídias noticiosas, quando no próprio tratamento conceitual? Como estas transformações se relacionam a novas construções imaginárias do contexto contemporâneo formadas pela ideologia do cotidiano?

O intenso uso do termo *bullying* nos anos 2010

A partir do levantamento das matérias publicadas com o uso do termo *bullying* nas principais mídias noticiosas do País, é possível estabelecer um corte histórico no ano de 2010. No período pode ser verificado um salto significativo, para mais, no número de incidências do vocábulo, como já indicado acima. Este corte histórico pode ser mais preciso, se tomarmos em conta o mês de março, pois o aumento das incidências se dá a partir dali.

- No jornal *Folha de São Paulo*, foram 65 incidências de 2003 a 2009. De janeiro a março de 2010 foram nove incidências. De abril ao final de 2010, foram 52 incidências, ou seja, em nove meses registra-se quase o mesmo número do total de menções nos seis anos anteriores. Daí a 316 menções de 2011 a meados de maio de 2012.
- No jornal *O Estado de São Paulo*, foram 48 incidências de 2004 a 2009. Em 2010 foram 14 menções até março

e de abril até o final do ano, 71. Depois foram 200 registros de 2011 a meados de maio de 2012.

- No jornal *O Globo* foram 43 matérias com o termo *bullying* publicadas de 2004 a 2009. Em 2010, foram sete incidências até março e daí em diante, até dezembro daquele ano, 60 menções, chegando a 270 de 2011 a meados maio de 2012.
- na revista *Veja* foram duas matérias entre 2001 e 2007 e uma em maio de 2010 com o aumento para seis matérias daquele período a maio de 2012, com uma matéria de capa.
- No *Jornal Nacional* foram duas matérias em cinco anos (2003 e 2008) e três a partir de março de 2010, com aumento para quatro em 2011 e duas até meados de maio de 2012.

Por que março de 2010 se torna um corte histórico, representando momento de transformação para a popularização do termo *bullying* por meio das mídias noticiosas no Brasil?

Identifica-se, então, a um fato que veio de fora, “do outro lado do mundo”: a agência de notícia norte-americana Thomson Reuters divulga, no dia 5 de março de 2010, texto e imagens que noticiavam que a princesa Aiko, de oito anos, integrante da família real do Japão tinha deixado de ir à escola, por dias, e manifestava problemas de saúde, porque foi vítima de *bullying*. O caso foi matéria de 1’25 de duração no *Jornal Nacional* na mesma noite e foi publicado no dia seguinte nos jornais *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, não consideradas as inserções em inúmeras páginas eletrônicas de órgãos de imprensa ou não, que divulgaram a notícia.

Nos dias 7 e 8 de março, o caso ainda era notícia, com os desdobramentos do episódio divulgados: a princesa volta à escola no dia 8, depois de ausentar por quase uma semana. Matérias foram publicadas nos jornais *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Folha de São Paulo*.

O texto da matéria do *Jornal Nacional* ilustra bem os sentidos que passam a ser construídos a partir do caso:

[...] O que princesa de oito anos enfrentou não é novidade para a maioria dos súditos em idade escolar. *Bullying* – palavra inglesa que significa intimidação física ou psicológica pelos colegas. [...] “Não é por ser a princesa”, disse este homem [um japonês entrevistado]. “*Bullying* é ruim para qualquer pessoa”. Uma pesquisa divulgada no ano passado revelou que mais de 80% dos estudantes japoneses já sofreram algum tipo de intimidação dos colegas. É um problema crescente e ainda sem solução. A escola onde estuda a princesa contratou mais professores no ano passado para tentar evitar casos como esse. (KOVALICK, 2010, on-line).

O discurso da matéria busca reforçar a ideia de o problema não ser novidade, respaldado pela fala de um japonês entrevistado, de que “não é por ser princesa”, pois a questão “é ruim para qualquer pessoa”, e chamando a atenção para o alto número de casos no próprio Japão. No entanto, não é esforço difícil associar o caso à ideia de que depois que uma celebridade, uma “princesinha” (como vários textos se referem a Aiko), aparece na TV como alvo de *bullying* até então tratado como “coisa de gente comum”, nas reportagens anteriores já mencionadas, o problema ganha ampla atenção das mídias, como mostra o número de incidências no levantamento aqui exposto.

Se nas primeiras matérias sobre o caso Aiko, todos os veículos explicavam termo, destacando sua origem inglesa

e técnica, quase dois anos depois (em dezembro de 2011), quando a princesa completou dez anos e foi noticiado pela agência espanhola EFE que ela estava “recuperada do bullying”, nenhuma explicação ao termo foi dada pelas mídias brasileiras que reproduziram a notícia³. Ou seja, o vocábulo já estava incorporado na linguagem das mídias noticiosas, e, por consequência, da sociedade em interação com as mídias.

Depois do caso da princesa Aiko, o termo foi ainda mais intensamente utilizado, um ano depois, a partir de 7 de abril 2011, após o ataque de um homem de 23 anos à escola em que estudou, no bairro de Realengo, cidade do Rio de Janeiro. A ação provocou a morte de 12 estudantes e do próprio assassino. Foram inúmeras as utilizações do termo *bullying* para analisar os motivos do massacre. Foi avaliado, pelas centenas de matérias publicadas sobre o caso, que Wellington Menezes de Oliveira praticou o ato para se vingar do fato de ter sofrido *bullying* quando aluno daquela escola.

Se no primeiro caso uma celebridade alavancou a atenção ao problema, um ano depois foi uma tragédia com todos os requintes de emoção desenvolvidos pelas mídias, em especial pelas imagens, com cobertura ao vivo por todas as grandes redes de TV, algumas delas por 24 horas.

Essa popularização do termo *bullying* pelas mídias, não só chamou mais a atenção para o problema, mas provocou confusão conceitual: um frequente mau uso do termo, com atribuições indevidas, o que passou a ser classificado por

3. Ver reprodução da notícia da EFE disponível em: [Http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5497526-EI8143,00-Princesa+japonesa+Aiko+faz+anos+recuperada+do+bullying.html](http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5497526-EI8143,00-Princesa+japonesa+Aiko+faz+anos+recuperada+do+bullying.html); <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2011/12/01/princesa-japonesa-aiko-completa-10-anos- aparentemente-recuperada-do-bullying.htm>. Acesso em 5 abr 2012.

estudiosos como “banalização”. Nota-se que esta “banalização” reflete-se no desvio do cerne da questão (a violência) para algo mais ameno e “corriqueiro”.

Esta situação é identificada na pesquisa desenvolvida por Alexandre Malmann e Dijaci David de Oliveira “O termo bullying e a banalização de suas consequências na rede social Twitter”. A dupla de pesquisadores colheu 60 “tweets” em monitoramento na rede entre os dias 15 e 17 de junho de 2011, entre as 16 e 17 horas, horário de Brasília, considerado nobre ou de maior fluxo de usuários ativos no Twitter. Na conclusão, Malmann e Oliveira afirmam:

O bullying é um fenômeno mundial e suas consequências estão cada vez mais citadas pelos meios de comunicação, entre eles a rede social Twitter. Entretanto, seus usuários estão usando o termo que para muitos pode parecer brincadeira ou apenas humor. Mas podemos perceber que este é o efeito do uso desmedido do termo e sua vinculação a várias outras formas de violência. Para muitos o uso do termo bullying se torna normal a tal ponto que se um grande jogador de futebol driblar seu adversário pode ser chamado de bullying. Outros ainda incentivam sua prática contra fãs de grupos musicais, contra jornalistas que não dizem as palavras como deveriam ou contra outros usuários que não se expressam bem por meio de seus tweets.

Essas fragilidades são apresentadas pela ONG Plan com a publicação da Pesquisa Bullying Escolar no Brasil, por se tratar de uma importação pouco adaptada às questões próprias da violência nas escolas brasileiras. Sua operacionalização conceitual exigiria uma consistência ainda não atingida. Para os usuário da rede social Twitter o termo bullying pode ser usado para tudo e está em todo lugar. Foi comum encontrarmos os termos bullying animal,

bullying geográfico e bullying jornalístico. Todos perdem nesse processo ao qual passa o termo bullying no Brasil e seu combate poderá ser visto como descartável, sem importância. (2011, p. 5).

Quando se atenta para as intensas incidências nos jornais e revista pesquisados para o desenvolvimento deste estudo, identifica-se questão similar. É possível citar aqui três exemplos: o primeiro, a matéria publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, no Primeiro Caderno, Coluna de Nelson de Sá, em 9 de março de 2010, já na fase “de ouro” do uso do termo, tratando da disputa comercial Brasil-Estados Unidos e das retaliações do segundo sobre o primeiro. No final do texto, a frase avaliativa que fecha a abordagem é: “Mais e mais, agora, os parceiros comerciais dos EUA estão enfrentando o ‘bullying’, a intimidação” (SÁ, 2010, A10).

O outro exemplo está no jornal *O Globo*, na coluna de Marcelo Adnet, no Caderno de Esportes, em 12 de março de 2011, em abordagem que advoga a supremacia do time de futebol Flamengo sobre os demais do Estado do Rio, o colunista registra: “Mesmo diante de uma maioria tão avassaladora, não devemos perder o senso crítico, o direito à diversidade e à opinião. Temos que driblar o bullying praticado contra aqueles que ousam levantar qualquer argumento que conteste o poder da maioria” (ADNET, 2011, on-line).

No mesmo jornal, em 27 de abril de 2011, no Primeiro Caderno, em nota sob o título “Requião diz ser vítima de bullying “ (2011, on-line), divulga-se que o senador Roberto Requião se pronunciou na tribuna do Senado com acusações à imprensa de praticar *bullying* contra ele (diante das críticas que vinha sofrendo pelas mídias). Não há correção sobre o uso equivocado do termo na matéria.

Em artigo publicado pela pesquisadora Cleodence Fante, no site que criou para socializar discussões sobre o *bullying*⁴, a crítica é registrada:

O BULLYING virou “mania nacional”. Por falta de conhecimento ou de responsabilidade, o termo vem sendo empregado indiscriminadamente. Indisposição entre vizinhos, crítica por má atuação ou falta de talento, desacato ao professor, brincadeira inconveniente, desrespeito à autoridade, bronca de professor, briga entre cônjuges, violência no trânsito, bate-boca entre adversários políticos, violência doméstica, disputa de território entre os animais, devastação da natureza, intolerância religiosa, negação de ajuda entre países, concorrência entre empresários, advertência ao funcionário, preconceitos diversos, rivalidade entre times... E assim, tudo virou bullying. Há os que divulgam o bullying ambiental, bullying animal, bullying matrimonial, bullying político, bullying forense, bullying pessoal, bullying musical, bullying esportivo, bullying territorial, bullying parental, bullying cristofóbico, dentre outros. Notícias, comentários, discussões, opiniões sobre o assunto não faltam. [...] Pesquisa que realizamos com “casos de bullying” que foram divulgados na Internet, durante o ano de 2011, concluiu que 60% dos casos foram equivocadamente interpretados. (FANTE, on-line)

Para Fante, é preciso reconhecer que a grande incidência de abordagens é importante para alertar sobre o problema e para a necessidade de superá-lo. No entanto, a pesquisadora identifica os prejuízos causados pela generalização pois

4. <http://www.bullying.pro.br>

“compromete o entendimento e a busca de soluções, além da banalização” (FANTE, on-line). No mesmo Fante explica ainda que o termo *bullying* foi “importado” para o Brasil nos anos 2000 “por falta de tradução na língua portuguesa” mas junto vieram conceitos utilizados por diversos estudiosos. Por conta das muitas divergências que ainda existem na compreensão do *bullying*, em 2008, houve consenso entre os principais estudiosos brasileiros, de se convencionar utilizar o termo somente na relação entre estudantes de qualquer grau de escolaridade (infantil ao universitário). “Portanto, fazer brincadeiras – engraçadas, inconsequentes ou inconvenientes –; emitir comentários ou opiniões; divergir, conflitar, discutir, brigar, dentre outras possibilidades inerentes às relações interpessoais não deve ser considerado *bullying*”. (FANTE, on-line).

Rosely Sayão, em artigo no jornal *Folha de São Paulo*, sob o título “Bullying não é nada disso”, também abordou o tema dos excessos no uso do termo. Segundo a psicóloga:

Há muita gente que não aguenta mais ouvir falar de bullying. O assunto é tema de reportagens nos jornais diários de todos os tipos, nas revistas semanais, nas prateleiras das livrarias, nas bancas de revistas, na internet, etc. Já conseguimos esvaziar o sentido dessa palavra e seu conceito de tanto que a usamos e de tanto fazer associações indevidas com o termo. Basta um pequeno drama ou uma grande tragédia acontecer, envolvendo jovens, que não demora a aparecer a palavra mágica. Agora, ela serve para quase tudo. Além de banalizar o conceito, o que mais conseguimos com o abuso que temos feito dele? Alarmar os pais com filhos de todas as idades.

Agora, a preocupação número um deles é evitar que o filho sofra o tal bullying. O filho de quatro anos chega em casa com marca de mordida de um cole-

ga? Os pais já pensam em bullying. A filha reclama de uma colega dizendo que sempre tem de ceder seu brinquedo, ou o filho diz que tem medo de apanhar de um colega de classe? Os pais pensam a mesma coisa. [...] Conflitos, pequenas brigas, disputas constantes acontecem entre crianças e jovens? Claro. Sempre aconteceram e sempre acontecerão. Mas esses fatos, na proporção em que costumam acontecer, não podem ser nomeados como *bullying*. Fazer isso é banalizar o tema, que é sério. (SAYÃO, 2011).

Rosely Sayão usa uma expressão relevante para se pensar a questão: “já conseguimos esvaziar o sentido dessa palavra e seu conceito de tanto que a usamos”. A partir dela chegamos ao ponto que interessa a este estudo: o esvaziamento de sentido resultante das ressignificações imaginárias construídas na contemporaneidade (a ideologia do cotidiano) por meio dos processos comunicacionais.

Bullying: um esvaziamento de sentido

A compreensão de Bakhtin, já citada neste estudo, de que a ideologia do cotidiano constitui-se o domínio da palavra desordenada e não fixada num sistema que resulta de atos, gestos e estados de consciência é importante ser retomada. Esses estados de consciência, que nada mais são aqui do que o imaginário coletivo, as imagens que formam a visão do mundo, da vida, geram atos e gestos que produzem palavras para se dizer o mundo. E aqui está o lugar não só dos indivíduos e seus atos de fato, mas também das mídias na disseminação desse dizer, afinal, como já referido, o mundo que se conhece, e a partir do qual se constrói imaginários, é o mundo editado, ressignificado e espetacularizado pela TV, pelo rádio, pelo cinema, pelos jornais

e revistas, pela internet. Nesse sentido viver a globalização significa redizer as coisas a partir de um estado de consciência globalizada.

Este estado de consciência, ou imaginário, é construído da condição da sociedade contemporânea, em que tudo é temporário, provisório e flexível, condição que é explicada por Zigmund Baumann com a metáfora da “liquidez” para caracterizar o estado da sociedade moderna, que, como os líquidos, se caracteriza por uma incapacidade de manter a forma (2001).

Neste aspecto, vale recorrer às reflexões deste sociólogo que entende que as instituições, os quadros de referência, os estilos de vida, as crenças e convicções, antes solidificadas, na contemporaneidade mudam antes que tenham tempo de se enraizar em costumes, hábitos e verdades “autoevidentes”. Para ele, “derreter os sólidos” era, antes de tudo, eliminar as “obrigações irrelevantes” que impediam a via do cálculo racional dos efeitos. Esta condição levou a economia a se libertar dos “tradicionais embaraços” políticos, éticos e culturais e estabeleceu-se o mercado desregulado, livre, a era da globalização da economia. Sedimentou-se uma nova ordem.

Entretanto, enquanto no passado isso se fazia para ser novamente “reenraizado”, agora as coisas todas – empregos, relacionamentos, know-hows, entre outras – tendem a permanecer em fluxo, voláteis, desreguladas, flexíveis. Antes o capital estava fixado no chão das fábricas e nos cofres dos bancos; hoje, segundo Baumann, ele viaja leve (em bagagem de mão, no telefone celular e no computador portátil). São pessoas em movimento num mundo em movimento constante. Um exemplo marcante é que na época da modernidade sólida, quem entrasse como aprendiz nas fábricas da Renault ou Ford iria, certamente, ter uma longa carreira e se aposentar após 40 ou 45 anos. Na contemporaneidade, quem trabalha para grandes empresas por um salário cem

vezes maior, não tem ideia do que poderá lhe acontecer dali a meio ano! É fato que isso interfere em todos os aspectos da vida humana, na perspectiva de Baumann.

Se na “modernidade sólida” as maiores ameaças para a existência humana eram muito mais óbvias, reais, palpáveis, como a fome e a guerra, os riscos de hoje são de outra ordem, não se podendo sentir ou tocar em muitos deles, apesar de todos estarem, de alguma forma, vulneráveis a suas consequências. Situações como as condições climáticas, a crise das fontes de energia não renováveis, os processos de globalização sem controle político ou ético, o terror psicológico, minam as bases da existência humana e sufocam a vida dos indivíduos que passa a ser marcada pela incerteza e pela ansiedade. O estresse torna-se, portanto, a doença do século XXI e os suicídios, prática recorrente.

Um aspecto instigante no olhar de Baumann, é que, nesse caso, diferentemente dos perigos antigos,

os riscos que envolvem a condição humana no mundo das dependências globais podem não só deixar de ser notados, mas também minimizados, mesmo quando notados. Do mesmo modo, as ações necessárias para exterminar ou limitar os riscos podem ser desviadas das verdadeiras fontes do perigo e canalizadas para alvos errados. Quando a complexidade da situação é descartada, fica fácil apontar para aquilo que está mais à mão como sendo causa das incertezas e ansiedades modernas (PALLARES-BURKE, 2004, p. 309)

Quando se diagnostica que o termo *bullying*, se torna no Brasil da contemporaneidade, sinônimo de adversidade de qualquer natureza (“tudo é *bullying*”), tem-se uma ilustração da reflexão de Baumann: a complexidade da situação fica descartada, trata-se a temática de forma líquida, flexível, e o *bullying* revela-se um conceito à mão para explicar

contradições do ser humano que deveriam ser nomeadas diferentemente.

E é possível ir mais além: a opção pelo uso, no Brasil, do vocábulo da língua inglesa, *bullying*, tal como foi concebido nos anos 90, justificada por pesquisadores como falta de termo em português que fosse fiel ao conceito, transformando-se num elemento a mais de amenização da força da temática. Enquanto não se usava o termo *bullying* no Brasil, por desconhecimento, construía-se o conceito por meio da expressão assédio moral no ambiente escolar, como sentido de terror psicológico periodicamente praticado de um (mais forte) contra outro (mais fraco). Uma vez que o termo foi “importado”, quando se torna popularizado pelas mídias, é importado junto o imaginário da sociedade globalizada em que o mundo “é dito” em inglês, na língua do bem-sucedido, forte e determinante dos processos. Aqui não se trata de um simples anglicismo mas de uma formação ideológica (com base em valores) em que se assume a forma de dizer do outro cujo poder político e econômico é superior (foi assim na colonização espanhola e portuguesa na América Latina; foi assim na neocolonização anglo-saxã na África e na Ásia).

Portanto, não é mera coincidência que a ascendente popularização do termo *bullying* tenha ocorrido no Brasil justamente quando uma celebridade do mundo global, a princesa de um dos países mais ricos do planeta, o Japão, sofre assédio moral, terror psicológico. Os casos frequentes e antigos no Brasil foram ignorados até que emergiu o que está no mais profundo da significação imaginária da contemporaneidade líquida globalizada na matéria da Reuters: os donos do mundo são humanos, vulneráveis como qualquer ser humano. O fato é que na lógica global, esta realidade só pode ser dita na língua global, no inglês. A mesma língua do “delivery”, do “petshop”, do “barman”, do “self

service”, do “rush”, do “fashion” tão inseridos no vocabulário da urbanidade brasileira.

O *bullying* entra na lista de palavras intensamente tomadas da língua inglesa na passagem do século XX para o XXI, em especial por conta do amplo acesso a variadas mídias, cujo efeito revela-se mais do que uma necessidade de uso ou carência de termo adequado na língua portuguesa, como pesquisadores tentam explicar, mas a identificação social com grupos tidos como superiores, capacitados usar essa língua. O pesquisador Miguel Ventura Santos Góis avalia que

considerando-se que a identificação semântica de vocábulos de língua estrangeira – e mesmo a sua correta pronúncia – não sejam de domínio de grande parte da população, o emprego de estrangeirismos sem necessidade denuncia uma busca de sofisticação e de elitismo. Em se tratando de anglicismos, mais especificamente, pode-se associar a essa busca a tentativa de aproximação de uma sociedade que se observa mais próspera que a do Brasil. [...] O estrangeirismo, por conseguinte, deixa de ser mera necessidade e passa a ser um mecanismo de inclusão ou de exclusão de indivíduos numa determinada esfera social. As sociedades dominantes sabem de sua capacidade de imposição de determinados valores e o estrangeirismo passa a se constituir ferramenta de discursos globalizados.

Essa forma de dominação pouco é percebida por aqueles que a absorvem e que aceitam passivamente a mudança sociocultural e a uniformização advinda da adoção da cultura dominante. A língua passa a ser meio de dominação ao acompanhar a disseminação de valores, a aquisição de produtos, a negociação entre países. (On-line, p. 8, 10)

Dessa forma, retomando a reflexão de Eni Orlandi, já citada acima, como as palavras são políticas, ao serem ditas também têm um silêncio que as acompanha. Ao dizer “bullying” silencia-se o “assédio moral (ou terror psicológico) no ambiente escolar”. Uma expressão mais extensa (cinco palavras) contra outra mais econômica/enxuta (uma apenas). Simplificação e sofisticação são os outros sentidos que vêm junto com a “importação”.

As preocupações com a banalização do termo, socializadas pelos próprios pesquisadores que promoveram o seu uso “importado”, são termômetros de um processo que não é particular ao conceito de “bullying” mas reflete estados de consciência coletiva, o imaginário social, muito próprio da contemporaneidade.

Desafios e perspectivas nos estudos em comunicação

O estudo dos processos comunicacionais, tão ricos e intensos, em especial na contemporaneidade, quando as sociedades estão cada vez mais midiaticizadas, não pode prescindir da reflexão sobre o humano, base de sua manifestação. Esse humano está em permanente transformação diante das vivências socio-históricas nas quais se vê inserido e, nessa condição, interage com suas mídias, disseminando sentidos por meio de palavras, gestos, ações, ao mesmo tempo em que acolhe os discursos ressignificados e amplificados, numa lógica que nem sempre privilegia a promoção da vida em toda a sua complexidade, mas, sim, a disputa por audiência/público e a promoção do mercado e suas diferentes faces. Aqui os estudos referentes ao imaginário coletivo revestem-se de relevância ímpar.

Estudar processos comunicacionais no cotidiano não é apenas produzir conhecimento acadêmico e recheiar biblio-

tecas de artigos, livros e teses, mas é também contribuir para a reconfiguração das relações humanas. Vale evocar Stuart Hall, quando, ao valorizar o pensamento gramsciano, afirma:

O intelectual orgânico não pode subtrair-se da responsabilidade da transmissão dessas ideias, desse conhecimento, através da função intelectual aos que não pertencem, profissionalmente, à classe intelectual [incluam-se aqui os agentes nas mídias]⁵. E a não ser que essas duas frentes estejam operando simultaneamente, [...] qualquer avanço teórico nunca será acompanhado por um envolvimento no nível do projeto político. [...] Não é antiteoria, mas tem a ver com as condições e os problemas inerentes ao desenvolvimento do trabalho intelectual e teórico como prática política. [...] Volto à teoria e à política, à política da teoria. Não a teoria como um conjunto de conhecimentos contestados, localizados e conjunturais que têm que ser debatidos de um modo dialógico. Mas também como prática que pensa sempre a sua intervenção num mundo em que faria alguma diferença, em que surtiria algum efeito (2004, p. 195, 203-204).

Enquanto, pelas mídias, se simplifica e sofisticada a realidade da violência entre crianças, adolescentes e jovens, com o excessivo uso do termo *bullying*, que passa a servir para qualquer coisa que represente adversidade, e ser usado até em “tom” de brincadeira, angústias e sofrimentos vão sendo vividos por quem é simplesmente “diferente” de uma maioria que abusa do poder desta condição. Aí está uma expressiva responsabilidade dos intelectuais comunicólogos na disseminação de suas ideias.

5. Acréscimo da autora.

Referências

ADNET, Marcelo. Queridão da Nação. O Globo, 12 mar 2011. Esportes. On-line. Disponível em: <http://arquivoglobo.globo.com/pesquisa/pesquisa.asp>. Acesso em 5 abr 2012

ANTUNES, Laura. “‘Bullying’, a agressão silenciosa que cresce nas escolas”. O Globo, 15 fev. 2004. On-line. Disponível em: http://arquivoglobo.globo.com/ie_index.htm

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação e linguagem. Discursos e ciência. São Paulo: Moderna, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 4 ed. Hucitec: São Paulo, 1988.

BAUMAN, Zigmund. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BULLYING Escolar no Brasil. Relatório Final. São Paulo: CEATS/FIA, mar. 2010. Disponível em http://escolada-familia.fde.sp.gov.br/v2/Arquivos/pesquisa-bullying_escolar_no_brasil.pdf. Acesso em 5 abr 2012

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**, 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

COLAVITTI, Fernanda. “Inferno na escola. A intimidação das crianças pelos colegas arrasa a autoestima e pode trazer problemas de aprendizado. Veja, nº 1704, 13 jun, 2001. On-line. Disponível em http://veja.abril.com.br/130601/p_142.html. Acesso em 5 abr 2012

CUNHA, Magali do Nascimento. “Da imagem à imaginação e ao imaginário: elementos-chave para os estudos em comunicação e cultura”. In: BARROS, Laan Mendes de. Discursos midiáticos: representações e apropriações cultu-

rais. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2011. p. 33-50.

FANTE, Cleo. Bullying: mania nacional”. On-line. Disponível em http://www.bullying.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=207. Acesso em 5 abr 2012

GOIS, Ancelmo. “A palavra é... ‘bullying’”. O Globo, 24 abr 2011. On-line. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2011/04/24/a-coluna-de-hoje-376209.asp>. Acesso em 5 abr 2012

GOIS, Antonio, PEREIRA FILHO, Armando. Violência moral pode levar jovem a reações extremadas. Folha de São Paulo, 20 fev 2003. Cotidiano. On-line. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/f2002200310.htm>. Acesso em 5 abr 2012

GOIS, Miguel Ventura Santos. A influência dos estrangeirismos na língua portuguesa: um processo de globalização, ideologia e comunicação. *Philologus*, Niterói: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, ano 14, n. 40. On line. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/40/A%20INFLUÊNCIA%20DOS%20ESTRANGEIRISMOS.pdf>. Acesso em: 12 mai 2012.

HALL, Stuart. “Estudos culturais e seu legado teórico”. In: HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Belo Horizonte: UFMG, p. 187-204.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LIMA, Roberta Abreu, FIGUEIREDO, João. A tecnologia a serviço dos brutos. *Veja*, nº 2163, 5 maio 2010. On-line. Disponível em <http://veja.abril.com.br/050510/tecnologia-a-servico-brutos-p-098.shtml>. Acesso em 5 abr 2012

KOVALICK, Roberto. *Jornal Nacional*. 5 mar 2010. On-line. Imagem e texto disponível em <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1517921-10406,00-PRINCESA+DO+JAPAO+E+VITIMA+DE+BULLYING.html>. Acesso em 5 abr 2012.

LIPPMANN, Walter. "Estereótipos". In: Steinberg, Charles (org.). **Meios de comunicação de massa**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

MONTEIRO, Lauro. Histórico. Observatório da Infância. Rio de Janeiro: ABRAPIA. Disponível em: http://www.observatoriodainfancia.com.br/rubrique.php3?id_rubrique=45. Acesso em 5 mai 2012.

MALMANN, Alexandre, OLIVEIRA, Dijaci David de. O termo bullying e a banalização de suas consequências na rede social Twitter. VIII Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão - Conpeex da 63a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Anais, 2011. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/mestrado/trabalhos-mestrado/mestrado-alexandre-malman.pdf>. Acesso em 18 abr 2012

MOREIRA, Sandra. **Jornal Nacional**, 19 jun. 2003. On-line. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=mGbmqdGeokM>. Texto disponível em <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL548613-10406,00-VIOLENCIA+NAS+ESCOLAS.html>. Acesso em 5 abr 2012

NOGUEIRA, Rosana M. C. D. P.A. A prática de violência entre pares: O bullying nas escolas. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 37, p.93- 102. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.rieoei.org/rie37a04.htm>. Acesso em 23 abr 2012.

ORLANDI, Eni. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp, 1990.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Entrevista com Zigmunt Bauman. *Tempo social*, 2004, vol.16, n.1, pp. 301-325.. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n1/v16n1a15.pdf>. Acesso em 12 mai 2012

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Edunicam, 1988.

REQUIÃO diz ser vítima de bullying. *O Globo*, 27 abr 2011. On-line. Disponível em: <http://arquivoglobo.globo.com/pesquisa/pesquisa.asp>. Acesso em 5 abr 2012

SÁ, Nelson de. “Bullying”. *Folha de São Paulo*, 9 mar 2010, p. A10.

SAYÃO, Rosely. Bullying não é nada disso. *Folha de São Paulo*, 10 maio 2011. *Equilíbrio*. On-line. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq1005201114.htm>. Acesso em 5 abr 2012

SCHAFF, Adam. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra: Almedina, 1974.

SPOSITO, Marilia Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educ Pesq**. 2001, vol.27, n.1, pp. 87-103. On-line. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v27n1/a07v27n1.pdf>. Acesso em 23 abr 2012

THOME, Clarissa. “Estudo mostra efeito da humilhação de jovens”. *O Estado de São Paulo*, 7 fev. 2004. On-Line. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20040207-40289-spo-42-cid-c9-not>. Acesso em 5 abr 2012

VIEIRA, Braz, Ortiz, Delis. *Jornal Nacional*. 8 dez 2008. On-line. Texto disponível em: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL915732-10406,00-BRASIL+TEM+ASSASSINATOS+POR+DIA.html>. Acesso em 5 abr 2012.

VILAÇA, Fabiana de Mello, PALÁCIOS, Marisa. Concepções sobre Assédio Moral: Bullying e Trote em uma Escola Médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 506 34 (4) : 506-514; 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v34n4/v34n4a05.pdf>. Acesso em 5 abr 2012

PARTE II.

MÍDA IMPRESSA E GRUPOS SOCIAIS

5.

A midialização e a judicialização do Bullying

SONJA MARQUES RODRIGUES ANTIQUEIRA

A palavra bullying, usada sem tradução¹ refere-se a comportamentos de exposição e constrangimento físico, moral e psicológico de uma pessoa para com a outra. Tomando a definição como parâmetro, considerando a instituição escolar como espaço social privilegiado de aprendizagem da convivência² e seus sujeitos em momento de formação

-
1. O termo bullying tem origem na palavra inglesa *bully*, que significa valentão, brigão. Mesmo sem uma denominação em português, é entendido como ameaça, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maltrato de acordo com a Revista Nova Escola em <http://revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/comportamento/bullying-escola-494973.shtml> acesso em 16.08.2011.
 2. Um dos quatro princípios definidores da estratégia de promover a educação como desenvolvimento humano, chamados pela UNESCO de Quatro Pilares da Educação é aprender a conviver.

poderiam inferir que o contexto escolar é prioritariamente favorável ao aparecimento de casos de bullying. Apesar dessa inferência não ser de todo falaciosa, a maioria dos casos pesquisados estão no espaço escolar, não é de todo verdadeira, pois também em outros ambientes encontramos referências à palavra e ao seu significado.

No mundo do trabalho, por exemplo, encontramos a expressão “mobbing” para se referir ao assédio psicológico no trabalho. É interessante notar que, para explicar o termo e sua origem, a reportagem³ faz referência ao bullying:

Há poucos anos, as malvadezas típicas do universo infantil, vieram à tona e revelaram o assédio recorrente cometido por um grupo de crianças à outra. A ação recebeu o nome e sentença de “bullying”, ato de perseguir e agredir moralmente a vítima. Com o aumento da competitividade entre os trabalhadores e da pressão do empregador por mais resultados em menos tempo, o termo foi trasladado para o ambiente de trabalho, dando nova roupagem para um tipo crescente de assédio moral: “mobbing”, palavra derivada de “mob” (do inglês, “máfia”).

Segundo Baccega (2007, p.35) o sentido de uma palavra é inesgotável porque ela é ação, é movimento frente ao mundo social que a constitui e a modifica:

“O sentido das palavras é constituído através de processo, está sempre presente, vez que ele está contido na própria interação social. Mas sempre fugidio. O indivíduo/sujeito apreende o sentido, porém ele parece escapar-lhe.”

3. <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/02/38>, p.2 acesso em 15.10.2011.

A palavra se traduz na realidade da relação entre sujeito e objeto. Ela não é autônoma; revela-se na dialética do que foi e do que será como nos diz Baccega (2007, p.43):

“... a palavra não é um dado, é um dando-se, vez que ela participa desse processo de transformações, que traz embutida a idéia de que o presente contém o futuro.”

“Mobbing” é a expressão da vivacidade de “bullying”; a possibilidade do desdobramento de seu sentido, ao mesmo tempo em que é a reafirmação de seu sentido primeiro, como é possível notar retomando parte da citação sobre assédio psicológico no trabalho:

Há poucos anos, as *malvadezas típicas* do universo infantil, vieram à tona e revelaram o assédio recorrente cometido por um grupo de crianças à outra. A ação recebeu o nome e sentença de “bullying”, ato de perseguir e agredir moralmente a *vítima*.⁴

A palavra não tem existência solitária, sempre está acompanhada de um discurso. É inserida que ela adquire significado. “Mobbing” e “Bullying” estão ligadas ao discurso no exemplo de assédio, agressividade e falta de respeito.

Por discurso entendemos um conjunto de ideias que se manifesta a partir de visões de mundo. Serão essas ideias do discurso que determinarão o sentido e o significado das palavras. Como nos diz Foucault (1996, p.10)

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou- não é

4. <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/02/38>, p.2 acesso em 15.10.2011 - grifo nosso

simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar- o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos nos apoderar.

É pelo discurso que os grupos sociais se constituem e se mantêm diante da sociedade, legitimando e preservando suas ideias. O discurso, para além de expressar os pensamentos de um grupo social, elabora sentidos e significados para serem aceitos ou não pela sociedade, como nos diz Baccega (2007, p.52)

Os discursos vão, portanto, materializar as “visões de mundo” das diferentes classes sociais, com seus interesses antagônicos, os quais se manifestam através de um estoque de palavras e regras combinatórias que constituem a de uma determinada classe social pensar o mundo num determinado momento histórico: são as várias formações ideológicas correspondentes às várias formações discursivas.

Nem sempre comprometidos com a expressão da verdade o discurso produz de forma arbitrária a sua verdade, num jogo de reprodução, conservação e transformação de sentidos, Foucault (1996, p.15):

Ora, eis que um século mais tarde, a verdade a mais elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência.

Vários são os discursos e suas verdades como vários são os grupos sociais que os constituem. Os diversos discursos vivem segundo Foucault (1996, p.22) um desnível:

Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer.

Diante de tantos discursos o que importa não é o que ele profere, mas sim, seu posicionamento, o lugar que ocupa frente aos outros discursos. Esse lugar determina a sua força, sua capacidade de persuasão e dominância. Aqui está o ponto central deste artigo: qual é o discurso que a mídia impressa, aqui representada pela Folha de São Paulo, a partir de agora FSP, e pela revista Nova Escola, RNE de agora em diante, apresentam sobre “bullying”? Esse discurso manteve-se o mesmo ou sofreu modificações? São os protagonistas da ação do “bullying” que se expressam? Quem são os sujeitos que “falam” sobre o “bullying” nessas mídias? Os discursos são compatíveis? Um periódico que domina⁵ o segmento das revistas pedagógicas do Brasil, define-se comprometida com a Educação e anuncia-se com “o objetivo de contribuir para a melhoria da Educação Básica

5. A edição de junho/julho teve uma tiragem de cerca de 800mil exemplares de acordo com a página do Instituto Ayrton Senna acesso em 05.11.11 http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/home/noticias_interna.asp?cod_noticia=179

em todo o país”⁶ apregoaria o mesmo discurso que o jornal Folha de São Paulo.

Tomando o referencial quantitativo como um dos referenciais da análise, podemos observar na tabela⁷ a partir de 2003, por meio do número de páginas, a presença da palavra “bullying” nos textos do jornal. É de nosso conhecimento que a extensão da temporalidade da pesquisa, entendida por alguns como demasiada, não nos isenta de duas possibilidades. A primeira considera que, a discussão sobre o significado de bullying pode acontecer mesmo sem o registro escrito da mesma. Estes casos são serão contemplados nessa pesquisa. O segundo refere-se ao limite da pesquisa – ela não vislumbra contemplar toda a questão – posto que está ancorada, os acervos são digitais e disponibilizados pelos próprios veículos em questão.

Também é importante considerar que os vários registros encontrados da palavra aparecem no jornal como um todo e precisamos considerar que alguns desses registros são palavras encontradas nos títulos de filmes, livros ou peças teatrais, ou ainda em comentários de leitores. Em nossa pesquisa não encontramos no ano de 2004 o registro da palavra. Apesar de o dado merecer um aprofundamento de análise, no momento não vamos nos ater as ausências de registros; apenas justificamos o seu não aparecimento na tabela. Mesmo considerando as variantes acima mencionadas, os números são espantosos.

6. Texto do perfil da Comunidade da revista no Orkut <http://www.orkut.com/Community?cmm=101063016&hl=pt-BR> acesso em 05.11.11

7. De acordo com os registros do acervo da FSP acesso em 04.11.11 <http://acervo.folha.com.br/resultados?q=bullying&site=fsp&perio do=acervo&x=15&y=10>

2003	8 páginas
2005	9 páginas
2006	13 páginas
2007	11 páginas
2008	16 páginas
2009	11 páginas
2010	61 páginas
2011 ⁸	197 páginas

Além do crescente número de páginas ano a ano chamou-nos a atenção a migração da palavra pelos vários cadernos do periódico. Nos anos de 2003 e 2005, ela aparece, predominantemente⁹, no caderno Folhateen que circulava às segundas-feiras e contém assuntos de interesse dos adolescentes. Segundo a definição da FSP, o caderno busca, por meio de colunistas especializados, esclarecer dúvidas e inserindo-o no universo da informação. Entendemos que para o periódico nesse momento, o assunto refere-se a um segmento social, identificado cronologicamente e, é com esse segmento que o jornal deseja dialogar para esclarecer e informar¹⁰

“Adolescentes contam o que fazer ao presenciar o bullying”

8. Este número refere-se até o último acesso em 05.11.11

9. No intervalo de 2003 e 2005, a palavra bullying aparece em 6 matérias do Folhateen

10. <http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/06/20/25>, p.7 acesso em 15.10.11

“Por odiar injustiça, Yolanda de Paulo Andrade, 13, estudante da 7ª série do Magister, não fica quieta quando vê um colega sendo ridicularizado.”

“O que mais incomoda Thathiana Compoi Moreira Andrade, 14, estudante da 8ª série do colégio Magister, em São Paulo, é a reação da vítima.”

Acompanhando a direção tomada pelos cadernos da FSP, observamos que no intervalo de 2006 a 2008 ela caminhou pelo Cotidiano, Emprego, Informática, Ilustrada Folhinha, Revista da Folha, Folha Equilíbrio, entre outras. Atentando para as definições dos cadernos e aos conteúdos dos artigos inferimos que a palavra deixou a segmentação do discurso da adolescência e do espaço escolar para ganhar outros discursos.

No caderno Emprego¹¹ encontramos o “bullying” em dados estatísticos, num artigo cujo tema é gestão de conflitos e suas consequências no ambiente de trabalho; na Informática¹² reflexões do “bullying” cibernético; na Folha Equilíbrio¹³ associando-o a transtornos mentais; na Ilustrada¹⁴ mencionando uma definição do termo em um filme. São apenas alguns exemplos que usamos para justificar nossa afirmação da caminhada por vários discursos frequentados pela palavra.

11. <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/10/12/38>, p.2 acesso em 15.10.11

12. <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/05/75>, p.2 acesso em 15.10.11

13. <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/08/09/27>, p.11 acesso em 15.10.11

14. <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/09/27/21>, p.7 acesso em 15.10.11

Cada vez mais, de forma gradativa, em nosso cotidiano, a palavra “bullying” vem anunciar não só a expansão da temática na sociedade, mas o que pretendemos mostrar na sequência as possíveis mutações de sentido que a palavra vem sofrendo. Como já afirmamos anteriormente, é inerente ao estado vivo da palavra assumir diferentes significados seguindo as mudanças sociais, Baccega (2007, p.32)

“O sentido de uma palavra “nasce”, produz-se, em geral, a partir de mudanças sociais, a partir de novas teorias, a partir de conteúdos novos- de novas ações humanas, enfim.”

Essa caminhada tem um fim. Após percorrer vários discursos, adaptar-se a novos significados ela será aprisionada em um deles. Vamos entender essa afirmação acompanhando os exemplos a seguir.

A partir de 2009 a palavra “bullying” aparece predominantemente no caderno Cotidiano. Só em 2010 dos 58 artigos, 24 estão no caderno Cotidiano. Como revela o nome, cotidianamente o caderno procura apresentar ao leitor informações úteis¹⁵ em educação, segurança e direito ao consumidor, apresentando os fatos e os encaminhamentos decorrentes. As matérias se desenvolvem através de comentários ou entrevistas com os responsáveis pelos encaminhamentos.

A mudança de caderno já indica uma mudança no entendimento da palavra. No Folhateen, por exemplo, o intuito era explorar o tema com os adolescentes, abrindo espaço para suas considerações. Era um espaço de conhecimento, de apropriação do assunto em questão em seu ambiente de origem. No Cotidiano, é a informação do ocorrido; o

15. Conheça Folha de São Paulo-<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/suplementos.shtml> acesso em 11.09.11

fato e suas consequências para a sociedade. Os protagonistas continuam a ser os alunos, mas não são eles que falam. O assunto não é mais escolar: é judicial. O direito à expressão é dado aos representantes legais da lei e da ordem¹⁶:

A Justiça de Minas condenou em primeira instância os pais de um aluno do colégio Santa Dorotéia, instituição de classe média alta no bairro do Sion, zona sul de Belo Horizonte a pagar uma indenização de R\$8.000 pela prática na escola, pelo filho, de bullying (intimidação moral) contra outro estudante.

“A vítima que receberá a indenização é uma menina de 15 anos, colega do agressor quando a denúncia foi oferecida, em setembro de 2008. Eles cursavam a 7ª série.”

Conforme a sentença do juiz Luiz Artur Rocha Hilário, da 27ª Vara Cível de Belo Horizonte, o adolescente ofendeu e xingou a sua colega, chamando-a de “g.e.”, que viria a ser “grupo das excluídas”, pelo fato de se relacionar com outras colegas que eram classificadas pelo estudante de “lésbicas”.

As modificações de significado que acompanhamos na FSP, não são exclusividades desse periódico. Observemos que na RNE a palavra percorre o mesmo processo: parte do entendimento de mau gosto para chegar ao entendimento judicial.

Em dezembro de 2004 a RNE publicou uma reportagem com o título “Como lidar com brincadeiras que machucam a alma”¹⁷. A reportagem refere-se aos apelidos e comentários,

16. <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/05/20/15>, p.6 acesso em 15.10.11

17. <http://revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/comportamento/como-lidar-brincadeiras-431324.shtml?page=all> acesso em 16.08.11

“coisas de estudante” e as consequências que tais atitudes podem vir a causar: um afastamento social, queda no rendimento escolar e, em casos extremos tragédias. A revista define: “o nome dado a essas brincadeiras de mau gosto, disfarçadas por um duvidoso senso de humor, é bullying”.

Em junho de 2003, na FSP, no Folhateen, encontramos a reportagem de capa “Brincadeiras de Mau Gosto”¹⁸, com o título da matéria “Amiguinhos da Onça”. O texto apresenta o “bullying” como um fenômeno que está perdendo sua naturalidade e ganhando ares de intencionalidade. O jornalista chega mesmo a considerar a hipótese de exagero, mas logo a nega. Entendemos esse questionamento como uma interjeição junto ao jornalista que, chega a duvidar da veracidade do problema.

Nada mais comum do que zoar ou ser zoadado na escola. Um apelido humilhante aqui, umas risadinhas maldosas ali, um empurrão, uma fofoca ou um “gelinho” da classe. Todo mundo já sofreu, testemunhou ou foi vítima de uma dessas “brincadeirinhas”.

A novidade é que esse comportamento, considerado “normal” por alunos e muitos professores, está longe de ser algo inocente. Quem batiza um colega de “bola” ou de “quatro olhos”, para citar exemplos menos cruéis, não pensa em como tais apelidos podem magoá-lo, afetar sua autoestima e seu rendimento escolar. Parece um exagero? Pois não é.

Os dois exemplos buscam redefinir as brincadeiras da escola, chamando a atenção do leitor para a intencionalidade do comportamento dos autores dessas “brincadeiras”. Suge-

18. <http://acervo.folha.com.br/fsp/2003/06/09/25>, p.6 acesso em 15.10.11

rem que tais atitudes carregam em si atos de intencionalidade e conseqüentemente de perversidade. Aparecem no texto as palavras vítima e agressor, que a princípio não pertencem ao vocabulário do discurso educacional. Eis a primeira mutação de sentido da palavra. Ela marcha em peregrinação do discurso escolar para o discurso da intencionalidade, da rivalidade, da competitividade. Não será esse seu destino final; ela seguirá seu caminho rumo ao discurso judicial.

Em 2008, na RNE, uma nova reportagem sobre o tema “bullying”. O título “ “Bullying”: é preciso levar a sério ao primeiro sinal”¹⁹, apresenta a seguinte definição para a palavra: “É um tipo de agressão que pode ser física ou psicológica, ocorre repetidamente e intencionalmente e ridiculariza, humilha e intimida suas vítimas.” No título desaparece a referência à brincadeira e chama a atenção do leitor: novamente nada de brincadeira – “é preciso levar à sério”. Na explicação do título uma sentença: “Ninguém sabe como agir”, proferida por uma promotora de justiça:

“Ninguém sabe como agir”, sentença a promotora Soraya Escorel, que compõe a comissão organizadora do I Seminário Paraibano sobre Bullying Escolar, que reuniu educadores, profissionais da Justiça e representantes de governos nos dias 28 e 29 de março, em João Pessoa, na Paraíba. “As escolas geralmente se omitem. Os pais não sabem lidar corretamente. As vítimas e as testemunhas se calam. O grande desafio é convocar todos para trabalhar no incentivo a uma cultura de paz e respeito às diferenças individuais”, complementa.

19. <http://revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/comportamento/bullying-preciso-levar-serio-431385.shtml?page=all> acesso em 16.08.11

A matéria continua a exposição do assunto reforçando a impertinência da associação “bullying” – brincadeira, com palavras e afirmações de cunho judicial: criminalidade, delinquência, violência explícita com o depoimento de outro promotor de Justiça

A partir dos casos graves, o assunto começou a ganhar espaço em estudos desenvolvidos por pedagogos e psicólogos que lidam com Educação. Para Lélío Braga Calhau, promotor de Justiça de Minas Gerais, a imprensa também ajudou a dar visibilidade à importância de se combater o bullying e, por consequência, a **criminalidade**. “Não se tratam aqui de pequenas brincadeiras próprias da infância, mas de casos de violência, em muitos casos de forma velada. Essas agressões morais ou até físicas podem causar danos psicológicos para a criança e o adolescente facilitando posteriormente a entrada dos mesmos no mundo do crime”, avalia o especialista no assunto. Ele concorda que o bullying estimula a **delinquência** e induz a outras formas de **violência explícita**.

Há uma acusação de responsabilidade para a televisão pelos comportamentos. Agora aparece o depoimento de um procurador da República, especialista no assunto de violência e criminalidade:

O bullying, de fato, sempre existiu. O que ocorre é que, com a influência da televisão e da internet, os apelidos pejorativos foram tomando outras proporções. “O fato de ter consequências trágicas, como mortes e suicídios, e impunidade proporcionou a necessidade de se discutir de forma mais séria o tema”, aponta Guilherme Schelb, procurador da República e autor do livro “Violência e Criminalidade Infantojuvenil”.

O interessante é que, num periódico sobre Educação, que se propõe a colaborar com a melhoria da Educação Básica, não encontramos a presença de alunos e professores protagonistas da cena em questão. “Falamos” no artigo dois promotores, um procurador da República, uma pedagoga e o presidente do Centro Multidisciplinar de Estudos e Orientação sobre Bullying Escolar. Talvez a ausência dos protagonistas se justifique pelo fato de que eles são personagens de outro discurso, o educacional, e o contexto do discurso apresentado é o judicial. Ao nosso entendimento, promotores e procuradores são atores desse discurso.

Sabemos que uma palavra pode estar em vários discursos. Porém, o que autoriza sua predominância não é o campo aonde ela se encontra, mas a ideologia que sustenta o discurso aonde ela se revela. Nossa palavra partiu de um espaço segmentado, alargou significados e aportou em um discurso que em nada tem de comum com o seu ponto inicial: o discurso judicial.

Nas mídias que nos serviram de análise observamos que a palavra “bullying” nasceu e se criou no discurso da escola. Entendida como brincadeira de mau gosto, ganhou ares de intencionalidade e assumiu significados de agressão e desrespeito primeiramente aproximando-se e depois se apropriando do discurso judicial, que transforma os sujeitos em culpados e inocentes, depende do aparato legal de normas e de um agente externo ao qual se concede o direito de intervenção para encaminhar possíveis soluções. Apropriado pela mídia impressa o discurso judicial ganha a hegemonia e exerce o controle do entendimento da palavra “bullying”. Como nos diz Foucault (1996, p.8)

Eis a hipótese que gostaria de apresentar esta noite, para fixar o lugar- ou talvez o teatro muito provisório - do trabalho que faço: suponho que em

toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

É como se engessássemos a compreensão da palavra num determinado espaço negando-lhe a habilidade de mutação. Retomando Baccega (2007, p.82) a palavra nos acompanha como expressão de nosso cotidiano e nos explica os sentidos resultantes das tensões sociais. É seu fim persuadir, por isso necessita ser adotada e ser ouvida. Essa persuasão se concretiza por meio de discursos conjugados à realidade

Para que a persuasão tenha condições mínimas de estabelecer-se, os discursos terão de ser verossímeis, entendendo-se aqui a palavra verossímil como a possibilidade da existência desse discurso já virtualmente prevista naquele domínio (histórico ou literário) e assim reconhecida socialmente.

As mídias que acompanhamos têm propósitos diferentes e públicos diferentes. Porém, concebem o entendimento da palavra “bullying” da mesma forma dando-lhe um caráter judicial. Comprometida com a melhoria da Educação Básica não deveria a RNE buscar alternativas de entendimento e significado para o assunto em questão? Em que ela contribui com o seu propósito inicial de contribuir para a melhoria da Educação Básica ao tratar o assunto tal qual a FSP?

Pensem especialmente na escola. Frente a tal discurso hegemônico como se colocam os sujeitos dessa história chamados a atuar a partir de seus papéis nas relações que se estabelecem no ambiente escolar? Parece-nos que as relações entre esses sujeitos se fragilizam e, portanto se

infantilizam, perdendo autonomia de diálogo. Sem muita opção as pessoas se protegem no processo de judicialização, evitando um contato direto com a situação. A construção da identidade pela alteridade, função social da escola, tão importante para a formação da criança ou do adolescente permanecem submissas à compreensão unificada de apenas um significado. Não é mera coincidência que casos, outrora inerentes ao ambiente escolar, hoje sejam rapidamente intitulados como casos de bullying. Sofrem pais, alunos e professores reféns de um discurso que pouco contribui para melhoria da educação e a convivência em sociedade.

Nossas ideias não desconsideram a existência comprovada de casos de exposição e constrangimento de crianças e jovens. Ao contrário entendemos que tais questionamentos contribuem para a compreensão apurada dos processos de bullying, contrapondo frente a frente à hegemonia discursiva e a possibilidade de novas formas entendimento da questão.

Referências

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e Discurso: História e Literatura**. São Paulo: Ática, 2007. 96p

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. 17^a ed. São Paulo: Loyola, 2008. 79p.

6.

Comunicação, cultura e política: um estudo da edição especial da revista Realidade – janeiro de 1967

TALITA FRANCO DE GODOY¹

Introdução

A revista Realidade foi lançada pela Editora Abril, no mês de abril de 1966, nas principais capitais brasileiras. Teve ao todo 10 anos de existência, porém a equipe inicial – que conseguiu o feito inédito de alcançar a maior tiragem mensal em uma revista no Brasil – trabalhou em conjunto apenas até a revista entrar no seu terceiro ano.

Após a instituição do AI-5, imposição militar do Ato Institucional que determinava censura, o controle excessivo fez com que o veículo perdesse a sua liberdade plena ao seguir o padrão de origem. Aos poucos, ela sofreu “limitações descaracterizadoras”, segundo Faro (1999, p. 20), em que a censura

1. Aluna do Programa de Mestrado em Comunicação – UNIP.
E-mail: talitafgodoy@gmail.com

marca o “antes e depois”. Vale ressaltar que o Brasil vivia, desde 1964, sob o Regime Militar e que mesmo antes disso houve diferentes períodos de ditadura e censura, porém de outras formas, desta vez com uma intensidade ainda maior e sobre uma sociedade que reagiria de forma diferenciada.

Conforme relata Faro (1999, p. 95), antes do lançamento oficial foi publicada a edição experimental número zero tendo sua amostragem analisada pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (INESE). O público era considerado jovem (18 a 44 anos), de instrução escolar acima do segundo grau, classe econômica A e B. A revista seria informativa sem generalizações, *Standard* (tamanho grande), com 150 páginas em média por edição. Uma das suas marcas era abordar assuntos com temas polêmicos, tabus, questionar preconceitos e mostrar um ponto de vista que levava o leitor a uma reflexão incomum para a época.

A revista Realidade como produto editorial e cultural destaca elementos que se relacionam ao quadro elaborado por Martín-Barbero (2009, p.11-21), no qual ele propõe um mapeamento² que vai dos meios às mediações passando pelos chamados eixos principais. Esses dois eixos têm por ponto em comum: comunicação, cultura e política. Este conjunto determina os demais elementos, todos estão interligados de alguma forma.

No produto escolhido para esta pesquisa, revista Realidade Edições 10 e 11, encontram-se subsídios que se encaixam nos elementos selecionados pelo autor, demonstrando bem como sua teoria se aplica na prática.

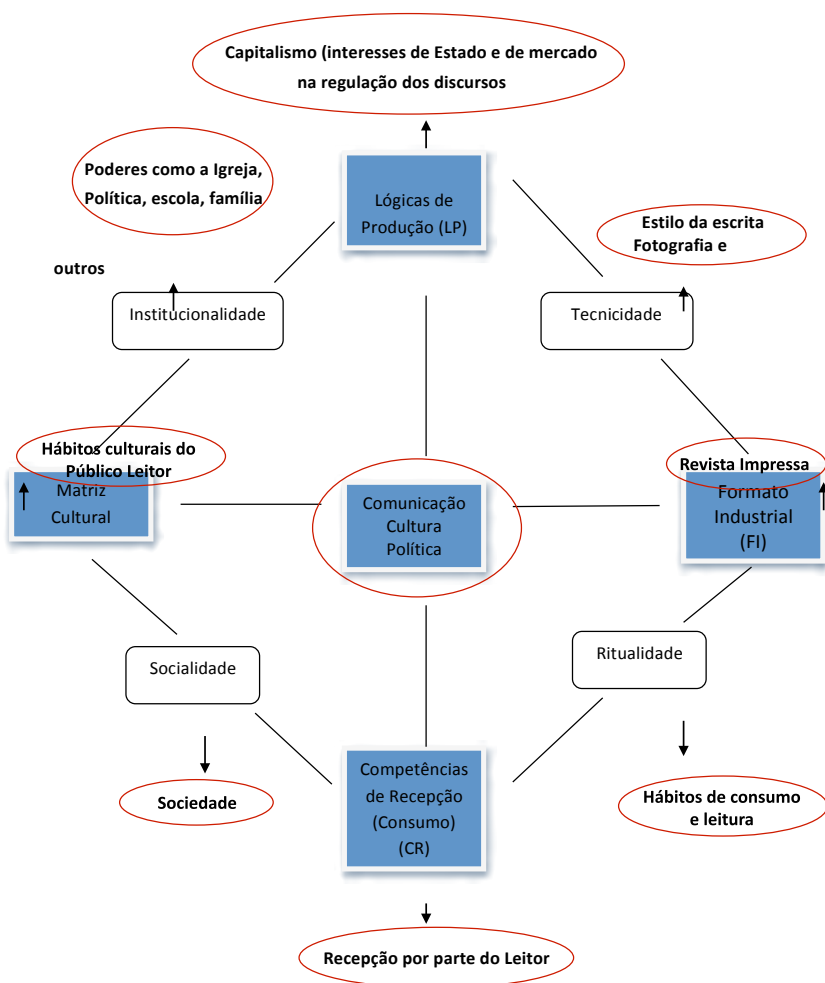
Contudo vale uma observação peculiar quanto ao que Ronsini (2010) diz referente ao processo de comunicação, em seu estudo sobre Martín-Barbero: sendo tão complexo compreender a sociabilidade, seria necessária uma ampliação teórica específica para se entender o processo de recepção, julgando ela

2. Vide quadro com o mapa das mediações no Apêndice I.

ser impossível capturar de forma teórica e empírica o processo todo. Para a autora, o estudo da recepção é necessário como parte das relações entre mídia, sociedade e cultura, tal como se pretende analisar aqui.

Abaixo, segue adaptação do mapa de Martín-Barbero (2009) acrescido dos tópicos da revista Realidade que nele se enquadram:

Adaptação do Mapa das Mediações - Jesús Martín-Barbero (2009, p. 16)



Propõe-se aqui a seguinte representação dos elementos, tendo por produto a revista Realidade:

O eixo central do mapa elaborado por Martín-Barbero (2009) é também o eixo da revista Realidade – Comunicação, Cultura e Política.

Realidade procura levar ao público seu olhar sobre assuntos como cultura, sociedade, comportamento, religião, política, tendo por objetivo tratar de assuntos considerados tabus e polêmicos de forma inovadora. Com isso, apresentava um texto livre de regras jornalísticas, estabelecendo um diálogo próprio entre leitor e revista. Traços que indicavam uma nova produção cultural para aquela época, segundo constata Faro (1999, p. 19): “Nela aflorou uma produção jornalística que deu à reportagem uma dimensão reveladora além dos padrões da objetividade informativa”.

Na **Matriz Cultural**, além da citação feita anteriormente que descreve o público-alvo da revista (FARO, 1999, p. 95), observa-se o contexto histórico dos anos 1960, em que grandes mudanças no âmbito sociocultural aconteciam naquele momento em países como França e Estados Unidos da América. A Edição N° 10 da revista Realidade mostra a situação da mulher como um retrato da sociedade brasileira (tecnicidade). A hegemonia era de certa forma questionada pelo discurso da revista e afetada por um singular momento de transformações tecnológicas), que acabaram por criar a demanda de um novo **Formato Industrial**.

De acordo com esse formato, editores e repórteres deveriam dispor de um tempo maior, podendo se estender por semanas ou até meses, para que pudessem dedicar-se não só à apuração dos fatos, como na elaboração das matérias, utilizando-se até da linguagem literária, algo inédito no Brasil para uma revista de assuntos gerais. Sua periodicidade seria mensal e não a cada semana, como, a maioria dos seus concorrentes. Sua distribuição seria nacional, com

tiragem inicial de 250 mil exemplares (dobrado para 475 mil já nos primeiros 06 meses); inovação editorial nos temas abordados, na exposição dos fatos e no cuidado com as imagens. As fotografias passaram a integrar a reportagem de tal forma que ambos se complementavam, deixando de ser apenas ilustração. O discurso procurava mostrar um Brasil diferente, abordando velhos problemas de ordem nacional sob uma ótica questionadora, reflexiva.



Figura 01: Fotografias integrantes de reportagens da revista Realidade, 1967

Sua importância para o público leitor está na inovação que apontava uma sociedade que se mostrava diferente da idealizada pelo Estado. Já as revistas concorrentes seguiam um padrão tradicional tanto na escrita, como na escolha dos temas e, embora tivessem considerável sucesso, não eram tão ousadas ou inovadoras como Realidade.

Seu conteúdo e forma de abordagem eram o seu maior diferencial. A exemplo do estilo adotado nos Estados Unidos, que utilizava[m] recursos literários em textos jornalísticos, desde o início Realidade já apresentava reportagens semelhantes ao *New Journalism*³, que logo tornou-se conhecido, aqui no Brasil, como Jornalismo Literário. Este foi um dos principais toques inovadores em termos de tecnicidade, embora o estilo já fosse exercitado anteriormente por escritores que atuavam como jornalistas no passado. Nenhum outro veículo utilizou tal recurso de forma tão profunda como a revista Realidade.

Quando Realidade publicava entrevistas com famosos, por exemplo, seu foco recaía em alguma opinião polêmica, em comportamentos pouco usuais, facilitando ao público leitor refletir sobre novos modelos e padrões de conduta. Isso quer dizer que a revista, dentro de certos limites, modificava a Lógica de Produção vigente, modulando o discurso hegemônico: no lugar da fofoca, do puro entretenimento encontravam-se depoimentos críticos, nem sempre condizentes com os interesses econômicos ou políticos do Estado.

3. O termo é denominado pelo jornalista Tom Wolfe em seu livro “Radical chique e o novo jornalismo”, (São Paulo, Companhia das Letras, 2005). A prática do uso da técnica do Realismo já era usada antes da década de 1960 mesmo no Brasil, por escritores como Lima Barreto, Euclides da Cunha e João do Rio, para citar alguns. Foi a partir da revista Realidade que o termo *Jornalismo Literário* ganhou esta nomenclatura por aqui, numa livre interpretação de *New Journalism*.

Esses novos discursos nem sempre agradavam os leitores, como mostram algumas de suas cartas publicadas nas edições seguintes, configurando o que Barbero (2009) denomina por Competências de Recepção, o que implica em Consumo.

A relação das mediações com a recepção passa pelos meios que afetam diretamente o público: sua classe social, etnia, escola, igreja, relações pessoais com amigos e familiares, gênero, grupos que estão, no momento do consumo midiático, passando por uma nova modelagem proposta pela cultura da mídia. Em outras palavras: o que a revista divulgava tinha grande aceitação pelo público leitor. Esse é o maior indício de que ela estava no caminho certo, em conformidade com o que o público esperava de uma revista para o seu tempo.

O contexto sociocultural dos anos 1960 pedia informação diferenciada. A sociedade brasileira mais intelectualizada, em consonância com os movimentos de contestação que aconteciam fora do país, estava desejando mudanças, e dava sinais de que era necessário avançar, questionar temas polêmicos, tabus ou mesmo quebrando paradigmas. Nesta época, os leitores começam a conviver com casos que acontecem no país, como desquite, aborto, moças que já não se casam virgens, homossexualidade, racismo e preconceitos, uso de drogas e tantos outros tabus, propondo uma postura combativa: “Desde nosso primeiro número, em abril de 1966, manifestamos a opinião de que a única maneira de resolver problemas é enfrentá-los” (Revista Realidade, Editorial da Edição Nº 11, 1967). Em especial, na Edição 10, deixa clara a participação da mulher moderna, sua influência e responsabilidade marcante na composição social.

Como a seção de cartazes sugere, boa parte dos leitores de Realidade manifestava apoio a esse novo formato, o que retroalimentava a equipe editorial. Isso quer dizer que a revista Realidade, como qualquer produto da indústria cultural, baseava-se

no capital e na produção hegemônica, mas não compartilhou apenas o “imaginário subalterno”, mas configurou uma outra “matriz cultural” e uma nova “socialidade”, isto é, outras identidades, quebrando a moral de um país de formação cristã e, principalmente, expondo o leitor a um discurso crítico.

As reportagens, inclusive diversas matérias de capa, traziam assuntos como família, religião, política – principais expoentes institucionais. Realidade levantava questionamentos pertinentes para reflexão da sociedade e a ideologia, procurando interferir no discurso privado. Elemento definido por Martín-Barbero como **Institucionalidade**. Um dos exemplos claros na revista era a seção “Brasil Pergunta”, que apresentava, em cada edição, um tema polêmico, abordado sempre por uma personalidade que era a favor e outra que era contra o assunto do mês tratado naquela seção, um representando a voz das instituições, e o outro representando a voz da sociedade (no caso dos seus leitores), por assim dizer.

A **Tecnicidade** se refere ao uso de técnicas e tecnologia, sem deixar de lado as relações de poder e do contexto histórico. A Realidade implementa uma nova prática na mídia, propondo diálogos inovadores para velhos temas. A complexidade dos assuntos não era a preferência dos seus concorrentes, talvez pelo confronto com as formas de poder e hegemonia institucional. Destaca-se o uso do gênero literário em seus textos, por ser uma técnica que exigia uma dedicação específica do jornalista em seu talento como escritor.

Poucos são os jornalistas que, conseguem adaptar seu texto substituindo a técnica tradicional do texto jornalístico, conhecida como “lead” – que procura responder objetivamente logo no começo do texto algo como: “quem fez o quê, quando onde e como” – e libertar sua escrita para um texto semelhante ao texto literário. A linguagem da revista Realidade, em certos momentos, fazia o leitor ter a sensação de ler ficção, e não jornalismo, embora o fosse.

O alinhamento da equipe valorizando o fotógrafo que somava a imagem ao texto, surgiu como mais uma novidade editorial no emprego de novas técnicas.

E, por fim, completando os elementos do Mapa das Mediações elaborado por Martín-Barbero (2003), encontra-se a **Ritualidade**, equiparado ao modo de leitura que implica também o processo de recepção do leitor, influenciado por seu meio, estilo de vida, educação, sua própria cultura. Estimava-se que para cada exemplar havia 03 leitores, o que elevava o número no segundo semestre (a partir de outubro, 1966) para aproximadamente 1,5 milhão de leitores por tiragem mensal: “A recepção foi entusiástica: em apenas seis meses, Realidade alcançou a maior tiragem do país, com 475.000 exemplares e mais de um milhão e meio de leitores por edição” (Revista Realidade, Editorial da Edição N° 11, 1967).

Na seção de cartas, é possível perceber como o leitor expressava sua identificação com a revista e, da mesma forma, a justificativa dos editores com a seleção de reportagens que viam ao encontro da expectativa do seu público. No uso social desse meio ele é reconhecido como instrutivo, informativo, educacional, que relata fatos de forma diferenciada, mostrando vieses que o poder hegemônico geralmente procura dissimular. É possível notar este aspecto em algumas das cartas dos leitores citadas mais adiante, como um dos exemplos de ritualidade criada a partir do vínculo entre leitor e produto.

A aplicação das categorias propostas por Martín-Barbero (2009) nas cartas sugere forte identificação entre os leitores e a revista. Para os primeiros as reportagens eram esclarecedoras, informativas, educacionais e levavam à reflexão sobre os assuntos que provocavam não só os representantes do poder hegemônico, como também outro grupo de leitores, os mais conservadores.

Um dos exemplos do pioneirismo da revista Realidade foi a edição N° 10, que trazia ao público o resultado de uma pesquisa que tabulou mais de cem mil respostas dadas por 1200

mulheres entrevistadas com a finalidade de retratarem o perfil da mulher brasileira do final dos anos 1960. Os assuntos abordados eram variados, indo desde religião e política até mercado de trabalho, passando pelo corpo feminino, maternidade, parto e mudanças de comportamento. Apesar de ter conseguido um feito inédito no Brasil, ao traçar o mapa da situação feminina da época, não agradou a todos os leitores nem ao governo. A edição foi acusada pelo setor conservador da sociedade de publicar conteúdo considerado abusivo. Contudo, a maioria dos leitores continuava interessada no posicionamento da revista, e alguns deles manifestaram seu apoio, como será visto adiante, mantendo o número crescente de edições.

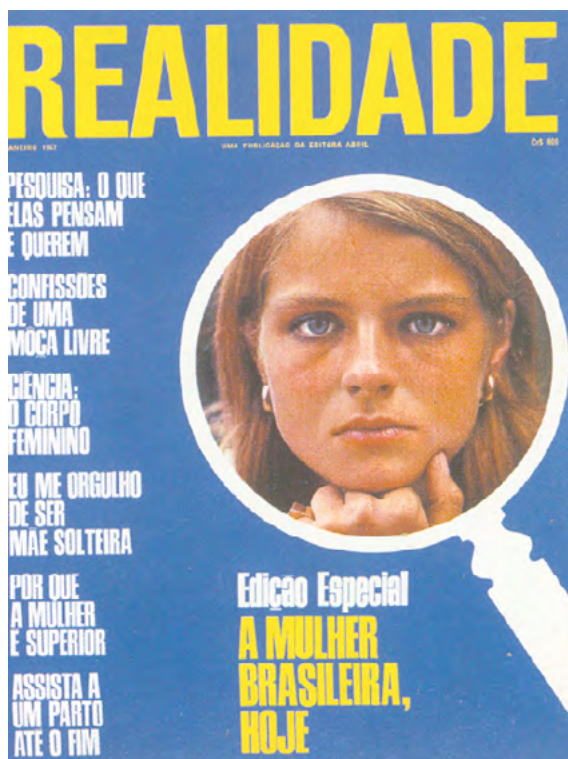


Figura 2: Capa da Edição N° 10 - revista Realidade – Proibida de circulação em Janeiro/ 1967

A capa da Edição Nº 10 foi estrategicamente elaborada com a imagem de uma mulher jovem, branca, de traços leves, no centro de uma lente de aumento, o que sugeria a ampliação de sua importância no cenário nacional. Abaixo da fotografia, o tema da edição especial: “A mulher brasileira, hoje”. Tanto o título da revista, como o da edição estão destacados na cor amarela. A capa tem a cor azul e todas as chamadas da lateral esquerda estão em branco. O uso de apenas 03 cores dá um ar leve à capa, sem poluição visual, enfatizando o seu objetivo, sem distrações.

A escolha dos assuntos também pode ser considerada uma provocação para a mentalidade da época. Maia (1986) analisa a dificuldade do pioneirismo da Realidade em ser a primeira revista no país a tratar assuntos tabus: “logo na décima edição ficou claro que fazer jornalismo abordando temas de comportamento em 1967 era mais que um desafio, era um confronto com o conservadorismo da sociedade brasileira”.

E não agradou a todos, embora a revista tenha mudado a cara do Brasil, por isso mesmo estabelecendo a “*geração Realidade*”, como ficou conhecida nos anos 70. A autora avalia seus efeitos da seguinte forma: “O Brasil de 60 é irreconhecível hoje (*anos 80*), deu um salto em abertura intelectual, em abertura de informações” (MAIA, 1986). Além de dedicar uma edição inteira a um tema específico, a revista Realidade inovou na editoração, pois, em revistas de assuntos gerais, não era comum a divulgação dos resultados de pesquisas nem imagens com cenas de um parto.



Figura 03 – Fotos ilustrativas de reportagens da revista Realidade Nº 10, 1967.

Martín-Barbero (2009) coloca o receptor como um participante ativo no processo da comunicação social. Considera que suas experiências particulares interferem no seu modo de perceber aquilo que chega a ele por meio da comunicação, que tanto é um meio como um processo. A vivência individual e os conteúdos culturais são os responsáveis, então, pelo repertório de cada indivíduo que o fará

compreender uma mensagem de forma peculiar. Vejamos alguns exemplos, extraídos da⁴ Realidade.

As reportagens que mais incomodaram o setor conservador da sociedade, conforme as cartas dos leitores, possivelmente foram a entrevista com a atriz Ítala Nandi, de 24 anos, que defendia o liberalismo da mulher e sua independência, e o depoimento de uma moça, de 20 anos, que foi mãe solteira e não demonstrava nenhum constrangimento ou vergonha por isso, dois grandes temas tabus para a época, especialmente para instituições tradicionais no Brasil como igreja e família. Tanto essa, como aquela, não tinham práticas liberais sobre a sexualidade humana, ao contrário; reprimia quem comentasse sobre prazer sexual, especialmente o feminino.

Foucault (2010), que associa poder e sexo, enfatiza que a repressão faz com que o sexo seja ainda mais instigante, porque ele transgride o poder, deliberadamente:

Existe, talvez, uma outra razão que torna para nós tão gratificante formular em termos de repressão as relações do sexo e do poder: é o que se poderia chamar de benefício do locutor. Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega esta linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura (FOUCAULT, 2010, p.12).

No caso da entrevista com a atriz Ítala Nandi, ela é a locutora beneficiada pelo discurso que aborda suas verdades sobre sexo e dessa forma desafia poderes institucionais com as suas opiniões

4. Ver apêndice com uma síntese das cartas dos leitores publicadas na edição 11, referentes à edição 10.

pessoais. O entrevistador deixa a entrevistada à vontade para contar suas lembranças, experiências e, assim, põe em prática o que Foucault (2009) chama de “consciência de desafiar a ordem estabelecida, tom de voz que demonstra saber que se é subversivo, ardor em conjurar o presente e aclamar um futuro para cujo apressamento se pense em contribuir” (FOUCAULT, 2010, p.13). Frases como “Quem tem força para perguntar por quê? Quem tem coragem de escolher?”; ou “Sou mãe solteira e me orgulho disso”, demonstram um enfrentamento ao poder de uma sociedade moralista⁵. Nos temas das entrevistas consideradas aqui como o ápice do incômodo que levou à cassação, o sexo e a sexualidade eram os temas centrais tendo, por pano de fundo a moralidade.

Foucault (2009, p.229) define o sexo como o núcleo da verdade humana: “O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir da nossa espécie, da nossa verdade de sujeito humano”. E explica: “O sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso”. (FOUCAULT, 2009, p. 230). Para o autor, as proibições ainda existem e são fortes em torno do sexo e da sexualidade. Apesar das vigilâncias e proibições, o tempo todo esse tema está presente em tudo. “São sempre interditos que são enfatizados” (FOUCAULT, 2009, p.230).

5. O tema é usado aqui de forma livre em relação ao seu concreto significado levando-se em conta que ele também era citado na revista Realidade, como visto nas cartas dos leitores. Consideramos que em tempos de mudanças sociais e culturais há um estranhamento ao novo, especialmente em relação ao comportamento e ao liberalismo sexual que se intensificava naquela época. Algumas pessoas tinham mais facilidade em lidar com estas “modernidades” do que outros, os então considerados “moralistas”. O autor Zuenir Ventura traz estas explicações no livro 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1988. Leia também o termo na página 20 deste artigo, em definição de um juiz de menores.

No discurso da entrevista em que uma mulher – que não quis se identificar para preservação da identidade de sua filha – se diz orgulhosa por ter assumido sua maternidade mesmo sendo solteira, ela desafia a sociedade, porém, não se colocando como um exemplo a seguir e sim por sua coragem de não ter cometido o aborto e de ter recusado um casamento por outro motivo que não fosse o amor do namorado por ela mesma. O pai se afastou e ficaram apenas amigos para o bem da filha, provavelmente numa atitude de coragem e de muita força para uma jovem de 20 anos, mas que recebeu o apoio da família para seguir em frente da forma decidida por ela.



Figura 04 :Revista Realidade, entrevista com a atriz Ítala Nandi, e reportagem com uma mãe solteira. Edição Especial N° 10.

A atitude da jovem mãe solteira foi motivo do comentário de uma das cartas de leitores, no caso uma moça casada, com filhos, que, mesmo sendo de religião cristã, apoia a mãe solteira. Esse fato não a faria tomar uma atitude igual, por sua conduta ser diferente, mas ela demonstra respeito e admiração, indícios de uma representação – ainda que minoritária – de uma sociedade capaz de conviver em harmonia e indulgência, segundo as palavras da leitora (ver apêndice B).

Em algumas edições seguintes, o assunto sexualidade, educação sexual e mesmo a Edição N. 10, são retomadas na seção carta dos leitores, como a de Franco Cristaldi, de Olinda, PE:

Sr. Diretor: Até hoje REALIDADE teve hombridade suficiente para enfrentar o tabu do sexo. Depois que virem a obra cultural que REALIDADE divulga, todos os seus acusadores se arrependerão. (Revista Realidade, Seção Cartas do Leitor, Edição N° 18, p. 7).

De forma semelhante, manifesta-se a leitora Yoni Melinori, de São Paulo:

Sr. Diretor: Uma revista que nos orienta sobre como educar a criança sexualmente e que nos mostra a realidade da vida com tanta educação e sem a menor malícia, é tirada de circulação (N° 10 de Realidade). Não compreendo. Deve ser interesse de que o gigante continue para sempre adormecido e deitado em berço esplêndido (Revista Realidade, Seção Cartas do Leitor, Edição N° 18, p. 7).

Martín-Barbero (2008), ao apresentar sua teoria quanto ao processo identitário, explica que ela se baseia na aceitação do receptor – ele aceita o que o agrada, pois se identifica com aquilo, da mesma forma rejeita o estranho quando

não se identifica. Este aspecto se vincula à socialidade, um dos traços da Matriz Cultural, proposta por Martín-Barbero (2008: 16). A socialidade se refere às relações sociais, às suas características de gênero, de etnia e de geração determinando o modo de ser e o processo de recepção. Ela se relaciona com os exemplos citados pelas palavras dos leitores que expressam opinião própria quanto aos fatos em torno da edição proibida, demonstrando seu envolvimento e legitimando o discurso apresentado.

Considerações finais

A revista Realidade, desde sua criação, em 1966, deu voz à figura feminina, tanto nas suas reportagens como nas entrevistas que versassem sobre comportamento, experiências de vida, etc. Essa postura editorial a diferenciava dos demais títulos e ganhava a adesão de um número cada vez maior de leitores.

Pode-se dizer que ela prestou um serviço de informação ao seu público e cumpriu importante papel ao exercer função social no jornalismo. Contribuiu para certo amadurecimento intelectual dos brasileiros que, ao abrirem a revista, encontravam histórias reais, depoimentos do jovem, da mulher, do trabalhador, do político, ou seja, de outros grupos sociais.

Realidade entrou para a história da imprensa brasileira como um veículo de linguagem própria, sem igual. O jornalismo não deve ser analisado apenas pelo aspecto técnico e, sim, como se pretendeu aqui, como atividade cultural, veículo em processo histórico-social de uma nação, cumprindo também o Mapa das Mediações elaborado por Martín-Barbero no, contexto da comunicação social.

Referências

FARO, José Salvador. Revista Realidade, 1966-1969: tempo da reportagem na imprensa brasileira. Canoas: Ed. Da ULBRA / AGE, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

_____, *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 20 ed. 2010.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 21 ed., 2011

MAIA, Monica. *Realidade – a que a censura destruiu*. Revista de Comunicação. São Paulo, 18 de out. 1989. Disponível em < <http://www.revcom.com.br/rc/rc0.asp> > Acesso em 06/01/2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

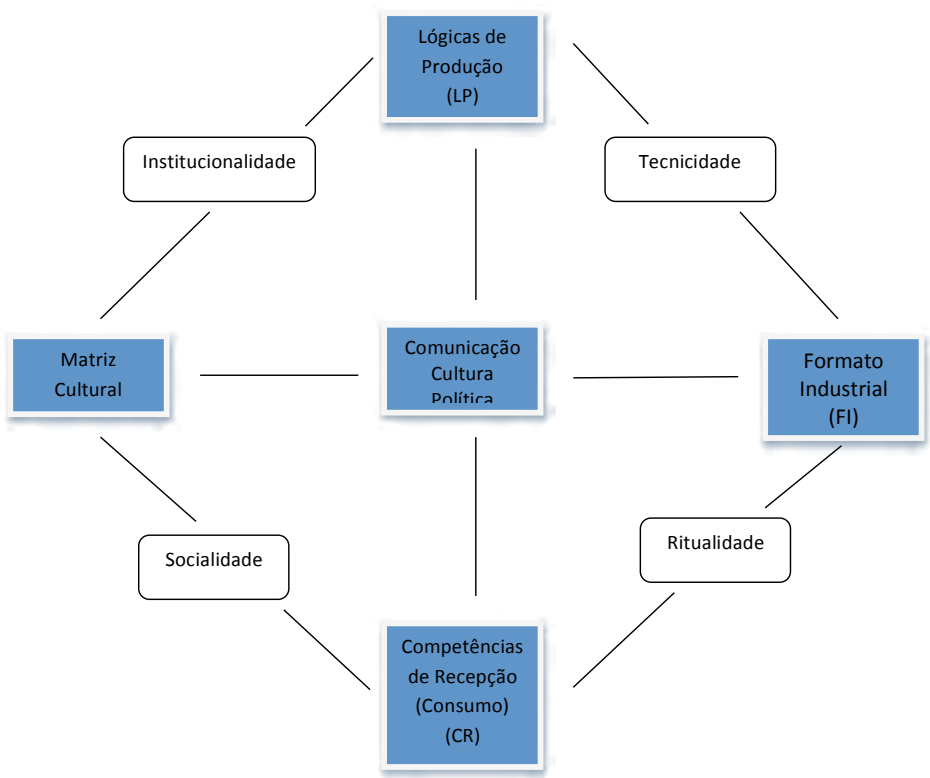
REVISTA REALIDADE. São Paulo: Editora Abril, N°10 e 11, Janeiro e Fevereiro, 1967.

RONSINI, Veneza. *A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção)*. In: GT12 “Recepção, usos e Consumo Midiático”, do XIX Compós: 2010 disponível em [HTTP://compos.com.puc.rio.br/gt12_veneza_ronsini.pdf](http://compos.com.puc.rio.br/gt12_veneza_ronsini.pdf) Consultado em 26/11/2011.

SILVA, Carmem da. *Preconceito: o bicho-papão*. In: Revista Realidade. São Paulo: Editora Abril, n.11, fevereiro, 1967.

APÊNDICE A

Mapa das Mediações - Jesús Martín-Barbero



Adaptado de Martín-Barbero, 2009:16

APÊNDICE B
SÍNTESE DAS CARTAS DOS LEITORES –
REVISTA REALIDADE / EDIÇÃO 10

COMENTÁRIO DO LEITOR		CONTRA/ A FAVOR
1.	A revista Realidade está semeando a prostituição; o povo saberá separar o joio do trigo	CONTRA
2.	Estão vendendo pornografia	CONTRA
3.	O “meio conhecimento” em educação sexual é o perigo. Leio a revista Realidade com os meus filhos	A FAVOR
4.	Incentivo para que a revista Realidade continue abordando qualquer assunto	A FAVOR
5.	Estabelecer o diálogo é importantíssimo na educação sexual da juventude	A FAVOR
6.	Realidade vem despertar o pensamento dos brasileiros, avanço considerável dentro da estrutura arcaica em que vivemos	A FAVOR
7.	Homens que consideram a maneira como vieram ao mundo coisa obscena, não devem sentir respeito por nenhuma mulher	A FAVOR
8.	A campanha que ora se faz contra essa revista não tem sentido, o que ela nos conta é apenas a realidade	A FAVOR
9.	Pessoas ignorantes e preguiçosas são as que criticam a revista Realidade, pois se quer a leem ou não a entendem	A FAVOR
10.	Antes o Juizado de Menores tentasse recolher os “livrinhos obscenos” que circulam por aí	A FAVOR
11.	Será que a verdade ofendeu aos falsos moralistas?	A FAVOR
12.	Quem é mais digna: a mulher que faz de tudo para criar seu filho ou a que o abandona para manter as aparências?	A FAVOR
13.	Onde está o raciocínio equilibrado?	A FAVOR
14.	A mãe solteira e a atriz agiram como sentiam que deviam agir. Nem por isso vou fazer a mesma coisa. Precisamos de indulgência para progredir.	A FAVOR

15.	Renovamos nosso protesto diante de atitude tão falsa e hipócrita das autoridades que presidiram tal ato.	A FAVOR
16.	Lamentamos as arbitrariedades que vêm se realizando quase sem chances de reação.	A FAVOR
17.	Se existem pessoas de mentalidade tão atrasada, elas em absoluto não representam a maioria.	A FAVOR
18.	Voto de solidariedade da Associação Brasileira de Agências de Propaganda de São Paulo.	A FAVOR
19.	Tudo o que é realidade deve ser exposto e discutido.	A FAVOR
20.	A foto tirada do pai pela primeira vez carregando o seu filhinho é de uma força de expressão formidável.	A FAVOR

TOTAL DE CARTAS PUBLICADAS: 20

TOTAL DE COMENTÁRIOS CRÍTICOS/CONTRA A REVISTA: 02 (10%)

TOTAL DE COMENTÁRIOS A FAVOR DA REVISTA: 18 (90%)

7.

O apagamento da figura política feminina nas páginas da imprensa sindical

CRISTINE GLERIA VECCHI

Introdução

Nas últimas décadas, as mulheres, gênero que até a segunda metade do século XX era destinado basicamente a exercer atividades domésticas, passam a integrar cada vez mais o mercado de trabalho e a conquistar, ainda que timidamente, postos predominantemente masculinos. Nesse contexto, o espaço da política é o que mais resistiu às transformações. Se as empresas passaram a incorporar mulheres, diminuindo a distância que as separa da participação dos homens, é na vida política que é possível encontrar os maiores obstáculos à integração do gênero feminino à cidadania¹.

1. Utilizamos o conceito de cidadania a partir da definição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). “Atualmente o conceito de cidadania foi ampliado, constitui um dos princípios fundamentais

Mas, apesar do aumento da votação em mulheres no Brasil – nas eleições de 2010, Dilma Rousseff e Marina Silva tiveram dez vezes mais votos que as demais candidatas em 2006 – os homens são maioria na política brasileira. A bancada feminina caiu no legislativo, nas últimas eleições, para 8,5% do total da Câmara – foram eleitas 44 mulheres, contra 50 na eleição de 2006, elementos semelhantes ao que ocorrem na maior parte do mundo. Em 2010, pela primeira vez na história do Brasil, duas mulheres se candidata-ram à presidência da República (Dilma Rousseff e Marina Silva) e, juntas, conquistaram mais de 65% dos votos válidos. Uma delas, Dilma Rousseff, conseguiu se eleger, sendo a primeira presidenta² do país.

Esse fato inédito deveria trazer maior visibilidade às mu-lheres no cenário político do Brasil? Essa pergunta motivou o desejo de realizar esse artigo, que é um recorte da disserta-ção de mestrado em desenvolvimento sobre o mesmo tema.

O jornal sindical *Tribuna Metalúrgica* (TM), produzido pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC foi nosso foco nesse estu-do devido às suas particularidades. Além de ser um dos princi-

do Estado Democrático de Direito e pode ser traduzido por um conjunto de liberdades e obrigações políticas, sociais e econômicas. Ser cidadão hoje implica em exercer seu direito à vida, à liberdade, ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde, à cobrança de ética por parte dos governantes”.

2. A Academia Brasileira de Letras, por meio do sistema de busca “Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)” – que padroniza as classificações gramaticais de acordo com o novo acor-do ortográfico – sinaliza a existência de presidente e presidenta para designar o feminino de presidente. Dilma Rousseff sinalizou em diversas entrevistas que prefere ser chamada de “presidenta” e a pró-pria TM passou a utilizar o mesmo termo, recentemente. Entretanto, como durante a campanha o jornal a denominava como “candi-data a presidente do país, optamos por utilizar a palavra presidente.

país jornais sindicais do país (com tiragem de 60 mil exemplares por edição, distribuído de terça a sexta-feira, gratuitamente, nas portas das fábricas da região do ABC paulista), o que por si só justificaria o interesse por seu estudo, o veículo de comunicação é produzido somente por homens e tem como público-alvo basicamente o público masculino.

Estudo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que, em 1998, 65% dos 11,14 milhões de trabalhadores formais e informais associados aos sindicatos eram homens e 35%, mulheres. Em 2006, o total passou para 16,59 milhões de associados, sendo que 60% eram homens e 40%, mulheres. Já em relação especificamente à região de abrangência da TM (ABC paulista), a mesma pesquisa revela que nos municípios de São Bernardo, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, as mulheres são 14% da categoria: 13,7 mil em um universo de 97,4 mil.

Essas metalúrgicas do ABC paulista possuem uma particularidade em relação às trabalhadoras do restante do país. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o salário das mulheres da base da entidade é, em média, 53% maior do que o das trabalhadoras da categoria no Brasil e 30% superior ao das metalúrgicas de São Paulo.

A remuneração das metalúrgicas do Grande ABC é de R\$ 2.326,44 (média). No Brasil, elas recebem R\$ 1.516,32 e no Estado de São Paulo, de R\$ 1.796,31, de acordo com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O salário das mulheres da categoria é superior, por exemplo, ao dos homens metalúrgicos (R\$ 2.207,21) do Brasil.³

3. METAÚRGICAS do Grande ABC ganham em média 53% a mais

Outro fato importante a ser considerado é a íntima relação que esse veículo de comunicação tem com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula foi presidente do Sindicato por dois mandatos, em 1975 e reeleito em 1978). Além disso, as duas mulheres que participaram do pleito em 2010 possuem relação com o Sindicato, com Lula e com o PT: Dilma Rousseff, candidata com apoio de Lula, e Marina Silva, que já ocupou diversos cargos eletivos, muitos deles sob a sigla do Partido dos Trabalhadores (PT) – desde 13 de maio de 2008 anunciou sua desfiliação do PT e foi candidata à Presidência da República pelo Partido Verde (PV).

Essa crescente importância das mulheres no cenário da categoria, da região e, também, nacionalmente poderia influenciar na maneira como o veículo de comunicação retratou, em suas páginas, as eleições presidenciais de 2010?

Para tentar responder a essa pergunta, levantamos algumas características desse tipo de publicação. “A imprensa sindical está ligada a alguma forma de organização da classe trabalhadora – seja partido, sindicato ou qualquer outra espécie de agremiação –, circulando de maneira diferente da imprensa burguesa, ou grande imprensa.” (FERREIRA, 1988, p. 6) Portanto, “O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização [...]” (FERREIRA, 1988, p. 6). A autora revela, ainda, a característica predominante do conteúdo da imprensa sindical:

“Se, por um lado, divulga os problemas atinentes ao operariado, por outro tende a apresentar as posições

que a categoria. **Diário do Grande ABC Online**. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/News/5801036/metalurgicas-do-grande-abc-ganham-em-media-53-a-mais-que-a-categoria.aspx>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

das diretorias; ou seja, do ponto de vista de uma linha opinativa, a imprensa sindical estaria mais predisposta a seguir a linha da diretoria de turno e não a da categoria que o sindicato representa.” (FERREIRA, 1988, p. 55)

Deste modo, se a imprensa sindical está estreitamente ligada ao movimento operário e divulga com frequência a posição das diretorias, acreditamos que o tratamento do jornal quando o assunto é a divulgação da candidatura de mulheres – e por ser um jornal produzido **por** e **para** homens – não destacaria as candidatas em suas páginas – fato que foi constatado na leitura preliminar do nosso *corpus*. Portanto, a *TM* teria um lado, o lado de quem o edita e o lê (os homens).

Santiago e Giannotti (1997) afirmam que a grande imprensa tem seus objetivos muito bem definidos, bem como sua visão de mundo. Além disso, defende os interesses de uma só classe, mas tenta não explicitá-los, ao contrário, disfarça-os. “A grande imprensa age sob o mito da neutralidade. Para ter credibilidade precisa dar a impressão de que todos os setores da sociedade são ouvidos pelo jornal com igual peso” (SANTIAGO; GIANNOTTI, 1997, p. 137).

A imprensa sindical, por sua vez, também tem seus objetivos definidos, sua visão de mundo, mas, ao contrário da imprensa de grande tiragem, defende explicitamente os interesses de uma classe:

A diferença na imprensa sindical é que ela não disfarça. Ela não está preocupada em mostrar que defende os interesses de todos. A ela só interessa um tipo de público: o trabalhador. Claramente defende os interesses deste leitor. Desta classe. (SANTIAGO; GIANNOTTI, 1997, p. 138).

Todos esses fatores – a história da classe trabalhadora estar intimamente relacionada com a história da fundação do PT, do surgimento de Lula como um líder sindical, do jornal ser escrito por homens e para homens – nos levou a acreditar que a *TM* não daria destaque para a candidatura das mulheres, mesmo uma delas sendo a candidata do PT. Mas então, o que nos motivou a realizar o presente estudo?

Ficamos interessadas em verificar **como** a *TM* trabalharia seu discurso notada e declaradamente parcial sobre a candidatura de duas mulheres que pleitearam o cargo de Presidente da República. Objetivou-se, portanto, investigar o discurso empregado pela mídia impressa e sindical sobre as eleições presidenciais 2010 de duas candidatas mulheres, evidenciando-se questões de gênero. Optamos por analisar as cinco edições do jornal anteriores ao primeiro turno das eleições (de 24 de setembro a 1º de outubro).⁴

O método de análise empregado foi a Análise de Discurso de linha francesa que sinaliza a não existência de texto imparcial e que a constituição de uma mensagem está atrelada não apenas aos elementos linguísticos, mas também às condições de produção e às particularidades dos meios que a veiculam.

[...] as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas

4. O mesmo tema está sendo desenvolvido na dissertação de mestrado, porém com maior profundidade – analisamos todos os textos do jornal que abordam um dos candidatos ou ações políticas, nos seis meses que antecedem à eleição presidencial de 2010 e, até o momento estamos conseguindo comprovar que ocorre o apagamento das candidatas no jornal.

nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1988, p. 160)

Posição semelhante também é defendida por Baccega (2007, p. 47):

A língua não é apenas um instrumento com a finalidade de transmitir informações. É um todo dinâmico que abarca o movimento da sociedade: por isso, é lugar de conflitos. Esses conflitos se “concretizam” nos discursos. Neles, as realizações linguísticas trazem inscritas as diferenças de interesses, as propostas de direções diversas para o mesmo processo histórico.

Portanto, os trabalhos que pretendam estudar o discurso dos meios de comunicação devem levar em consideração outras dimensões como “o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação; os embates históricos, sociais etc. que se cristalizam no discurso” (BRANDÃO, 2004, p. 17). Já para Pinto:

A análise de um texto jornalístico impresso, por exemplo, tomará como ponto de partida o texto publicado, associando-o a partir de certas pistas materiais que podem ser encontradas em sua superfície mesma, isto é, na mistura da linguagem verbal, imagens e padrões gráficos que o constitui, às práticas socioculturais no interior das quais surgiu e que costumam ser chamadas de contexto. Como sinônimo de contexto, emprega-se com frequência a expressão condições sociais de produção ou apenas condições de produção [...] (1999, p. 8).

Maingueneau acredita que todo discurso é carregado de intencionalidade: “Todo gênero de discurso visa a um cer-

to tipo de modificação da situação da qual participa [...]” (2004, p. 66). O autor afirma ainda que:

“O discurso é ‘orientado’ não somente porque é concebido em função de uma perspectiva assumida pelo locutor, mas também porque se desenvolve no tempo, de maneira linear. O discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo, supostamente, dirigir-se para algum lugar” (2004, p. 53).

Partiremos agora para análise com o intuito de justificar os pressupostos que trabalhamos até o momento.

Análise

As cinco edições selecionadas para análise (de 24 de setembro a 1º de outubro de 2010) correspondem à última semana antes do primeiro turno do pleito eleitoral. Optamos por verificar a coluna “Notas e Recados”, localizada na segunda página do jornal e, como o próprio nome indica, é direta ao enviar recados aos aliados e à oposição.

Foram separadas 13 notas para análise, cujo critério de seleção foi conterem, explícita ou implicitamente, conteúdo eleitoral (seja citando diretamente o nome de candidatos, seja falando de ações desenvolvidas pelos partidos).

Em relação à nossa primeira hipótese, de que a *TM*, por ser produzida **por** e **para** homens, não destacaria a candidatura das mulheres, pudemos constatar sua ocorrência, uma vez que, dos textos analisados, Lula aparece quatro vezes, Dilma três, Serra duas, Marina nenhuma e até o ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso foi citado, com duas indicações – totalizando oito aparições masculinas contra três femininas, fato interessante de se ob-

servar, uma vez que dos três homens citados, apenas um concorria à Presidência da República.

As figuras a seguir (de 1 a 3) mostram os três únicos textos em que Dilma Rousseff é citada, sendo que em todos a candidata aparece ao lado de algum político do sexo masculino para fortalecer a imagem da candidata. No texto “Entregando o jogo”, Dilma aparece ao lado de FHC (ex-presidente do país pelo PSDB, mesmo partido do candidato José Serra); em “Apoio”, surge como candidata com apoio do candidato Celso Russomanno e, em “Golpistas”, vinculada ao então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (lembrando que nesse caso também é citado o partido de José Serra, PSDB).

Entregando o jogo
*Em entrevista ao jornal
britânico Financial
Time, o ex-presidente
FHC admitiu a vitória
de Dilma na eleição
presidencial.*

Imagem 1: “Entregando o jogo”.

Fonte: Tribuna Metalúrgica – 28 set. 2010 – Ed. 2902.

Apoio
*Celso Russomanno (PP),
candidato ao governo
paulista, declarou seu
voto à petista Dilma
Rousseff.*

Imagem 2: “Apoio” Fonte: Tribuna Metalúrgica – 29 set. 2010 – Ed. 2903.

Golpistas

*Segundo o jornalista
Paulo Henrique Amorim,
o PSDB teria gravado
uma entrevista com
um homem dizendo ser
do PCC e apoiador de
Dilma e Lula.*

Imagem 3: “Golpistas”.

Fonte: Tribuna Metalúrgica – 1º out. 2010 – Ed. 2904.

Já quando a cobertura é sobre os homens políticos, o destaque é feito de diversas maneiras. As figuras 4 e 5 mostram de forma explícita o nome do candidato tucano José Serra, sempre vinculando-o a ações negativas, como forma indireta de fortalecer a candidata apoiada pelo jornal, Dilma Rousseff.

Sem escrúpulo

*Serra mandou e o
juiz Gilmar Mendes
segurou a votação sobre
obrigatoriedade ou não
de usar mais que um
documento para votar.*

Imagem 4: “Sem escrúpulo”.

Fonte: Tribuna Metalúrgica – 1º out. 2010 – Ed. 2904.

Paga!

*A Justiça multou o SBT
em R\$ 10 mil por não
conceder direito de
resposta a Mercadante
sobre comentários de
Serra feitos no canal.*

Imagem 5: “Paga!”.

Fonte: Tribuna Metalúrgica – 24 set. 2010 – Ed. 2900.

Já as figuras 3, 6, 7 e 8 sinalizam ações/declarações de Lula, então presidente do país e que tinha Dilma como sucessora. O excesso de aparição de Lula em detrimento de Dilma pode ser entendido como uma “tática” da *TM* para fortalecer a imagem da candidata, uma vez que o jornal e a categoria metalúrgica possuem grande vínculo com o presidente.

Quem é quem

*“O DEM é o dono
do engenho e diz que
nós, moradores da
senzala, somos contra a
democracia”, denunciou
Lula.*

Imagem 6: “Quem é quem”.

Fonte: Tribuna Metalúrgica – 1º out. 2010 – Ed. 2904.

Hipocrisia

“A imprensa deveria assumir categoricamente que tem candidato e partido, deixando de vender uma neutralidade disfarçada”, afirmou o presidente.

Imagem 7: “Hipocrisia”.

Fonte: Tribuna Metalúrgica – 1º out. 2010 – Ed. 2904.

Tapete vermelho

“Lula – o filho do Brasil” foi escolhido para representar o País na disputa pela vaga na categoria de melhor filme estrangeiro do Oscar.

Imagem 8: “Tapete vermelho”.

Fonte: Tribuna Metalúrgica – 24 set. 2010 – Ed. 2900.

Ao analisar o discurso do jornal, também encontramos textos que, implicitamente, indicavam o apoio à candidata petista. Nas imagens 9 a 13 estão textos que não citam, explicitamente, o nome de nenhum candidato à Presidência da República mas, ao abordar temas polêmicos acabam fortalecendo a imagem de Dilma e prejudicando seu principal concorrente, José Serra.

As imagens de 9 a 12 compravam tal constatação: fala-se mal de políticos do PSDB, dos pedágios nas rodovias paulistas, gastos excessivos da Prefeitura de São Paulo e de obras do governo do Estado de São Paulo que estariam com problemas estruturais – lembrando que o governo do Estado de São Paulo era administrado pelo PSDB e a Prefeitura possuía como prefeito Gilberto Kassab, que foi vice-prefeito da cidade de 2005 a 2006, período em que José Serra era prefeito e, foi indicado por Serra para concorrer ao cargo de prefeito em 2006.

Na moita

Eduardo Jorge, vice-presidente do PSDB que hoje acusa o PT de quebrar seu sigilo, fez o mesmo com nove deputados quando era secretário de FHC.

Imagem 9: “Na moita”.

Fonte: Tribuna Metalúrgica – 1º out. 2010 – Ed. 2904.

Transparência

Entidades da região inauguram hoje, 14h, no estacionamento da Câmara de São Caetano o pedagiômetro, que mede o quanto pagamos de pedágio.

Imagem 10: “Transparência”.

Fonte: Tribuna Metalúrgica – 24 set. 2010 – Ed. 2900.

Tá sobrando?

*Nos últimos
cinco anos, a Prefeitura
de São Paulo já gastou
R\$ 73 milhões na
contratação de
estudos de obras
que ainda não
saíram do papel.*

Imagem 11: “Tá sobrando?”.

Fonte: Tribuna Metalúrgica – 28 set. 2010 – Ed. 2902.

Construção bichada

*62% das pessoas que nos
últimos dois anos foram
morar em apartamentos
do CDHU reclamam
de vazamentos e
infiltrações.*

Imagem 12: “Construção bichada”.

Fonte: Tribuna Metalúrgica – 28 set. 2010 – Ed. 2902.

Recorde

*A Petrobras espera
captar R\$ 104 bilhões no
mercado para expandir
as atividades da empresa
no pré-sal.*

Imagem 13: “Recorde”.

Fonte: Tribuna Metalúrgica – 24 set. 2010 – Ed. 2900.

A nota exibida na imagem 13 faz o uso de outra estratégia discursiva, exalta-se o lucro de uma empresa estatal, como sinal de que o bom momento seria fruto da boa administração federal de Lula – mais uma forma implícita de apoiar a candidatura de Dilma.

Considerações finais

A crescente participação das mulheres em todas as áreas do mercado de trabalho também está acontecendo em uma área tradicionalmente masculina: as indústrias metalúrgicas. O aumento significativo de trabalhadoras acaba por modificar o público-alvo do jornal, que poderia aproveitar esse fato e o momento histórico ocorrido em 2010 – a inédita candidatura de duas mulheres à Presidência da República, com a vitória de uma delas – para começar a dar maior visibilidade ao gênero feminino em suas páginas.

Entretanto, não é o que pudemos constatar. A *Tribuna Metalúrgica*, ao exibir figuras políticas masculinas em detrimento das femininas, promove um apagamento das mesmas, que deveriam ter destaque nas páginas do jornal. Afinal, apesar de um homem ter ficado em segundo lugar na votação (José Serra), cientistas políticos afirmaram⁵ que a derrota do candidato do PSDB deveu-se, principalmente, à expressiva votação de Marina Silva, que recebeu quase 20% dos votos válidos, considerado fator decisivo para a vitória de Dilma Rousseff no segundo turno.

E como esse apagamento ocorreu? A TM declaradamente tem um lado, o do Partido dos Trabalhadores e, portanto,

5. CORREIO. Marina Silva será fator decisivo na próxima fase. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/marina-silva-sera-fator-decisivo-na-proxima-fase-1/>. Acesso em: 27 out. 2011.

apoiaria o sucessor de Lula. Mas, para apoiar Dilma, o jornal fez uso de excessivas aparições do presidente Lula, mostrando suas opiniões e ações, para que, implicitamente, os leitores entendessem que o melhor é dar continuidade ao então atual governo.

Mesmo quando a candidata aparece nas páginas do jornal, sempre está associada a uma figura masculina. Essa ausência de destaque para a figura da mulher candidata, acrescida pelo fato de o jornal ter como público-alvo principalmente homens, nos permite afirmar que a TM mostrou-se machista, assim como o Sindicato que o edita. Por isso, quando o assunto é a candidatura de Marina Silva, ela simplesmente não existe para o jornal, não aparecendo nenhuma vez no período analisado. Como o silêncio também tem significado, a total ausência de Marina nas páginas do jornal pode ser interpretada como uma resposta à sua saída do PT e entrada no PV, concorrendo à presidência da República, contra a candidatura de Dilma Rousseff.

Referências

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso**: história e literatura. São Paulo: Ática, 2007.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

CORREIO. **Marina Silva será fator decisivo na próxima fase**. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/marina-silva-sera-fator-decisivo-na-proxima-fase-1/>. Acesso em: 27 out. 2011.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

METALÚRGICAS do Grande ABC ganham em média 53% a mais que a categoria. **Diário do Grande ABC Online**. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/News/5801036/metalurgicas-do-grande-abc-ganham-em-media-53-a-mais-que-a-categoria.aspx>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). A construção da cidadania. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/palavra_presidente/2005/88>. Acesso em: 25 out. 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas SP: Unicamp 1988.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SANTIAGO, Cláudia; GIANNOTTI, Vito. **Comunicação sindical: a arte de falar para milhões**. Petrópolis: Vozes, 1997.

8.

Mídia e Etnia: diante da cor do outro - A produção fotojornalística da Folha de S. Paulo e o sentido da imagem do negro¹

SU GEORGIOS STATHOPOULOS²

Neste artigo apresentamos a transcrição e análise dos dados coletados, isto é, o estudo de caso de seis meses do jornal FSP, no período de outubro de 2009 a março de 2010. As categorias analisadas são gêneros fotojornalísticos e a editorialização das fotografias.

A discussão dos resultados e as conclusões preliminares mostram que o jornal eleva a uma altíssima potência a opinião de algumas pessoas pertencentes a determinados grupos sociais, culturais ou étnicos por meio de um intrincado processo industrial-tecnológico, que se afirma como sendo uma verdade. Por outro lado o negro é representado em apenas algumas situações, pois não está atrelado ao grupo que o jornal representa.

1. Trabalho apresentado no GP Fotografia, XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Fortaleza, CE

2. Professora de fotojornalismo da Unip e mestre em Comunicação Social – suphotos@uol.com.br

Nessa esteira, para melhor exemplificar esse contexto, propõe-se uma análise dos resultados de pesquisa, que a seguir são recombinações e geram a seleção de quatro capas que subsumem todas as evidências relativas à: inversão do conteúdo pela forma; à fragmentação; ao silenciamento, à exibição e à ocultação; e às práticas jornalísticas que se procuram com esta pesquisa explicitar, validar ou refutar, a partir dos objetivos iniciais deste estudo.

Editorias	out.09		nov.09		dez.09		jan.10		fev.10		mar.10		Total	Total
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Acontece		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0
Agrofolha*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0
Brasil		0,00		0,00	1	6,25		0,00	1	9,09		0,00	2	2,33
Ciência		0,00		0,00	1	6,25		0,00		0,00		0,00	1	1,16
Cotidiano	7	50	3	42,86	8	50	10	32,26	4	36,36	1	14,29	33	38,37
Dinheiro		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Empregos*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Equilíbrio*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Esporte	3	21,43	4	57,14	2	12,50	4	12,90	5	45,45	5	71,43	23	26,74
Folha Corrida		0,00		0,00	1	6,25		0,00		0,00		0,00	1	1,16
Folhateen*		0,00		0,00	1	6,25		0,00		0,00		0,00	1	1,16
Fovest*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Ilustrada	1	7,14		0,00		0,00	2	6,45		0,00		0,00	3	3,49
Imóveis*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Informática*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Mais*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Mundo	3	21,43		0,00	2	12,50	15	48,39	1	9,09	1	14,29	22	25,58
Negócios*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Ombudsman*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Opinião		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Saber*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Saúde		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Semana do leitor*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
The New York Times*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Turismo*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Veículos*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
Vitrine*		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL	14	100	7	100	16	100	31	100	11	100	7	100	86	100

* Caderno/seção semanal

Tabela 14 - Gêneros Fotográficos nas Capas da FSP em Unidades e Porcentagens - 2009 e 2010

GÊNERO	out.09		nov.09		dez.09		jan.10		fev.10		mar.10		Total	Total
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%		
Spot news	6		2	29	5	31	20	65	1	9,1	1	14	35	40,7
General	5	35,7	1	14	7	44	4	13	5	45	0		22	25,6
Esporte	2	14,3	4	57	2	13	4	13	5	45	5	71	22	25,6
Features	0		0		0		0		0		0		0	0
Foto-ilustração	0		0		0		0		0		0		0	0
Foto-ensaio	0		0		0		0		0		0		0	0
Foto-reportagem	0		0		0		0		0		0		0	0
Picture stories	0		0		0		0		0		0		0	0
Retrato	1	7,14	0		2	13	3	9,7	0		1	14	7	8,14
TOTAL	14	100	7	100	16	100	31	100	11	100	7	100	86	100

FOLHA DE S. PAULO

DIÁRIO DE NOTÍCIAS DO BRASIL - QUARTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2009 - R\$ 1,60

Polícia tem três versões sobre prisão de ex-promotor

A Polícia Civil de SP tem três versões para a prisão de um promotor da Fazenda de São João, considerado pela imprensa da maior parte da cidade.



Bolsa de SP prevê queda de negócios pós-taxação

Bovespa recua 2,88% no primeiro dia de cobrança de IOF; dólar sobe

O IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) de 2% sobre entrada de capital estrangeiro entrou em vigor na Bolsa de São Paulo na manhã de terça-feira (19). A queda de 2,88% da Bolsa foi considerada uma reação normal à nova cobrança.

Provas do Enade são encontradas sem lacre no interior do RJ

A Polícia Investigativa do Departamento de Polícia do Estado de São Paulo encontrou provas do Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes de 2008) dentro de um carro no interior do RJ.

30-3030 MACAÉRA
Cidade de Macaé, no Rio de Janeiro, comemorou o aniversário de 30 anos com eventos e shows.

Informática

PARECE GENTE
Conheça sobre como feijões e galinhas estão vendendo muito bem.
*PREMIADA WINNERS 1 CATEGORIA ANIMAÇÃO DO BRASIL 2009 (O MELHOR) 4/21/09

saúde
Médicos usam **acupuntura** como substituta de anestesia
Por: M. B.



NO ANTO E DÉCIMO
Tráfego de veículos no RJ aumenta em 20% em relação ao ano anterior.

Juiz suspende a cassação de três vereadores de SP

O juiz eleitoral Aldeino José de Oliveira suspendeu a cassação de três vereadores do Município de Itaquaquecetuba (SP) por não terem sido denunciados.

No RS, pedido de impeachment de Yeda é arquivado

O pedido de impeachment do governador Yeda Rochedo foi arquivado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul.

i30
2,0 CIVT 145 CV
CAMBIO AUTOMÁTICO MULTIMARCA

QUEM CONHECE SE APAIXONA.

8 Anos em SP - 2009
Adequação para o mercado
ABR 2009 - Primeira SUV com ABS e ESP

HYUNDAI

Figura1

A fotografia é estupefacente, um homem morto está num carrinho de supermercado, adolescentes observam a cena, é um homem negro, o mais comum nas cenas de violência na periferia, que aparece nos jornais. Mas é de se notar que de maneira geral, não são frequentes as imagens do negro participando de uma cena corriqueira, ou seja, nas pautas mais batidas do jornalismo brasileiro, como por exemplo: volta às aulas, ou outro exemplo: o calor aumenta na cidade. Esses exemplos citados já estão marcados no inconsciente coletivo, naturalmente ao ler o título da matéria, antes de ver a fotografia já se imagina uma criança branca com os materiais escolares, ou uma classe com uma criança branca em primeiro plano, e a mesma condição para o segundo exemplo, um branco andando pelas ruas ou numa piscina. Há um engessamento das pautas, assim como há para as personagens da fotografia, não há renovação. A pesquisadora fez, durante alguns anos, trabalhos de fotojornalismo para a FSP, como correspondente na cidade de Bauru, fatos locais que eram pertinentes ao interesse do jornal. Quando selecionada para o cargo, depois de passar por uma triagem, começou a colaborar como *freelancer* na redação do jornal, em São Paulo. Na edição da primeira pauta, o editor do núcleo comentou que não recomendava fotografar gente feia, exemplificando quem eram: “índios, negros, gordos” e outros biotipos mais comuns ao padrão físico da grande massa popular.

Portanto, devia-se observar uma cena interessante, mas com “gente bonita”, já que as “feias” eram excluídas. Consequentemente sob essa perspectiva, já se fazia uma pré-seleção dos personagens das fotografias, embora essa recomendação não fizesse parte, de forma explícita, da política editorial instituída pela FSP.

A capa acima, que evidencia a fotografia da primeira dobra, pertence ao gênero *Spot news*, da edição do dia 21

de outubro, cuja legenda é: **“CENA MACABRA: Corpo achado em carrinho de supermercado perto do morro dos Macacos (Rio); traficantes em fuga invadiram escola ontem.”** Foto: Marcelo Sayão/Efe.

Pode-se argumentar que a narrativa dessa fotografia certamente é uma negação da condição de dignidade humana, e mostra o padrão de inversão (ABRAMO) do espetaculoso pela realidade, a preferência pelo esdrúxulo, pitoresco e escabroso, quando se trata da população que habita os morros e favelas. Por outro lado, é sabido que a imprensa raramente entra nas comunidades pobres, para denunciar a desigualdade em nome do interesse público. Ela invade as comunidades, avalizada pela polícia, que pauta sua presença.

Consequentemente, é raro encontrar uma matéria que denuncie a maneira pela qual essa mesma comunidade sobrevive sem saneamento básico, assistência médica, escolas, creches, centros de cultura e lazer; é mais fácil entrar com a polícia em apreensões ou para apurar, assassinatos mantendo um certo distanciamento, o de quem apenas irá registrar a cena.

Sendo assim, estabelece-se um jogo entre silenciamento e exposição, (FOUCAULT, 1969), silenciamento que se traduz em não mostrar o dia a dia das comunidades periféricas, onde moram milhares de pessoas sem as mínimas condições humanas, de higiene, lazer, cultura, educação e segurança. Mas há a exposição e o espetáculo, meninos sendo abatidos ao vivo, sem nenhum direito e questionamento. Não há nenhum cuidado nas cenas cruéis que são registradas na periferia; são mostradas como exóticas, um verdadeiro circo de horrores. E elas são impressas e transmitidas pela mídia que banalizam o olhar dos receptores, que não se surpreendem mais com o bizarro.

Nessa capa são apresentadas apenas 3 fotografias, sendo duas do gênero *picture stories*, enfocando a Marginal do Tietê, em São Paulo, e a outra, o corpo encontrado num carrinho de supermercado no Rio de Janeiro. A fotografia dessa matéria chama

Na figura 2, o sentido também é construído pela organização das três fotografias que acabam por reforçar o espaço social que o negro, seu protagonista, ocupa: os garis no Vale do Anhangabaú na linha de frente no caos urbano, em São Paulo; o líder político do Suriname, o parlamentar Ronnie Brunswijk, numa pose quase caricatural de alguém que se preocupa; e por último, o jogador de futebol Roberto Carlos, incorporando a adjetivação tipicamente atribuída aos heróis dos esportes.

Se por um lado se pode argumentar que estas personagens encarnam os papéis sociais naturalmente atribuídos pela sociedade brasileira ao negro, por outro, os enquadramentos e a própria posição que as fotografias tomaram nesta primeira página se adicionam na produção de sentidos e se interpo- lam na criação da identidade já estabelecida e aceita. Como o interdiscurso (GREGOLIN, 2007, p. 15) não contribui para que o sujeito seja claramente detectado nos textos jornalís- ticos, “interpretar apenas alguns dos fios que se destacam das teias de sentidos” é o que resta ao receptor da mensagem, ou seja, o leitor da primeira página do jornal. Se a identidade “é um efeito de pertencimento (BAUMAN, 2006), o que a FSP oferece é uma realidade social recontada, refabulada com base no imaginário nacional do sucesso profissional – no caso do jogador de futebol, portanto, é este o lugar que lhe pertence, onde é subjetivado.

É de se ressaltar que o líder político estampado não é brasileiro – raramente um político é negro na *terra brasilis* – e ganhou notoriedade por essa razão.

As fotografias assim dispostas reavivam a tensão pré- -existente no *status* social do negro, recolocando-o na posição que historicamente sempre lhe foi designada. O agenciamento da mídia na formação da identidade do negro é nitidamente percebido nessa capa, principalmente na primeira fotografia, pois os trabalhos mais associados aos

negros são os subempregos. O enunciado dessa foto, obviamente se cala acerca da subalternização imposta ao negro, ele está ali cumprindo seu dever atávico – sobre o que se silencia – pois o que se valoriza é a cena pós-dilúvio, e o que interessa ao público da FSP, é saber-se seguro e livre dos entulhos que a enchente causou. Estas são as condições arqueológicas, no sentido foucaultiano, que orientam a intencionalidade da mensagem fotográfica, e que pretendem conduzir a leitura da página.

Quando Foucault nomeia de “arqueologia do saber”, percorre, desde seu nascedouro, as condições que contribuem para o aparecimento de alguns enunciados e a proibição de outros, pois nem todas as ideias devem ser enunciadas e outras, por sua vez, precisam ser caladas.

Essa capa ressalta ainda duas estratégias que condicionam os sentidos e as verdades (FOUCAULT, 1969): silenciamento e exposição. São em outros termos, as ações dos sujeitos nas fotografias que estão materializadas no discurso da mídia e, daí, inscritas na história social. Assim o negro entra das páginas do jornal para um cotidiano formatado, já que as capas refletem o ideal do jornal acerca do que é pulsante e deva se tornar marcado para sempre. Tanto que há fatos que nos ficam cravados na memória, como ressalta Sevcenko (2000. p. 9), justamente em função do choque produzido por uma primeira página impactante e bem-sucedida. Complementarmente, aqui se pode apontar Barthes, quando cita o estetismo na fotografia, como processo vindo da arte, mas que no jornalismo impõe um significado mais sutil e mais complexo do que outros processos de conotação, são as vezes em que a fotografia se faz pintura. A harmonia de cores, de tamanhos e o posicionamento das três fotografias induzem às técnicas de embelezamento. O que justifica, porém, essa junção pictográfica, é pergunta que paira sobre a página, pois os temas retratados nada têm

em comum, ou será que teriam, na visão da FSP? Se eles têm, certamente, é a cor da pele e das roupas amarelas, algo bastante pueril, infundado, remetendo à preocupação do diagramador em vender uma página bonita.

Mas, se pode afirmar, com Foucault, que esta tríade fotográfica está carregada de definições do espaço do negro, aquele que ele deve ocupar, e de fato, historicamente tem ocupado com maior assiduidade, para nele ser reconhecido e ter os seus valores reiterados.



Figura 3

Durante a pesquisa pode-se observar que o negro aparece em segundo lugar com 23 incidências, entre as 86 encontradas como esportista. Isto avaliza a escolha da capa que aponta, na primeira dobra, e com abre de página, o jogador Robinho, que jogava no Manchester City, na Inglaterra, e estava prestes a voltar a Vila Belmiro, em Santos, onde foi revelado como novo craque mundial. Robinho foi ícone da nova safra de jogadores – os novos Pelés – e está claro que o Brasil sempre foi um grande celeiro de bons jogadores, inclusive, é nosso cartão de visita, já que o mundo cultua essa “religião”, o futebol.

Essa capa traz uma composição distinta, pois a fotografia está acima da manchete, o que a torna o maior destaque da edição. O uso da falta de profundidade de campo, e a valorização do primeiro plano, embora características típicas da fotografia de esportes, neste caso o enquadramento está tão próximo do rosto do jogador, o que demonstra aproximação intencional da emoção do momento. Esse recurso técnico conota um desejo de promover a identificação do leitor com o objeto fotografado.

Robinho representa o sujeito – o negro, e o sentido das vontades que uma parcela da sociedade tem, se não toda ela, de ver a meritocracia atuando, espaço onde os talentosos ou mais habilidosos são escolhidos.

Mas, as identidades são construções discursivas: o que é ser bem sucedido, bonito, interessante, popular? A mídia constrói heróis, fomenta a moda, estipula o padrão de beleza, estabelece os valores da cultura, institui a música do momento, organiza tudo como dispositivo social. Mais que isto, põe ordem no caos dos fluxos de sentidos possíveis. A diferença precisa ser reiteradamente representada para que as identidades se situem; é o outro que oferece a imagem, ou seja, a alteridade produz identidade. Justifica-se assim o jogo dos estereótipos de herói, bandido, fracassado, ignorante, o bem sucedido, o admirável e o desprezível ser, inserindo o sujeito na comunidade imaginada, onde os opostos convivem sem conflitos. Os negros são vistos

como heróis no futebol, e daí, rapidamente passam ao Olimpo dos artistas. Deixam de ser desprezados como vítimas da violência, frequentando a periferia do cotidiano, à margem das autoridades que representam o estado. A mídia sente-se cumpridora dos seus deveres sociais, pois acha que faz muito bem seu dever de casa, já que mostra o negro em suas capas.



Hyundai Azera.
Recomendado por quem mais entende de qualidade no mundo.

ConsumerReports
NEW CAR LIVING GUIDE 2010
Hyundai Azera

HYUNDAI

Figura 4

Mídia e Etnia: diante da cor do outro - A produção fotojornalística da Folha de S. Paulo e o sentido da imagem do negro

Elaine Barbosa de Abreu, destaque da escola de samba, Rosas de Ouro, é a corporificação da sensualidade negra, um corpo avalizado pela mídia, já que a mulher brasileira, quase que por obrigação, precisa preencher os pré-requisitos da admiração masculina, e em suas páginas, os jornais a publicam, com poucas variações, como objetos sexuais, agradando a maioria dos consumidores de jornais, os homens.

Os discursos veiculados pela mídia organizam um jogo que institui identidades estruturadas na regulamentação dos conhecimentos sobre o uso que os indivíduos devem fazer de seu corpo, sua alma, e sua vida, orientando a criação simbólica da identidade: aos negros sempre foram exigidos sensualidade e virilidade, desde as senzalas, quando os senhores e seus filhos abusavam das escravas, e a reboque, as sinhazinhas indefesas, cometiam barbáries contra as escravas que encantavam seus maridos, como já comentava Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1933).

Na atual conjuntura, a mídia realiza a grande tarefa de fazer circular as representações e, pensando assim, coopera para as interconexões entre os fios desse entrelaçamento. O discurso do corpo sensual, por exemplo, passa por diferentes campos da compreensão social, constitui-se em diferentes gêneros e significa distintas representações sobre como se pode subjetivar a relação das pessoas com seu próprio corpo-objeto.

Elaine Barbosa de Abreu subsume as mulheres negras no carnaval, sua beleza e sensualidade escancaram um corpo bem cuidado e preparado para a efeméride mais desejada do ano, mas e o resto do ano, por que não aparecem mais Elaines tão belas?

A mídia é um dos atores na produção simbólica dos jogos pelas construções/reconstruções das identidades, já que a identidade é formada de fora para dentro, por um trabalho discursivo contínuo. A ilimitada rede de discursos midiáticos propõe um embate para o qual nem todos estão dispostos. A

identidade, que é a identificação em curso, vive nesse sentido à mercê da fluidez dos tempos modernos, nosso atual momento, não há falsas identidades, já que não temos uma única verdadeira, todas são discursivas e passageiras e suscetíveis ao tempo presente. A mídia não poderia ter outro papel já que é uma fonte de grande e incansável domínio, de produção e reprodução de subjetividades. A imagem do negro, nessa linha de pensamento, vai se moldando ao discurso da mídia, sendo valorizado no Carnaval, no jogo de futebol, no universo artístico, ganhando protagonismo nas tragédias naturais - ou arquitetadas pela sociedade de hegemonia branca - uma imagem lúgubre, estampando a capa do jornal, é a imagem do negro pela FSP. A estética da página é o espetáculo, que é rapidamente assimilado pelo gosto do brasileiro. Há três versões do carnaval, sendo que a foto do lado superior direito em *contra-ploungée* tem como pano de fundo, o arco íris, remetendo à diversidade sexual, que aliás, fica muito visível nessa época do ano. A FSP assim atende a uma demanda nacional.

Conclusão

A representação do negro no jornal FSP durante os seis meses: de outubro de 2009 à março de 2010, constatou que em suas 182 edições, 75 capas e 86 fotografias contém sua imagem, com predominância no caderno Cotidiano, e no gênero *spot news*. Comprovou que o assunto mais frequente é o dia a dia, cujas notícias são as enchentes, terremotos, invasões policiais nas comunidades e quaisquer outras desgraças, em geral, urbanas.

Dizer que a mídia é racista é negar a sua identidade, pois o que e quem a mídia representa? Assumidamente em seu Manual e Estilo e Redação, a FSP declara que representa

a classe média urbana paulista, mas o que significa esse segmento? Diz no mesmo Manual que o jornal é plural, apolítico e crítico, mas por que não publica o negro em todas as suas editorias?

Avaliar as performances da mídia sobre as questões de raça e etnicidade, é discutir as matrizes do racismo no Brasil. Os meios de comunicação são um espelho de reprodução das nossas obtusas relações raciais. O próprio Manual da FSP assume que os erros são um preço a pagar em razão da fugacidade impressa no processamento das notícias, mas que a correção desses mesmos erros deveria partir de uma demanda da sociedade (cf. p.59). É dizer que falta sensibilidade na percepção do público leitor, pois não há registros de reclamações quanto a uma postura mais criteriosa em relação à imagem do negro, somente existindo no meio acadêmico e no ativismo da comunidade negra. É importante ressaltar a ausência de reconhecimento da sociedade quanto ao racismo que comete, ou seja, o brasileiro nem se reconhece negro e muito menos, racista. Não obstante, nas palavras de Gilberto Freyre (1933 p. 18): “Todo brasileiro traz na alma e no corpo a sombra do indígena ou do negro”.

De outra parte, o atrelamento da FSP às agendas oficiais e ao discurso dos poderes constituídos é cinicamente assumido também em seu Manual, tanto assim que há uma recomendação expressa de que o seu jornalismo deve ser “desestatizado” (cf. p.60). Estamos falando afinal do que Abramo (2003) chamou de oficialismo, um dos padrões de manipulação da imprensa que influem na distorção da realidade social.

Não é mera coincidência que embora “a pobreza tenha várias cores” (MAGGIE) as fotos das capas da FSP dessa amostra privilegie tão somente a cor negra, “a carne mais barata do mercado” (Iuka, compositor da canção **A carne**). E o Manual da FSP reconhece isso, embora de modo enviesado, quando afirma que, quando trata das carências

sociais elementares “raramente vai além de enunciados genéricos (cf. p. 61)”.

Engessada pela ordem do discurso do dia, a FSP não aposta em articulações, através de enfoques mais politizados, assim propondo que os temas relativos aos negros sejam inseridos numa agenda nacional da opinião pública.

O “jamais-dito”, segundo Foucault, nas fotografias que são o *corpus* dessa pesquisa é que o enquadramento empobrecedor do negro em editorias específicas reflete um estereótipo já pronunciado num discurso sem corpo que sopra nas classes médias urbanas, da qual ele é excluído, exatamente nesse “meio-silêncio” (2008, p. 28). Faz parte, entretanto, do discurso oficial, ou seja, documentado nas normas de serviço da FSP, a demonstração dos vínculos entre a aparência e o substrato de cada fato importante (cf. p. 61). Mais uma falácia, portanto.

O enquadramento da imagem do negro em espaços específicos na FSP diminui a magnitude de sua cidadania. A hipótese da pesquisa foi respondida, em parte, por meio da observação dos mecanismos rotineiros da produção midiática, que inclinam-se para a construção de uma identidade deturpada: não nega a imagem do negro, mas a enquadra como que numa redoma impenetrável. No entanto, embora haja uma relação da política editorial com as conotações das mensagens fotográficas, boa parte dos efeitos das mensagens jornalísticas são originalmente indesejados, como já se provou pelas pesquisas de *Newsmaking*, linha metodológica auxiliar para atual pesquisa (cf. p. 14). Não fosse por isso, também a **AD**, na perspectiva de Foucault, Barthes e Gregolin, a produção de sentidos na esfera midiática é incontrolável, está fortemente permeada pelo discurso das classes dominantes, e no outro polo, encontra-se condicionada pelo repertório do receptor.

O contexto histórico-político que está no *background* da produção fotojornalística, de forma unânime, aponta a educação e a saúde como as duas travas do desenvolvimento do

país. Mas a imprensa não se tem lançado a discussões que coloquem esses temas na ordem do dia, inserindo-os à agenda imediata de eventos. Há menções, por certo, sobre carências sociais, exclusão e medidas democráticas que combatam esses problemas, mas não se vê explicitada a problemática relação da imprensa com as questões raciais e relativas às minorias étnicas, como a negra e indígena, sem dúvida, questões centrais na cena sociocultural do Brasil. A total ausência de discussões sobre esse público alvo é uma constância, tanto que há a preocupação em sugerir aos jornalistas uma nova abordagem aos grupos sociais quase esquecidos, comprovada pela publicação de um manual para nortear os jornalistas sobre gênero, raça e etnia, como forma de contribuição para um maior debate entre a sociedade (cf. p. 61).

Constata-se que a exclusão e o emudecimento que tornam invisíveis a condição negra dão-se de forma sutil e complexa. O racismo não nasce na mídia, ao menos, de forma aberta. Nem outras esferas públicas patrocinam a racialização escancarada, a segregação é velada. O racismo no Brasil é praticado, a despeito dos avanços na própria legislação, hoje considerada democrática. Por outro lado, os meios de comunicação são, ao mesmo tempo aparelhos valiosos de criação e divulgação de balizas alternativas. Nenhum processo cultural de superação do preconceito racial, de combate aos estereótipos e da luta contra a discriminação será efetivado sem que a televisão, os jornais, a música, a dança e artes deem o primeiro passo nesse caminho.

A análise comparativa dos dados da pesquisa traz à tona certos fenômenos que se dão ao nível da produção da mensagem fotojornalística, por um lado, mostrando que a fotografia da FSP, quando retrata o negro, transforma-o em objeto trabalhado, selecionado, construído e reinserido, de acordo as normas profissionais contidas em seu Manual. Por outro lado, também atua em sua subjetivação, reforçando o encapsulamento do negro em sentidos pré-fabricados.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa: um ensaio inédito de Perseu Abramo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BARTHES, Roland. **A Câmara clara: Nota sobre a Fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 144p.
_____. **O Óbvio e O obtuso**. Portugal, Lisboa: Edições Setena, 2009. 311 p.

BASTHI, Angélica. **GUIA PARA JORNALISTAS SOBRE GÊNERO, RAÇA E ETNIA**. DISPONÍVEL EM: <http://www.generoracaetnia.org.br/publicacoes/item/634-guia-para-jornalistas-sobre-genero-raça-e-etnia.html>.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. **O universo das imagens técnicas – elogio da superficialidade**. São Paulo: Annablume, 2008. 150 p.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7a.ed. Rio de Janeiro: Rorense Universitária, 2008. a)

_____. **A Ordem do Discurso**. 3ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2008. B)

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades**. DISPONÍVEL em: revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/download/117/118

JORNAL FSP DE S. PAULO. São Paulo: 2010. Diário. Ano 89 e 90. Índice acumulado, Edições n°. 29.493 a 29.551.

01/jan. a 28/fev./2010. As edições foram encontradas no sítio: <http://www1.FSP.uol.com.br//inde01012010.shl>

MAGGIE, Y. **Antirracismo Contra Leis Raciais**. Rev. Interesse nacional, out/dez, 2008. Disponível em: http://www.imil.org.br/wp-content/uploads/2011/06/anti_racismo-contra-leis-raciais.pdf.

MANUAL DE REDAÇÃO: **FSP** – São Paulo: PubliFSP, 2001. 391 p. Disponível em: <http://www1.FSP.uol.com.br/FSP/circulo/manual>.

NATIONAL PRESS PHOTOGRAFERS ASSOCIATION. Portal. Disponível em: http://www.nppa.org/competitions/short_grants/. Acesso em: 11.10.2010.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo. Introdução à história, às técnicas e à linguagem da Fotografia na Imprensa**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. 124p.

TAVARES, Frederico M.B., VAZ, Paulo B.F. **Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão**. Porto Alegre: Revista Famecos, n.27, agosto/2005.

VIZEU, Alfredo. **O newsmaking e o trabalho de campo**. In LAGO, Cláudia; LAGO, Marcia Benetti. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 286 p

Sobre os autores

Carla Reis Longhi é graduada em História pela PUC/SP, Mestre e Doutora em História Social pela USP/SP e Pós-doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Complutense de Madrid. É Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Paulista e professora concursada do Depto de História da PUC/SP. Realiza pesquisas no Grupo “Mídia, Cultura e Política: identidades, representações e configurações do público e do privado no discurso midiático”, cadastrado junto ao CNPq.

Cristine Gleria Vecchi é graduada em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (2004), especialista em Comunicação Empresarial e Institucional pela Universidade Paulista (2007) e mestre em Comunicação pela Universidade Paulista (2012). Atualmente é jornalista da reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo, Editoração, Comunicação Institucional, atuando principalmente nos seguintes temas:

comunicação, jornalismo, análise do discurso e concursos públicos. É autora de quatro livros sobre concursos públicos, publicados pela Editora Digerati Books.

Joana Ormundo é doutora em Linguística pela UNB (2007), mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP (1999) e graduada em Letras pela UMC (1985). Coordenadora e professora do curso de Letras da Universidade Paulista (UNIP). Professora da área de Comunicação e Humanidades da FATECSP. É pesquisadora do Grupo Brasileiro de Estudos de Discurso, Pobreza e Identidade – Rede Latinoamericana – REDLAD e do grupo Mídia, Cultura e Política: identidades, representações e configurações do público e do privado no discurso midiático da Universidade Paulista. É membro da Asociación Latino americana de Estudios del Discurso (ALED).

Laan Mendes de Barros é jornalista e editor. Possui mestrado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (1988), doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1994) e pós-doutorado em Comunicação e Cultura pela Université Stendhal – Grenoble 3, na França (2008). Atualmente é professor titular da Universidade Metodista de São Paulo, onde atua como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social.

Magali do Nascimento Cunha é graduada em Comunicação Social [Jornalismo] (1985) pela UFF, mestre em Memória Social e Documento pela UniRio (1996), doutora em Ciências da Comunicação pela USP (2004). É docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo.

Sonja Marques Rodrigues Antikeira é graduada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira (1986), licenciada em Pedagogia pela Universidade Bandeirante de São Paulo-UNIBAN (1996), Pós-Graduada em Psicopedagogia pela Universidade Bandeirante de São Paulo-UNIBAN (1999) e mestre em Comunicação pela Universidade Paulista- UNIP (2010). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Mídia, Cultura e Política: identidades, representações e configurações do público e do privado no discurso midiático”, cadastrado no CNPq e diretora da rede particular de ensino.

Su Stathopoulos é graduada em Bacharelado em História pela Universidade do Sagrado Coração, USC, Bauru (2002), mestre em Comunicação pela Universidade Paulista, Unip, (2012). É docente da graduação da Universidade Paulista e fotógrafo freelancer.

Talita Godoy é graduada em Comunicação Social pela Unisantana (2002), pós-graduada em Gestão Estratégica de Negócios pelo Mackenzie (2010), pós-graduada em Formação em EAD pela Unip Interativa (2013), mestre em Comunicação pela UNIP (2013), pós-graduanda em Marketing pela Unip Interativa e aluna de Licenciatura em Letras pela mesma instituição.